TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO RELATÓRIO DE GESTÃO 2014/2015

Tribunal de Justiça do Maranhão

Relatório de Gestão 2014/2015

Tribunal de Justiça do Maranhão

Relatório de Gestão 2014/2015

2015

Empenho e produtividade

O biênio que se encerra foi marcado por conquistas significativas para o Poder Judiciário maranhense e, por extensão, para toda a sociedade. Graças aos esforços de uma gestão comprometida com o engrandecimento da instituição e com a prestação de bons serviços jurisdicionais à coletividade, foi possível avançar. De tão profícuo, o trabalho foi digno de destaque para além das divisas do estado, consolidando ainda mais a Justiça como um dos pilares da sociedade, um instrumento valoroso aos cidadãos na busca por seus direitos e garantias.

A gestão que ora finda fez investimentos necessários ao bom funcionamento da Justiça, sem deixar de cumprir com rigor e austeridade os limites orçamentários.

Foram notórios os avanços na área de tecnologia, possibilitando maior celeridade e dinâmica aos serviços jurisdicionais. O Tribunal conquistou o selo "Justiça em Números"- ouro -, concedido pelo Conselho Nacional de Justiça, em reconhecimento à excelência no tratamento das informações administrativas e processuais. Também fomos agraciados pelo CNJ e Fundo das Nações Unidas para a Infância com o selo "Infância e Juventude"- bronze - pelas boas práticas na promoção dos direitos da criança e do adolescente.

A reformulação dos processos licitatórios resultou em economia de quase R$ 50 milhões do orçamento do Poder Judiciário, montante que pode ser revertido em outras melhorias. Também foram realizadas diversas obras de infraestrutura, com destaque para a construção e reforma de fóruns.

O trabalho realizado nos últimos dois anos foi digno do melhor registro na imprensa. Jornais, emissoras de TV, de rádio, portais e blogs dedicaram espaço significativo em seu noticiário a informações relacionadas à Justiça. A maior parte do conteúdo publicado foram notícias positivas, realçando a imagem do Judiciário perante a sociedade e ratificando os esforços dos magistrados e servidores para o bom atendimento das demandas judiciais.

Registre-se que nenhum progresso teria sido possível sem o apoio incondicional da Mesa Diretora do Tribunal de Justiça do Maranhão, que fez valer sua posição como defensora intransigente da instituição, cumprindo com solicitude e zelo cada missão apresentada. Só assim foi possível superar os obstáculos que se impunham ao longo do caminho.

Magistrados, diretores e servidores também merecem o devido reconhecimento, pois dedicaram tempo, energia e competência em prol do nobre objetivo de elevar a Justiça a um patamar superior. Uma vez atingida a meta, resta agradecê-los pelo senso de compromisso demonstrado, que foi crucial para o bom andamento da rotina em cada fórum, juizado e demais unidades judiciárias, seja na capital, seja no interior.

Esperamos ter dado nossa contribuição para o processo de aperfeiçoamento da Justiça. Tudo o que realizamos foi em nome do projeto maior de tornar o sistema judiciário mais eficaz e ao alcance de todos os cidadãos. Quão grata é a nossa satisfação ao constatar, por meio deste balanço, o sucesso das ações que empreendemos, todas norteadas pela ética, pela probidade e com foco no interesse público.

Desembargadora Cleonice Freire
Presidente do TJMA

Tribunal de Justiça do Maranhão

Desembargadora Cleonice Silva Freire
Presidente

Desembargadora Nelma Celeste Sousa Silva Sarney Costa
Corregedora-Geral da Justiça

Desembargadora Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz
Vice-Presidente

Desembargador Antonio Fernando Bayma Araujo
Desembargador Jorge Rachid Mubárack Maluf
Desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto
Desembargador Antonio Guerreiro Junior
Desembargador Cleones Carvalho Cunha
Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos
Desembargador Marcelo Carvalho Silva
Desembargadora Maria das Graças de Castro Duarte Mendes
Desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira
Desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa
Desembargador Jaime Ferreira de Araújo
Desembargador Raimundo Nonato Magalhães Melo
Desembargador José Bernardo Silva Rodrigues
Desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho
Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida
Desembargador Vicente de Paula Gomes de Castro
Desembargador Kleber Costa Carvalho
Desembargador Raimundo José Barros de Sousa
Desembargador Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe
Desembargador Marcelino Chaves Everton
Desembargadora Angela Maria Moraes Salazar
Desembargador José de Ribamar Castro
Desembargador João Santana Sousa
Desembargador Tyrone José Silva

Juízes Auxiliares da Presidência
Sara Fernanda Gama
Roberto Abreu Soares

Diretoria Geral
Hebert Pinheiro Leite

Diretoria Judiciária
Denyse Reis Batista

Diretoria Financeira
Claudio Antonio Cutrim Raposo

Diretoria Administrativa
Francisco Adalberto M. da Silva

Diretoria de Recursos Humanos
Daniel Serra Gedeon

Diretoria de Engenharia
Márcia Delane Silva

Diretoria de Informática e Automação
Jorge Henrique da Silva Oliveira

Diretoria do Fundo Especial de Modernização
e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ)
Celerita Dinorah Soares de Carvalho Silva

Diretoria de Segurança Institucional
Major Alexandre Magno de Souza Nunes

Diretoria de Controle Interno
Daniel Felipe M. Ewerton

Chefia de Gabinete da Presidência
Elsior de Sousa e Silva Coutinho

Assessoria Jurídica da Presidência
Elaine Freire Alves de Sousa

Assessoria de Comunicação da Presidência
Antonio Carlos de Oliveira

Chefe do Gabinete Militar
Cel. Raimundo de Jesus Silva

Chefia de Cerimonial
Márcia Maria F. R. Banhos

Coordenadoria Especial da Infância e Juventude
Lucileide Ribeiro Dias

Coordenadoria de Biblioteca e Arquivo
Cintia Valéria B. Costa Andrade

Coordenadoria de Processos Administrativos
Disciplinares e Sindicância
Maria Goretti Sousa Fernandes de Freitas

Expediente

O Relatório de Gestão 2014-2015 é uma publicação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Assessoria de Comunicação da Presidência

Assessor-chefe de Comunicação da Presidência
Antonio Carlos de Oliveira

Jornalismo
Amanda Campos
Amanda Mousinho
Andréa Colins
Danielle Limeira
Helena Barbosa
Irma Helenn Cabral
Joelma Nascimento
Juliana Mendes
Manoel Ramos
Orquídea Santos
Paulo Lafene
Roberta Gomes

Publicidade
Carla Duque
Tiago Erre

Fotografia
Ribamar Pinheiro

Rádio e TV WEB
Jhonatas Soares
Mário Belo

Administrativo
Thaíse Adriana Souza

Projeto Gráfico e Editoração
Clara Comunicação

Sumário

19 Gabinete da Presidência

Apresentação 20
Introdução 21
Vice-Presidência 58

61 Gestão Administrativa

67 Gestão de Infraestrutura

Construções 70
Reformas 72
Outras manutenções 80

85 Gestão Financeira

FERJ 92

99 Gestão de Pessoas

113 Gestão Judiciária

Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) 114
Precatórios 116

125 Informática

133 Gestão da Comunicação

145 Ouvidoria

151 Projetos Especiais

Coordenadoria da Infância e Juventude 152
Monitoramento Carcerário 158

193 Biblioteca

203 Gestão Estratégica

213 ESMAM

Gabinete da Presidência

Apresentação

Em cumprimento ao que determina o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão, apresentamos relatório circunstanciado dos trabalhos realizados durante a gestão 2014/2015.

Estão registrados os resultados mais relevantes obtidos com os principais programas, projetos e ações de cunho institucional realizados pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio do Pleno, do órgão Especial, da presidência, da vice-presidência e seus órgãos administrativos e jurisdicionais vinculados.

As ações foram relatadas com base nas informações prestadas pelos diretores, coordenadores e chefes de divisão dos setores administrativos e órgãos jurisdicionais, as quais poderão ser conhecidas com maior profundidade em consulta ao Portal do Poder Judiciário na internet, no endereço eletrônico: www.tjma.jus.br.

As atividades desenvolvidas – concluídas ou em andamento – cumpriram parte das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico do TJMA para o quinquênio 2010-2014, que foi estendido até o ano de 2015, pela Resolução nº 28/2015.

Tudo o que foi possível realizar nesta gestão contou com a efetiva e solidária participação dos magistrados, com o auxílio dos servidores, aos quais deixamos consignado o nosso sincero agradecimento.

Introdução

A gestão referente ao biênio 2014/2015 teve início com a posse, em 20 de dezembro de 2013, dos membros da mesa diretora eleitos na sessão plenária administrativa de 02.10.2013: desembargadoras Cleonice Silva Freire – presidente; Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz – vice-presidente e Nelma Celeste Souza Silva Sarney Costa – corregedora geral da Justiça.

Na solenidade de posse, a presidente do TJMA anunciou suas principais metas administrativas. Dentre outros compromissos assumidos, a valorização do planejamento como instrumento de gestão; o investimento na qualificação dos recursos humanos; a atualização do parque de informática; o incremento do Processo Judicial Eletrônico; o investimento na construção e no aparelhamento dos fóruns; o avanço no projeto de conciliação; a instalação da Corte Especial e a aproximação do Poder Judiciário com a comunidade.

A Justiça da Infância e Juventude foi eleita uma das prioridades da gestão, com o objetivo de dar efetividade às políticas públicas visando ao atendimento às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Tribunal Pleno
Instalação do Órgão Especial

No uso de suas atribuições, a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, procedeu à eleição dos membros do Órgão Especial e posterior instalação, de acordo com a Lei Complementar n° 160, de 03 de dezembro de 2013 e Resolução TJMA nº 74/2013.

Cumpriu-se o disposto na Lei Orgânica da Magistratura Nacional (nº 35/1979), que faculta aos Tribunais de Justiça dos Estados, com mais de vinte e cinco desembargadores, constituir órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de 25 membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais, da competência do Tribunal Pleno.

O Órgão Especial exerceu todas as competências e atribuições do Plenário, exceto: eleição de membros da mesa diretora, da direção da ESMAM, dos membros do próprio Órgão Especial, de desembargadores, juízes e listas tríplices de advogados para o TRE; alteração no número de desembargadores; escolha de juiz de entrância final para acesso ao Tribunal; formação de lista tríplice de candidatos ao cargo de desembargador pelo quinto constitucional e sessões solenes.

Tal medida fez-se necessária para compatibilizar a constituição e o funcionamento da Corte estadual com os princípios da celeridade e economia processual. O Ato da Presidência nº 03/2014 definiu a composição do órgão Especial.

Resoluções

2014

Nº 01/2014 – Estabelece a denominação e as atribuições dos cargos em comissão e as funções gratificadas criados do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais e Solução de Conflitos, criados pela Lei nº 9.893/2013.

Nº 02/2014 - Designa os novos membros da Comissão Examinadora do concurso Público para provimento de cargos efetivos do Poder Judiciário. (Edital nº 002/2011).

Nº 03/2014 – Dispõe sobre a composição do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Nº 04/2014 – Dispõe sobre a composição das Comissões Técnicas Permanentes do TJMA, conforme o art. 82 do Regimento Interno.

Nº 05/2014 – Institui, no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão, o Gabinete de Crise para enfrentamento e solução de situações decorrentes de calamidades e desastres ambientais no território maranhense, em acordo com a Recomendação nº 40/2012, do Conselho Nacional de Justiça.

O Gabinete de Crise tem a seguinte composição:

I - um juiz auxiliar da presidência, indicado pela presidência, como juiz gestor;

II - um juiz auxiliar da Corregedoria;

III - diretor geral;

IV - diretor da Secretaria da Diretoria da Corregedoria;

V - diretor de Segurança Institucional e

VI - o chefe do Gabinete Militar.

Nº 06/2014 - Altera a Resolução nº 61/2013, que dispõe sobre a nova área de abrangência dos Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo da Comarca da Capital, a Resolução nº 18/2013, que aprova o novo Regimento Interno da Corregedoria Geral da Justiça, e dá outras providências.

Nº 07/2014 - Dispõe sobre a remessa de recursos distribuídos na Turma Recursal com sede em Imperatriz, para a Turma Recursal com sede em Balsas.

Nº 08/2014 - Altera Resoluções anteriores que regulamentam a estrutura administrativa dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário e a Resolução nº 44, de 04 de julho de 2008, que dispõe sobre a descrição dos cargos comissionados e funções gratificadas do Poder Judiciário.

Nº 09/2014 - Dispõe sobre a tramitação dos processos das infrações de trânsito cometidas por servidores e motoristas contratados, imputadas aos veículos pertencentes à frota do Poder Judiciário do Estado do Maranhão e dá outras providências.

Nº 10/2014 - Autoriza a instalação e regulamentou a Central de Inquéritos no Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha de São Luís, criada pela Lei Complementar nº 163, de 1º de abril de 2014.

Nº 11/2014 - Altera a Resolução n° 07, de 18/04/2012, que homologou o Resultado Final do Concurso Público para Provimento dos Cargos Efetivos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão (Edital nº 02/2011).

Nº 12/2014 - Altera os artigos 215, 293 e 472 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Nº 13/2014 – (cancelada)

Nº 14/2014 – Dispõe sobre os procedimentos para a expedição das Certidões de Distribuição das Ações Penais, de Improbidade e Certidões para Fins Eleitorais no âmbito do 2º Grau de Jurisdição. As referidas certidões passaram a ser requeridas por meio de preenchimento de formulário disponível na página do TJMA na internet, no sítio: www.tjma.jus.br, e expedidas gratuitamente.

Nº 15/2014 – Altera o caput do artigo 153 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão acerca das regras para o preenchimento de vaga por merecimento.

Nº 16/2014 – Acrescenta o parágrafo único ao artigo 55 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, que impede a concessão de permuta ao desembargador seis meses antes da aposentadoria compulsória ou voluntária.

Nº 17/2014 – Dispõe sobre os critérios necessários para inclusão de dependentes de magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, nos respectivos assentamentos funcionais.

Nº 18/2014 – Disciplina o atendimento aos jurisdicionais e advogados, especificamente quanto ao acesso ao interior das secretarias e gabinetes, mediante prévia autorização.

Nº 19/2014 – (cancelada)

Nº 20/2014 – (cancelada)

Nº 21/2014 – Estende a opção pela Gratificação de Atividade Judiciária – GAJ aos oficiais de justiça e comissários de justiça.

Nº 22/2014 – (cancelada)

Nº 23/2014 – Altera dispositivos da Resolução nº 02/13 que institui o Regulamento para os concursos de remoção de servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Nº 24/2014 – (cancelada)

Nº 25/2014 – Dispõe sobre a convocação de juiz de primeiro grau para substituição em segundo grau de jurisdição no TJMA, nos termos da Resolução nº 72/2009 do Conselho Nacional de Justiça.

Nº 26/2014 – Dispõe sobre a regulamentação do uso de crachás e credenciamento de acesso, no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão, considerando a Resolução nº 176/2013, do Conselho Nacional de Justiça, que instituiu o Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário. Objetiva identificar os servidores e demais usuários da Justiça, prevenindo o ingresso de pessoas não autorizadas, garantindo maior segurança no interior dos prédios do Poder Judiciário.

Nº 27/2014 – Dispõe sobre protocolo de controle de acesso de pessoas portando arma de fogo ou objetos que ofereçam riscos à integridade física das pessoas nos prédios do Poder Judiciário do Maranhão. Torna proibido o ingresso, circulação e permanência de pessoas armadas ou portando qualquer objeto capaz de colocar em risco a integridade física dos

magistrados, servidores e demais usuário, no prédio-sede do TJMA e seus anexos, bem como nas unidades administrativas e unidades judiciárias do Poder Judiciário do Maranhão, com exceções.

Nº 28/2014 – Confere prioridade na tramitação dos processos judiciais de pessoas portadoras de deficiência no âmbito dos Juizados Especiais e Turmas Recursais do Poder Judiciário do Maranhão.

Nº 29/2014 - Dispõe sobre a substituição dos titulares de cargos em comissão e de funções gratificadas no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Nº 30/2014 – (cancelada)

Nº 31/2014 – Relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Poder Judiciário do Maranhão, no ano de 2015.

Nº 32/2014 - Institui a Coordenadoria de Gestão Estratégia e Modernização no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão e dá outras providências.

Nº 33/2014 – Designa os Membros da Comissão Examinadora do Concurso Público, com vistas à apreciação dos Recursos administrativos da prova discursiva, referente ao Concurso Público para Ingresso e Remoção dos serviços notariais e registrais (Edital nº 01/2008).

Nº 34/2014 - Altera dispositivos do Anexo Único da Res. Nº 02/2013, que institui o regulamento para os concursos de remoção de servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão e da outras providências.

Nº 35/2014 - Altera a Resolução nº 63/2013 que relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Poder Judiciário do estado do maranhão, no ano de 2014 e dá outras providências.

Nº 36/2014 – (cancelada)

Nº 37/2014 - Dispõe sobre os critérios e procedimentos para a concessão do Adicional de Qualificação - AQ, instituído pelo art. 7º, da Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007 aos servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Nº 38/2014 – Dispõe sobre a atualização das tabelas de custas e emolumentos previstas na Lei estadual nº 9.109/2009, para exercício de 2015.

Nº 39/2014 – Altera a Resolução nº 45/2009, que dispõe sobre os procedimentos de venda de selos de fiscalização de atos notariais e de distribuição extrajudicial no Estado do Maranhão.

Nº 40/2014 – Dispõe sobre a atualização monetária do limite uni-

tário máximo para compensação de atos gratuitos da Lei Complementar Estadual nº 130/2009, para o exercício 2015.

Nº 41/2014 – Dispõe sobre o pagamento do auxílio moradia para os magistrados do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Nº 42/2014 – (cancelada)

Nº 43/2014 – Institui a Política Estadual de Atenção Prioritária do 1º Grau, recomendada pela Resolução de nº 194, do Conselho Nacional de Justiça. Cria o Comitê Gestor Regional e o Fórum Estadual Permanente de Diálogo Interinstitucional.

Nº 44/2014 - Institui os comitês orçamentários de 1º e 2º graus.

2015

Nº 01/2015 – (cancelada)

Nº 02/2015 – Dispõe sobre a composição do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Nº 03/2015 – Altera o art. 242 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, que trata da distribuição de recursos e outras espécies processuais.

Nº 04/2015 – (cancelada)

Nº 05/2015 – Altera o art. 6º da Resolução nº 17/2010 e revoga a reeleição para a Diretoria da Escola Superior da Magistratura do Maranhão.

Nº 06/2015 – Designa os Membros da Comissão Examinadora, com vistas à reavaliação e correção das provas orais dos referidos candidatos, referente ao Concurso Público para Provimento do Cargo Inicial da Carreira da Magistratura do Estado do Maranhão (Edital nº 01/2004).

Nº 07/2015 – Regulamenta a prestação de serviço voluntário de conciliador no âmbito dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania.

Nº 08/2015 – Revoga a Resolução nº 46/2010, que dispõe sobre a nomeação dos ocupantes dos cargos em comissão na Diretoria de Informática e Automação do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Nº 10/2015 – Altera as Resoluções nº 06/2004 e nº 10/2008, que regulamentam a estrutura dos serviços auxiliares do Poder Judiciário, bem como a Resoluções nº 44/2008 e nº 63/2008, sobre a descrição dos cargos comissionados e funções gratificadas do Poder Judiciário.

Nº 11/2015 – Dispõe sobre a composição das Comissões Técnicas

Permanentes do Tribunal de Justiça.

Nº 12/2015 – Altera a Resolução nº 25/2012, que dispõe sobre a eliminação de autos de agravos de instrumento do acervo judicial de Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Nº 13/2015 – Dispõe sobre a substituição dos titulares de cargos em comissão e de funções gratificadas no âmbito do poder Judiciário do Maranhão.

Nº 14/2015 – Regulamenta a Gratificação de Produtividade Judiciária – GPJ, nos termos do art. 5º, da Lei nº 9.326, de 03 de dezembro de 2010.

Nº 15/2015 – (cancelada)

Nº 16/2015 – (cancelada)

Nº 17/2015 – Altera dispositivos da Resolução nº 04/2013, reorganizando o Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos – NURER, para gerenciar a aplicação das sistemáticas processuais nos recursos extraordinários especiais.

Nº 18/2015 – Regulamenta a organização e o funcionamento do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - NUPEMEC, altera a Resolução nº 20/2010 e revoga a Res. nº 10/2011.

Nº 19/2015 – Dispõe sobre a composição do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Nº 20/2015 – Altera o Art. 1º e os §§ 1º e 2º do art. 20 do Regimento Interno acerca da escala de plantão, prevenção, ações coletivas no TJMA.

Nº 21/2015 – Institui a Central de Conciliação de Precatórios, com o objetivo de mediar e facilitar a celebração de acordos entre credores e/ou beneficiários e os entes devedores de precatórios, relativamente á atualização dos valores a serem pagos e outras questões passíveis de composição amigável.

Nº 22/2015 – Homologa o resultado final do Concurso Público para Provimento do Cargo de Juiz de Direito substituto de entrância inicial do Estado do Maranhão – Edital nº 01/2012.

Nº 23/2015 – Dispõe sobre a composição das Comissões Técnicas Permanentes do TJMA, conforme o art. 82 do regimento Interno.

Nº 24/2015 – Dispõe sobre a denominação do Fórum da Comarca de Porto Franco, que passa a ser denominado de "Juiz Armindo Nascimento Reis Neto".

Nº 25/2015 – Homologa o resultado do VII Concurso de Remoção de servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão para os cargos de Analista Judiciário, Oficial de Justiça, Comissário de Justiça da Infância e da Juventude, Técnico Judiciário e Auxiliar Judiciário.

Nº 26/2015 – (cancelada)

Nº 27/2015 – Cria o Comitê Gestor Permanente de Coordenação da Semana Nacional da Conciliação.

Nº 28/2015 – Altera a Resolução nº 10/2010, para estender a validade do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário (quinquênio 2010-2014) para o ano de 2015.

Nº 29/2015 – Altera a Resolução nº 06/2004, bem como a Resolução nº 63/2008 que denomina e lota as funções gratificadas do Poder Judiciário.

Nº 30/2015 – Altera a Resolução nº 7, de 18/04/2012, publicada no DJE de 20/04/2012, que homologou o Resultado Final do Concurso Público para Provimento dos Cargos Efetivos do Poder Judiciário do Maranhão (Edital nº 02/2011).

Nº 31/2015 – Aprova o Plano de Classificação e Tabelas de Temporalidade do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, com base na Resolução nº 14/2013, que instituiu o Programa de Gestão Documental do Poder Judiciário.

Nº 32/2015 – Estabelece novas regras para concessão da Medalha Des. Antonio Rodrigues Vellozo e da Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes, instituídas pelas Resoluções nº 57/2013 e nº 56/2013, respectivamente.

Nº 33/2015 - Designa, para a presidência do Conselho de Administração do Fundo Especial de Segurança dos Magistrados (FUNSEG), o presidente da Comissão de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Nº 34/2015 - Altera, em parte, a Resolução nº 31/2014, que relaciona os dias que não haverá expediente nos órgãos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, no ano de 2015 e dá outras providências.

Nº 35/2015 - Nova classificação do concurso público para juiz de direito substituto (Edital nº 01/2012).

Gabinete da Presidência
Ações Institucionais

Pacto Estadual para Instituição de Política de Alternativas Penais

30.01.2014 – O TJMA foi signatário do Pacto Estadual para Instituição de Política de Alternativas Penais e Criação de Câmara de Apoio à Aplicação de Alternativas Penais, com o objetivo de instituir a Política Estadual de Alternativas Penais no âmbito do Estado do Maranhão, que visa incentivar e promover meios alternativos de punição, assim como construir normas de pacificação e mitigação de conflitos.

No prazo pactuado de cinco anos, o TJMA, as varas de Execuções Penais e a Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária são responsáveis pela gestão da Política de Alternativas Penais do Estado do Maranhão.

O TJMA também passou a integrar a Câmara de Apoio à Aplicação de Alternativas Penais, instituída pelo pacto, com funções consultiva, propositiva e de monitoramento, com o objetivo de auxiliar o acompanhamento da Política Estadual de Alternativas Penais.

Dentre outras ações, foram atribuídas ao TJMA:

• promoção da articulação entre os diversos públicos para a interação de programas, projetos e ações de fortalecimento das alternativas penais;

• criação de parcerias com universidades e centros de estudos especializados para a produção de saber científico e estatísticas;

• implantação de Núcleos Regionais de Alternativas Penais e serviços de responsabilização e medidas educativas;

• implementação de programas de capacitação da rede social de apoio;

• fomentação de projetos de Justiça Restaurativa e de medição de conflitos;

• incentivo e adoção de metodologias e procedimentos processuais que visem à celeridade, autodisciplina e responsabilização e

• elaboração e encaminhamento de projetos aos municípios e estados para a obtenção de financiamento por meio de parceria ou cooperação.

Processo Judicial Eletrônico no Poder Judiciário do Maranhão

Por meio da Portaria de Nº 318/2014, a presidência do TJMA dispôs sobre a implantação e composição do Comitê Gestor de Implantação do Processo Judicial Eletrônico no Poder Judiciário do Maranhão - PJE.

O Comitê Gestor tem as atribuições de planejar a implantação do sistema; coordenar e controlar a implantação; definir as configurações; homologar o funcionamento; fornecer modelos padronizados para inserção e realizar outras atividades necessárias.

A Portaria nº 525/2014 regulamentou a implantação e utilização do PJE nas 08 (oito) Turmas Recursais, nos Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo e Juizados Especiais de Trânsito do Termo Judiciário de São Luís, no Juizado Especial Cível e Criminal do Termo Judiciário de Paço do Lumiar, no Juizado Especial Cível e Criminal de São José de Ribamar, nos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Imperatriz, nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais das comarcas de Açailândia, Bacabal, Balsas, Caxias, Codó, Pedreiras, Pinheiro, Santa Inês e Timon, a partir de 24 de setembro de 2014.

Posteriormente, o cronograma de implantação foi alterado pela Portaria nº 798/2014 – Dispõe sobre a alteração do cronograma de implantação do PJE/TJ – Processo Judicial Eletrônico, do TJMA, modificando a data de início do funcionamento e utilização do sistema na Turma Recursal de São Luís.

Instalação da Central de Inquéritos de São Luís

A Central de Inquéritos do Termo Judiciário de São Luís, criada pela Lei Complementar n.º 163, de 1º de abril de 2014, foi regulamentada pela Resolução nº 10/2014, em face do elevado número de medidas urgentes a serem apreciadas no âmbito criminal na comarca da Ilha de São Luís. Idealizada pela desembargadora Nelma Sarney, corregedora-geral da justiça, a central foi instalada no dia 25.04.2014, no Fórum Des. Sarney Costa, em solenidade presidida pela vice-presidente do TJ no exercício da presidência, desembargadora Anildes Chaves Cruz.

Cabe à Central a competência para o processamento de todos os inquéritos policiais da competência das varas criminais do termo judiciário de São Luís, conhecendo e decidindo sobre seus incidentes e medidas cautelares, no prazo de 48 horas.

Conforme o ato, os juízes criminais do termo judiciário de São Luís devem remeter à Central, todos os atos de inquéritos policiais e pedidos a eles correlatos em tramitação em suas respectivas varas.

Instalação do Centro de Apoio às Vítimas – CEAV

Tendo em vista o dever do poder público de viabilizar meios de apoio e defesa dos interesses das vítimas da criminalidade, a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire instalou, na sede do Fórum Des. Sarney Costa, na comarca da Ilha de São Luís, o Centro de Apoio às Vítimas (CEAV), criado pelo Decreto nº 27.794, de 04 de novembro de 2011.

O CEAV tem por objetivos gerais a orientação, o acompanhamento processual e o encaminhamento para atendimento psicossocial das vítimas hipossuficientes de crimes dolosos e seus familiares, quanto às medidas legais cabíveis para reparar/compensar/punir violações aos direitos humanos. O serviço é gratuito.

A implantação do CEAV resultou da assinatura de Protocolo de Intenções, em 02.01.2014, entre o TJMA e a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania do Governo do Estado, o Ministério Público estadual, a Defensoria Pública do Estado e a Universidade Federal do Maranhão.

A parceria institucional viabilizou a operacionalização do CEAV, com a definição das atribuições de cada signatário para possibilitar o funcionamento da entidade e o atendimento ao público-alvo.

Por meio da Portaria nº 1462/2014, a juíza de direito Sonia Amaral foi designada para coordenar as atividades relacionadas à execução dos trabalhos do CEAV e Sara Fernanda Gama, como substituta.

Projeto de Criação do Dia Estadual da Vítima

A presidente do TJMA encaminhou à Assembleia Legislativa do Estado proposta de projeto de lei com o objetivo de instituir o "Dia Estadual de Combate a todo Tipo de Violência e Apoio às Vítimas e Familiares no Estado do Maranhão" - 23 de abril.

A proposição teve por finalidade chamar a atenção para os direitos humanos das vítimas da violência e seus familiares, no sentido de estimular a sensibilização e efetivação, em todos os poderes do Estado, de estratégias de enfrentamento a todos os tipos de violência.

A iniciativa do projeto também objetivou conferir efetividade à Resolução nº 60/147, de 16 de dezembro de 2005, da Organização das Nações Unidas – ONU, que estabelece princípios e diretrizes básicas sobre os direitos das vítimas, recomendando, dentre outras medidas, que os signatários adotem datas comemorativas e de homenagem á vítimas.

O projeto foi aprovado pelo Legislativo e sancionado pelo Executivo estadual, originando a Lei nº 10.244, de 29 de maio de 2015, publicada no Diário Oficial da mesma data.

Lançamento da Campanha "Jogue Contra as Drogas"

A campanha "Jogue contra as drogas" foi idealizada e lançada pela presidência do TJMA, com o objetivo de conscientizar a população quanto à prevenção ao uso de substâncias entorpecentes pelo público infanto-juvenil.

Devido à proximidade da celebração da Copa do Mundo de Futebol, foi desenvolvida uma campanha publicitária usando o esporte como chamariz para sensibilizar a comunidade no sentido de colaborar com a iniciativa do Judiciário.

O slogan da campanha - "Entre nesse time. Você também é responsável! – chamou a atenção para a parcela de contribuição de toda a sociedade no esforço do Poder Judiciário para manter as crianças e adolescentes longe do vício.

O material publicitário da campanha reuniu um vídeo institucional exibido nas emissoras de TV da capital, cartazes e folders afixados nas instalações do Judiciário e nas escolas. A Coordenadoria de Atividades Especiais do TJMA também promoveu palestras com foco na prevenção ao uso do crack, com linguagem acessível aos jovens.

Implantação do Serviço de Depoimento Especial

A presidência do TJMA ampliou a estrutura da Justiça de 1º Grau para o serviço de tomada especial de depoimento de crianças e adolescentes, em cumprimento à Resolução nº 33/2010, do Conselho Nacional de Justiça, que recomendou a criação de serviço especializado na oitiva de menores de idade - vítimas ou testemunhas de crimes.

Nesses espaços, a criança e o adolescente são recebidos 30 minutos antes da audiência, em separado, por um profissional capacitado, com auxílio de equipamentos de áudio e vídeo interligados à sala de audiência, onde estão presentes juiz, promotor e advogados, na forma prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).

A primeira sala de depoimento especial foi implantada na comarca da Ilha de São Luís, juntamente com a campanha "Jogue Contra as Drogas", voltada para a conscientização pública contra o abuso de drogas por crianças e adolescentes.

Salas de Depoimento Especial instaladas na atual gestão: 25.

São Luís, Timon, Caxias, Bacabal, Santa Inês, Raposa, Coroatá, São Mateus, Chapadinha, Pinheiro, Santa Luzia do Paruá, São Bernardo, Presidente Dutra, São João dos Patos, Porto Franco, Balsas, Pedreiras, Codó, Itapecuru, Santa Luzia do Tide, Maracaçumé, Zé Doca, Ribamar, Paço do Lumiar e Coordenadoria da Infância e Juventude. Mais duas salas inauguradas em gestões passadas tiveram os equipamentos renovados: Coelho Neto e Imperatriz.

A Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM) capacitou magistrados e servidores para aplicar a oitiva especial. Os treinamentos foram ministrados nos períodos de 09 a 11.06.2014; 1º a 02.06.2015; 09 a 10.07.2015 e 31.10.2015.

Fomento à Conciliação Processual

O apoio e incentivo da presidência do TJMA à conciliação processual foram concretizados na execução de programas e projetos com o objetivo de alcançar a solução dos litígios por intermédio da autocomposição entre os litigantes.

Por meio do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - órgão responsável pela execução da política judiciária estadual de conciliação – foram lançados os seguintes projetos:

- "Programa de Conversão de Conflitos em Entendimentos", de fomento à cultura da conciliação, que engloba projetos e ações específicas:

• Projeto "Conciliação Itinerante – A Justiça próxima do cidadão", executado em duas edições:

- 1ª Semana de Conciliação Itinerante - 21 a 25/07/2014.

- 2ª Semana de Conciliação Itinerante - 24 a 28/11/2014.

• Pauta Específica - Parceria entre o NUPEMEC e empresas parceiras maiores demandadas, em que estas fazem a indicação de processos nos quais haja proposta de acordo.

- "I Balcão de Renegociação de Dívidas" – idealizado pelo presidente do Núcleo de Conciliação do TJ, desembargador José Luiz Almeida, e pelo coordenador, juiz Alexandre Abreu, para ampliar as oportunidades de acordos com clientes em situação de inadimplência, com a participação de representantes dos órgãos, instituições e empresas parceiras, em 30.11.2015, no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana (Sebrae/Cohafuma).

Durante o evento, empresas e instituições de variados ramos -energia, telefonia, bancos, educação, lojistas, seguros, etc. - atenderam consumidores, identificaram seus débitos e ofereceram condições de negociação de pagamento das dívidas.

- CEJUSCs – Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - Instalados em parceria entre instituições de ensino superior ou Entidades representativas de classe, para realizar as sessões e audiências de conciliação e mediação e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição.

CEJUSCs instalados na atual gestão: 5

1. 1º Centro de Conciliação Empresarial de Imperatriz - Centro de Convenções de Imperatriz, em 17.03.2014;

2. 1º CEJUSC de Timon - Faculdade São José dos Cocais, em 25.04.2014;

3. 6º CEJUSC – Faculdade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB) – comarca da Ilha de São Luís, em 23.05.2014;

4. 1º CEJUSC de Chapadinha - Faculdade do Baixo Parnaíba – FAP, em 02.09.2014;

5. 1º CEJUSC da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão – "Casa da Indústria Albano Franco" - Comarca da Ilha de São Luís, em 22.09.2014.

COMITÊ GESTOR - Por meio da Resolução nº 27/2015, a presidência do TJMA criou o Comitê Gestor da Semana Nacional da Conciliação, para fixar uma estrutura de coordenação dos trabalhos e definição de prazos para cumprimento de etapas que viabilizem a eficácia na realização dos acordos em demandas judicializadas e na conciliação e mediação de conflitos pré-processuais, com a seguinte composição:

- o desembargador presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, presidente – Des. José Luiz Oliveira de Almeida.

- o juiz coordenador do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais – Márcia Cristina Coelho Chaves

- o juiz membro do NUPEMEC da Regional de São Luís – Alexandre Lopes de Abreu;

- um servidor do NUPEMEC – Ana Larissa Serra;

- um servidor da Secretaria do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais – Joseane de Jesus Fonseca;

- um servidor da Coordenação de Sistemas de Informações do TJMA – Danielle Mendes Mesquita Melo;

- um servidor da Assessoria de Comunicação do TJMA – Amanda Leite Campos;

- um servidor da Assessoria de Comunicação da CGJMA – Luis Fernando Coelho; e

- um servidor da Divisão de Telejudiciário – Fábio José Chaves Martins.

Fórum Nacional de Alternativas Penais

O TJMA realizou, em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça, o Fórum Nacional de Alternativa Penal, em São Luís, por meio da Escola Superior da Magistratura (ESMAM) e da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF), com apoio da Secretaria Estadual de Justiça e Administração Penitenciária.

Voltado para magistrados da área criminal e com competência em Execução Penal, o evento teve como objetivos refletir sobre alternativas penais para a efetivação de processos de tratamento e ressocialização das pessoas em situação de privação de liberdade, com a deliberação de sugestões de melhoria à Execução Penal no Estado do Maranhão, e promover a análise e discussão acerca das alternativas penais aplicadas em todo o país.

Audiência Judicial por Videoconferência

A presidência do TJMA adquiriu sistema de videoconferência para expansão da estrutura tecnológica para os pólos judiciais, cumprindo o plano de trabalho previsto no Planejamento Estratégico para a área de informatização e automação dos serviços.

Com esse objetivo, foram adquiridos os equipamentos de informática – terminal de alta definição, projetor, câmeras, microfones, cabos e interfaces – necessários para a realização de audiências criminais.

Essa plataforma tecnológica permite todas as ações de apresentação e intercâmbio de informação possíveis em reuniões presenciais, dada a disponibilidade de acessórios de comunicação á distância, com eficiência, segurança, instantaneidade e celeridade.

A utilização do sistema de videoconferência na Justiça foi autorizada pela Lei nº 11.900/2009. No Poder Judiciário, a documentação dos depoimentos por meio do sistema audiovisual e realização de interrogatórios de testemunhas por videoconferência foram disciplinados na Resolução nº 105/2010, do Conselho Nacional de Justiça.

Salas de Videoconferência instaladas na atual gestão: 16

02 (duas) - Fórum de São Luís
01 (uma) - Fórum de São José de Ribamar
01 (uma) - Fórum de Imperatriz
01 (uma) - Forúm de Timon
01 (uma) - Forúm de Bacabal
01 (uma) - Forúm Coroatá
01 (uma) - Forúm de Caxias
01 (uma) - Forúm de Santa Inês
01 (uma) - Forúm de Pinheiro
01 (uma) - Presídio de Imperatriz
02 (duas) - Penitenciária de Pedrinhas
01 (uma) - TJMA/Diretoria de Informática e Automação
01 (uma) - TJMA/Corregedoria Geral de Justiça
01 (uma) - ESMAM

Comitê Estadual de Precatórios

Por meio da Portaria nº 954/2014, a presidência do TJMA constituiu o Comitê Estadual de Precatórios, previsto no Regimento Interno do Fórum Nacional de Precatório (FONAPREC), com atribuições definidas na Resolução nº 158/2012, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

As ações desenvolvidas pelo comitê estadual têm caráter de auxílio e de execução às decisões e diretrizes traçadas pelo comitê nacional e FONAPREC. A coordenação do comitê estadual compete ao juiz representante da Justiça estadual indicado pela presidência do TJMA.

O Comitê Estadual de Precatórios tem a seguinte composição:

• juiz auxiliar da presidência – representante do TJMA, responsável pela gestão e supervisão dos precatórios e das requisições de pequeno valor;

• juiz do trabalho – representante do TRT da 16ª Região;

• juiz federal – representante do TRF da 1ª Região;

• representante da Seccional do Maranhão da OAB;

• representante do Ministério Público do Estado do Maranhão;

• representante da Procuradoria Geral da República no Maranhão;

• representante do Ministério Público do Trabalho – 16ª Região;

• representante da Advocacia Geral da União do Estado do Maranhão.

• representante da Procuradoria Geral do Estado do Maranhão;

• representante da Associação dos Municípios do Estado do Maranhão.

Por meio da Portaria nº 14/2014, um juiz auxiliar da presidência foi designado para atuar na gestão, supervisão e condução dos procedimentos relacionados aos precatórios e requisições de pequeno valor, bem como delega poderes para proferir despachos e decisões nos referidos processos.

CONTAS ESPECIAIS – A presidência do TJMA constituiu, por meio da Portaria nº 97/2015, o Comitê Gestor de Contas Especiais - a que se refere à Resolução nº 115/2010 do Conselho Nacional de Justiça - para auxiliar o presidente do Tribunal na administração das contas especiais.

O Comitê é integrado por magistrados de cada Tribunal com jurisdição sobre o Estado do Maranhão e que tenham precatórios a serem pagos com os recursos das contas especiais. Compete ao Comitê Gestor decidir impugnações relativas à lista cronológica de apresentação e decidir impugnações relativas às preferências definidas nos §§ 1º e 2º do art. 100 da Constituição Federal.

Reestruturação do Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos

Com o objetivo de conferir mais eficiência e agilidade às atividades do órgão, o Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos – NURER, criado pela Resolução nº 04/2013, foi reestruturado.

Foi definida a sua estrutura de pessoal e designado um magistrado para responder por suas atividades, com o auxílio de servidores da Assessoria Jurídica, da Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização; da Coordenação de Recursos Constitucionais e da Coordenação de Juizados Especiais.

O NURER é responsável pelo controle e acompanhamento de todos os recursos que aguardam o posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ) em questões semelhantes, com atribuições de uniformizar o gerenciamento dos processos suspensos; monitorar os recursos dirigidos ao STF e STJ; manter e disponibilizar dados atualizados sobre o acervo, com a respectiva vinculação aos temas e recursos paradigmas, enviando relatórios trimestrais ao STF, STJ e CNJ.

Premiação com o Selo CNJ/Unicef da Infância e Juventude

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) o "Selo Infância e Juventude"– categoria bronze –, pelas boas práticas na promoção dos direitos da criança e adolescente.

A presidente Cleonice Freire e o desembargador Jamil Gedeon, coordenador da Infância e Juventude do TJMA, compareceram à entrega da premiação, em Brasília.

O selo reconhece publicamente os tribunais pelas importantes ações de "implantação, fortalecimento, acompanhamento e otimização" da Coordenadoria da Infância e da Juventude (CIJ), nos termos da Resolução CNJ nº 94/2009. Foram premiados doze tribunais que se habilitaram e concorreram ao selo, nas categorias ouro, prata e bronze.

O TJMA cumpriu a maioria dos critérios estabelecidos no Edital nº 01/CNJ, apresentando documentos comprobatórios que permitiram obter a classificação. Dentre os requisitos exigidos, apresentou estrutura física adequada ao seu funcionamento; quadro próprio de servidores e equipe multidisciplinar; mínimo de uma capacitação anual de magistrados e servidores; informativo das ações na internet e banco de boas práticas.

Política de Atenção Prioritária da Justiça do 1º Grau

Por meio da resolução Nº 43/2014 o TJMA instituiu a Política Estadual de Atenção Prioritária do 1º Grau, com o objetivo de desenvolver, em caráter permanente iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento da qualidade, da celeridade, da eficiência, da eficácia e da efetividade dos serviços judiciários da primeira instância.

A medida atendeu ao disposto na Resolução nº 194, de 26 de maio de 2014, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que a estabelece a necessidade de instituir a Política Estadual de atenção prioritária do 1º Grau de jurisdição, estabelecida como política nacional do Judiciário.

Foi criado o Comitê Gestor Regional, no âmbito do TJMA, com a atribuição de gestão da política de atenção prioritária ao 1º Grau. Cria o Fórum Estadual Permanente de Diálogo Interinstitucional, com o objetivo de discutir problemas locais, coletar propostas e tornar participativa a construção e a implementação da política de atenção prioritária de 1º Grau.

O Comitê Gestor Regional possui a seguinte composição:

- magistrado coordenador do Núcleo de Planejamento Estratégico (NPE) do TJMA;

- 1 (um) magistrado do 1º Grau, escolhido pelo Pleno do Tribunal, a partir de lista de inscritos aberta a todos os interessados;

- 1 (um) magistrado eleito por votação direta entre os magistrados, a partir da lista de inscrição;

- 1 (um) servidor do 1º Grau, escolhido pelo Pleno do Tribunal, a partir de lista de inscritos aberta a todos os interessados;

- 1 (um) servidor eleito por votação direta entre os servidores, a partir da lista de inscrição.

A Portaria nº 927/2015 – Dispôs sobre a composição do Comitê Gestor Regional, de Gestão e Implementação da Política de Atenção Prioritária de 1º Grau:

Comitês Orçamentários de 1º e 2º Graus

Por meio da Resolução nº 44/2014, foram criados os comitês orçamentários de 1º e 2º graus, com atribuições de auxiliar na captação das necessidades ou demandas e definição de prioridades; auxiliar na elaboração da proposta orçamentária e na execução do orçamento, dentre outras.

O Comitê Orçamentário de 1º Grau é composto pelos membros do Comitê Gestor Regional, instituído pela Resolução nº 43/2014 do TJMA:

- juiz coordenador do planejamento estratégico;

- 1 (um) juiz de direito escolhido pelo pleno do Tribunal, titular;

- 1 (um) juiz de direito escolhido pelo pleno do Tribunal, suplente;

- 1 (um) juiz de direito eleito pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), titular;

- 1 (um) juiz de direito eleito pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), suplente;

- 1 (um) servidor escolhido pelo Pleno do Tribunal, titular;

- 1 (um) servidor escolhido pelo Pleno do Tribunal, suplente;

- 1 (um) servidor escolhido pelo Sindicato dos Servidores da Justiça (Sindjus), titular;

- 1 (um) servidor escolhido pelo Sindicato dos Servidores da Justiça (Sindjus), suplente.

O Comitê Orçamentário do 2º Grau tem a seguinte composição:

- 2 (dois) desembargadores dentre os mais antigos que não exerceram o cargo de presidente;

- 1 (um) desembargador escolhido pelo presidente do Tribunal;

- 1 (um) desembargador indicado pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA);

- 1 (um) servidor indicado pelo Sindicato dos Servidores da Justiça – Sindjus;

Correição nos Precatórios Judiciais

O TJMA garantiu apoio institucional ao grupo de trabalho do Conselho Nacional de Justiça na realização da correição instaurada pela Corregedoria Nacional de Justiça, para verificação, exclusivamente, de processos administrativos relativos a precatórios.

A presidência disponibilizou sala, computadores, scanners e impressoras, conectados à internet, além de servidores em cada unidade administrativa e jurisdicional para prestar informações, a fim de garantir a efetividade dos trabalhos correicionais.

Os trabalhos foram instalados em solenidade pública, com a presença da presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, e dos representantes do sistema de Justiça, Ministério Público, OAB e do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário (Sindjus-MA).

Por meio da Portaria nº 167/2015, a presidência do TJMA designou servidores do quadro de pessoal do Tribunal de Justiça para auxiliarem a equipe da Corregedoria Nacional de Justiça.

Campanha "Justiça pela Paz em Casa"

A presidência do TJMA foi co-anfitriã no lançamento da Campanha "Justiça pela paz em casa", de iniciativa da vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher – 08 de março.

No período de 09 a 13 de março de 2015, magistrados das varas criminais, tribunais de júri e juizados especializados na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) participaram da mobilização para priorizar o julgamento de processos criminais cíveis ou de família em que a mulher figurou como vítima ou parte interessada, que tiveram prioridade de tramitação e julgamento nas varas judiciais do Estado.

A abertura da campanha em São Luís foi feita em solenidade no salão nobre do Palácio da Justiça, pela vice-presidente do STF, com a participação da ministra-chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Ministério da Justiça, Eleonora Menicucci.

A presidência do TJMA, por meio da Coordenadoria Especial da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, presidida pela Desembargadora Angela Salazar, coordenou a mobilização local dos juízes das varas criminais, de família e do Tribunal do Júri da região metropolitana de São Luís.

Programa Nacional de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais

Com o objetivo de contribuir para solucionar conflitos fiscais no Maranhão, o TJMA apoiou, por meio da Escola Superior da Magistratura (ESMAM), a realização do Programa Nacional de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais, da Corregedoria Nacional de Justiça.

Com o apoio das procuradorias dos estados e municípios e dos juízes das varas de execução, o programa oferece ao cidadão e empresas oportunidade para quitar seus débitos e regularizar sua situação fiscal; o Executivo recupera seus créditos e o Judiciário diminui seu acervo de processos.

No Maranhão, o TJMA e Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com a ESMAM, propiciaram treinamento dos juízes. Doze magistrados da capital e do interior participaram, no dia 30.03.2015, de um treinamento sobre o programa com a juíza Soníria Rocha D'Assunção, auxiliar da Corregedoria Nacional e coordenadora do Programa Governança Diferenciada.

A ministra Nancy Andrighi, corregedora-nacional da Justiça, veio ao Maranhão para manter entendimentos com as autoridades locais em torno da execução do programa. Ao lado da presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, e do corregedor-auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, desembargador Cleones Cunha, foram apresentados às autoridades estaduais os resultados já obtidos com a implementação do programa a nível nacional.

Por meio da Portaria nº 503/2015, o juiz de Direito Raimundo Nonato Néris Ferreira foi designado para coordenar o programa.

Sede Própria para a Escola Superior da Magistratura

A presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, assinou, com o diretor da ESMAM, desembargador Jamil Gedeon, e o presidente da AMMA, juiz Gervásio Santos, termo aditivo do contrato de comodato firmado entre o Tribunal de Justiça do Maranhão e a Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) em 2013.

Pelo instrumento, o prédio construído pelo TJMA junto à sede da AMMA foi cedido para abrigar a Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM). A mudança da escola para as novas instalações aconteceu em setembro de 2015.

Promoção de Estudos e Pesquisas na Justiça Criminal

A presidente do TJMA assinou Termo de Acordo de Cooperação Técnica (nº 05/2015) com a Universidade Federal do Maranhão, com o objetivo de promover estudos e pesquisas na área da Justiça Criminal, notadamente na área da execução penal e de saúde mental. Por meio das informações prestadas pela Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário, conforme o disposto na Lei Estadual nº 9.551, de 04 de janeiro de 2012.

A parceria objetiva a sistematização, quantificação, qualificação e estudos dos dados estatísticos relativos ao sistema carcerário, a serem disponibilizados pelos partícipes do acordo, por meio da promoção de atividades conjuntas e de ações de apoio; extensão recíproca de servido-

res e discentes da universidade; estabelecimento de meios de intercâmbio de conhecimento, informações e estudos; troca e sessão de informações; promoção de eventos conjuntos sobre áreas de interesse comum; prática de estágio e desenvolvimento de programas, ações e iniciativas junto à comunidade.

Compromisso para o Aperfeiçoamento da Justiça Criminal

A presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, assinou o Termo de Compromisso nº 02/2015, com o ministro Ricardo Lewandowski, presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), visando à implementação de medidas administrativas com vistas á adequação e o aprimoramento do sistema de Justiça Criminal do Maranhão, no que concerne ao seu sistema de execução penal e ao sistema carcerário, aos padrões estabelecidos pela Constituição Federal, à Lei de Execução Penal, Tratados e Convenções Internacionais de Direitos Humanos.

Os cossignatários se comprometeram a engendrar esforços para reestruturar o sistema carcerário maranhense, com reforma estrutural e organizacional das unidades prisionais, políticas de atenção aos presos, aprimoramento da rotina de execução penal e consolidação da audiência de custódia.

O TJMA comprometeu-se a disponibilizar recursos humanos para a realização do Projeto "Audiências de Custódia", além de prover adequação física das dependências necessárias à instalação e funcionamento da Central Integrada de Alternativas Penais, da Central de Monitoramento Eletrônico, da Central de Assistência e Serviços Sociais e das Câmaras de Mediação Penal.

No mesmo ato, o presidente do STF participou de audiência de custódia realizada no TJMA, coordenada pela Central de Inquéritos de São Luís – projeto iniciado na justiça estadual maranhense no dia 17.10.2013, como uma das ações resultantes do Pacto Estadual para Instituição de Política de Alternativas Penais, da qual o TJMA é gestor.

Instalação da Fundação da Cidadania e Justiça

A presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, instalou a Fundação da Cidadania e Justiça, entidade criada pela Lei nº 9.234, de 30 de dezembro de 2010, com a finalidade de subsidiar o TJMA na formulação de políticas e no desenvolvimento de atividade de suporte à proteção às

crianças e adolescentes em situação de risco, mulheres vítimas da violência doméstica e seus filhos.

A entidade, cujo estatuto está previsto na Resolução nº 62/2011, tem sede e foro na cidade de São Luís. No que tange às crianças e adolescentes em situação de abandono familiar, a instituição tem a responsabilidade de acolhê-los, oferecer-lhes assistência médica e psicológica, alimentação, vestuário, além de lhes proporcionar atividades pedagógico-educativas e outros serviços de proteção, até que sejam adotadas ou retornem aos seus lares.

Por meio do Ato nº 02/2015, a presidente designou a juíza aposentada Maria José Milhomem Bandeira de Melo para exercer o cargo de diretor presidente e os servidores Moab José de Araújo e Sousa e Lucileide Dias Ribeiro Gonçalves, para exercerem, respectivamente, os cargos de diretor técnico e diretor administrativo Financeiro da Fundação.

Homologação do Concurso Público para a Magistratura

A presidente do TJMA homologou, por meio da Resolução nº 22/2015, o resultado final do Concurso Público para Provimento de Vagas e Formação de Cadastro de Reserva para o Cargo de Juiz de Direito Substituto de Entrância Inicial do Estado do Maranhão.

Os 104 candidatos aprovados no concurso foram submetidos ao IV Curso de Formação para Ingresso na Carreira da Magistratura, oferecido pela Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (ESMAM), no período de 02.03 a 26.06.2015, totalizando 544 horas.

Durante o curso, os candidatos freqüentaram aulas práticas, varas judiciais e órgãos administrativos e estágio supervisionado, cumprido no período de 27.04 a 25.06.2015, com carga horária de 252 aulas.

Noventa e seis candidatos foram classificados após as cinco etapas do certame. Desses, 30 foram nomeados pela presidência do TJMA e tomaram posse no cargo no dia 07.08.2015, na sala das sessões plenárias. Os magistrados empossados entraram em exercício no dia 10.08.2015, em solenidade no Fórum do termo judiciário de São Luís.

Núcleo Socioambiental e Plano de Logística Sustentável

Por meio da Portaria nº 874/2015, a presidência do TJMA criou o Núcleo Socioambiental e o Plano de Logística Sustentável (PLS) do Poder Judiciário do Maranhão, em conformidade com a Resolução nº 211/2015, do Conselho Nacional de Justiça, com o objetivo de adotar modelos de

gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

O Núcleo Socioambiental deverá ter caráter permanente para o planejamento, implementação, monitoramento de metas anuais e avaliação de indicadores de desempenho. Deverá, ainda, estimular a reflexão e a mudança dos padrões de compra, consumo e gestão documental dos órgãos do Poder Judiciário, bem como do corpo funcional e força de trabalho auxiliar de cada instituição.

O PLS é o instrumento vinculado ao planejamento estratégico do Poder Judiciário, com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados, que permite estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade que objetivem uma melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão sistêmica do órgão.

A Portaria nº 874/2015 definiu a mesma composição para o Núcleo e para a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável.

Apoio à Relatoria Especial da ONU

Em reunião no gabinete da presidência, a presidente em exercício, desembargadora Anildes Cruz, recebeu o Relator Especial sobre Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), Juan Ernesto Méndez, acompanhado de equipe técnica.

O relator cumpriu visita institucional ao TJMA e se reuniu com o desembargador Fróz Sobrinho, coordenador da Unidade de Monitoramento e Fiscalização Carcerária e magistrados da área criminal para tratar de assuntos relacionados à execução penal na Justiça estadual.

O enviado da ONU recebeu um relatório com informações sobre as ações do TJMA na área da execução penal e no sistema carcerário, incluindo mutirões realizados; metodologia APAC; Núcleo de Assistência ao preso; penas alternativas e monitoramento eletrônico; aperfeiçoamento do sistema de execução penal e audiências de custódia.

Regulamentação do Conselho Administrativo do FUNSEG

A presidente do TJMA regulamentou o funcionamento do Fundo Especial de Segurança dos Magistrados do Estado do Maranhão – FUNSEG-JE, criado pela Lei Complementar nº 164, de 1º de abril de 2014, encaminhando o projeto de lei ao Legislativo estadual.

O Ato da Presidência nº 03/2015, de 04.09.2015, definiu o percentual de 3% (três por cento) do produto da arrecadação das custas judiciais, taxa judiciária e do percentual de emolumentos extrajudiciais, recolhidos ao Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Poder Judiciário (FERJ), para compor a receita do FUNSEG-JE.

No Ato da Presidência nº 04/2015, de 22.09.2015, foi definida a seguinte composição do Conselho de Administração do FUNSEG-JE e a Resolução nº 33, de 21.09.2015, designou como presidente do conselho de administração do FUNSEG-JE o presidente da Comissão de Segurança Institucional do TJMA.

Adequação da Justiça de 1º e 2º Graus ao Novo CPC

Com o advento do Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15), com vigência prevista para março de 2016, a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, instituiu, por meio da Portaria nº 952/2015, a Comissão Especial para adequação da estrutura e dos procedimentos da Justiça de 1º e 2º graus ao novo CPC.

A Comissão foi presidida pelo desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira e composta pelos magistrados Sara Fernanda Gama, juíza auxiliar da presidência, José Américo Abreu Costa, juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça.

Atuaram como colaboradores os juízes de direito: Lorena de Sales

Rodrigues Brandão, André Bogéa Pereira Santos, Nelson Melo de Moraes Rêgo, Manoel Matos de Araújo Chaves, Manoel Aureliano Ferreira Neto e Diva Maria de Barros Mendes.

Resgate da Antiga Sala das Sessões Plenárias

Por determinação da presidência, as instalações da antiga sala das sessões plenárias do Palácio da Justiça, foram resgatadas e a mobília de época, restaurada. O setor havia sido demolido e utilizado para dar lugar a salas de trabalho de rotina. Com o resgate, foi restabelecido para realizar sessões, solenidades de pequeno porte e visitações públicas.

A obra de reforma foi executada pela Diretoria de Engenharia do TJMA, e o restauro dos móveis, pela Diretoria Administrativa Foram renovados o carpete, as cortinas e a iluminação e instaladas as redes lógica e elétrica e os sistemas de gravação de áudio e vídeo. O projeto de arquitetura foi elaborado com base em registros antigos, fotos e pesquisas.

A reativação do espaço foi fiel ao desenho original, concebido na edificação do antigo prédio da sede administrativa do TJMA, iniciada na interventoria de Paulo Ramos e concluída no Governo Sebastião Archer, em 1948.

IBIS – Em lugar de destaque na sala, foi reposta a tela de Horácio Tribuzzi, de 1886, retratando a deusa da Justiça segurando uma balança, e uma íbis - ave nobre, simbolizando a Justiça de Rafael de Urbino, mestre da pintura renascentista.

"Ação Estadual de Combate à Corrupção"

Firmada a parceria institucional com o Ministério Público Estadual visando à execução da "Ação Estadual de Combate à Corrupção", por ocasião da passagem do Dia Internacional de Combate à Corrupção - 09 de dezembro de 2015.

A ação priorizou, em todo o Estado do Maranhão, uma pauta de julgamentos ou instrução dos processos cíveis e criminais, por prática de atos de improbidade, corrupção e desvio de verbas públicas, demonstrando o trabalho desenvolvido pelos órgãos do sistema de Justiça.

Essa ação cumpriu recomendação do CNJ, em relação às metas 4 e 18 do Poder Judiciário Nacional, que prevê o esforço dos tribunais para acelerar o julgamento das ações de improbidade administrativa e de crimes contra a administração pública, como a corrupção.

Projeto "Justiça Inclusiva" Emprega Surdos

A presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, por meio do Contrato de Prestação de Serviços nº 170/2015, firmou parceria com a Associação dos Surdos do Maranhão (ASMA), para a prestação de serviços de apoio técnico operacional à digitalização eletrônica dos documentos em papel em poder das unidades judiciárias e arquivistas do TJMA.

O contrato prevê a criação de 81 postos de trabalho, na medida da necessidade e envolve as tarefas de preparação, higienização, digitalização, indexação, conferência, armazenamento e disponibilização em mídia digital. Os postos de trabalho deverão funcionar no período de 8h às 12h e das 14h às 18h, distribuídos em 02 (dois) turnos, com jornada de 08 (oito) horas/dia, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais.

O projeto foi inspirado em iniciativa semelhante do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O serviço funciona junto ao arquivo judiciário, que foi dotado de 8 kits de computador e scanner - equipamentos utilizados para produzir a versão digital dos documentos. O trabalho é auxiliado por um intérprete de libras.

Selo "Justiça em Números" de Excelência em Gestão da Informação

O TJMA foi agraciado, pelo Conselho Nacional de Justiça, com o selo "Justiça em Números" – categoria ouro. A premiação visa ao reconhecimento da excelência na produção, gestão, organização e disseminação das informações administrativas e processuais dos tribunais brasileiros.

A concessão do selo considerou o encaminhamento adequado das informações, com atenção aos prazos e consistência dos dados, assim como o nível de informatização do Tribunal, uso de relatórios estatísticos para o planejamento estratégico e o cumprimento das resoluções do CNJ.

São considerados tribunais com nível de excelência na gestão da informação aqueles capazes de extrair dados analíticos de todas as unidades judiciárias em sistemas padronizados de acordo com as regras da Tabelas Processuais Unificadas e do Modelo Nacional de Interoperabilidade. Também foi considerado o nível de implantação dos processos eletrônicos dos tribunais.

Nova Sede da Casa da Criança

A presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, fez a entrega da nova sede da "Casa da Criança", vinculada à Fundação da Cidadania e Justiça, e construída na atual gestão.

Com 18 anos de existência, a instituição abriga crianças com idade entre 0 e 3 anos que estão sob custódia da Justiça, em situação de vulnerabilidade por qualquer tipo de abandono, negligência e/ou maus tratos, promovendo o retorno à família biológica ou encaminhando-as para a adoção por família substituta. Antes, a Casa da Criança abrigava até 25 crianças.

As novas instalações da casa dispõem de estrutura para atender cerca de 100 crianças, dispondo de 10 quartos coletivos, berçário, sala para coordenadoria administrativa, sala para atendimento psicossocial I e II, consultório médico, consultório odontológico, sala de fisioterapia, brinquedoteca, copa, cozinha, rouparia, lavanderia, banheiros, banheiros para portadores de necessidades especiais, sala de estudos, salas para oficina de corte costura, artesanato e informática, área para horta, quadra esportiva e, estacionamento.

O trabalho da Casa conta com o apoio dos servidores da Coordenadoria da Infância e Juventude e de cuidadoras, motoristas, policiais militares e funcionários de serviços gerais.

Inventário de bens patrimoniais

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio da Divisão de Administração Patrimonial, concluiu o inventário geral de bens permanentes do Poder Judiciário do Maranhão.

Com a iniciativa, o Poder Judiciário orienta, com segurança, a tomada de decisões quanto ao planejamento de aquisições e atualização do parque tecnológico e mobiliário, evitando extravios de bens e atendendo às demandas legais, no que diz respeito à contabilidade e balanço patrimonial anual, além de se adequar às novas normas de contabilidade pública internacional.

Participações em Eventos Jurídicos

Reunião do Colégio de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil:

• 99º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil – 5 a 7 de junho de 2014, em Belém (PA).

O TJMA foi representado pelo desembargador Cleones Carvalho Cunha.

• 101º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil – 4 a 6 de dezembro de 2014, em São Paulo (SP).

• 102º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil – 12 a 14 de março de 2015, em Belo Horizonte (MG).

• 103º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil – 18 a 20 de junho, em Recife (PE).

O TJMA foi representado pelo desembargador José de Ribamar Fróz Sobrinho. O juiz Fernando Mendonça (2ª Vara das Execuções Penais de São Luís) apresentou palestra sobre o Sistema de Audiências de Custódia, metodologia implantada na Justiça de 1º grau em 17.10.2015, que possibilita a apresentação de pessoa presa em flagrante delito até 48 horas após a prisão.

A "Carta de Recife" - documento deliberativo do Encontro-, enfatizou a implantação da prática como "instrumento célere e eficaz para a solução de conflitos, defesa dos direitos fundamentais e garantia da cidadania".

• 104º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil – 20 a 22 de agosto de 2015, em Curitiba (PR).

O TJMA foi representado pelo desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo.

• 105º Encontro do Conselho Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil – 21 a 24 de outubro de 2015, no Rio de Janeiro (RJ).

O TJMA foi representado pelo desembargador Cleones Carvalho Cunha, presidente eleito.

Atos da Presidência

Nº 01/2014 – Aprova o Plano Anual de Atividades de Auditoria para o exercício de 2014 - PAAA/2014.

Nº 02/2014 – Aprova o adendo ao Plano Anual de Auditoria Ações para 2014.

Nº 03/2014 – Aprova o Plano de Auditoria a Longo Prazo Quadriênio 2014/2017.

Nº 04/2014 – Suspende o Edital nº 12/14 e os procedimentos posteriores para acesso ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça, pelo critério de merecimento, até ulterior deliberação do Conselho Nacional de Justiça.

Nº 05/2014 – (cancelado)

Nº 06/2014 – Cessa os efeitos do Ato da Presidência GP nº 04/2014, que suspendeu os efeitos do Edital nº 12/2014, para dar prosseguimento ao procedimento para acesso ao cargo de desembargador, pelo critério de merecimento.

Nº 07/2014 – Aprova a alteração do cronograma do Plano Anual de Atividades de Auditoria do exercício de 2014 – PAAA/2014.

Nº 08/2014 – Designa os membros do Conselho de Curadores da Fundação da Cidadania e Justiça.

Nº 09/2014 – Aprova o Plano Anual de Atividades de Auditoria para o exercício de 2015 – PAAA/2015.

Nº 10/2014 – Dispõe sobre a atualização dos valores das despesas postais, porte de remessa e retorno e despesas com publicações no DJE e intimações eletrônicas, para o exercício de 2015.

2015

Nº 01/2015 – Dispõe sobre a readequação do subsídio da carreira da magistratura do Estado do Maranhão.

Nº 02/2015 – Designa magistrada e servidores para os cargos de diretor presidente, diretor técnico e diretor administrativo financeiro da Fundação da Cidadania e Justiça, respectivamente.

Nº 03/2015 – Fica destinado do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG-JE, o percentual de 3% (três por cento) do produto da arrecadação das custas judiciais, taxa judiciária e do percentual de emolumentos extrajudiciais recolhidos ao Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Poder Judiciário – FERJ.

Nº 04/2015 – Dispõe sobre a composição do Conselho de Administração do Fundo Especial de Segurança dos Magistrados do Maranhão (FUNSEG), criado pela Lei Complementar nº 164, de 1º de abril de 2014.

Nº 05/2015 – (cancelado)

Nº 06/2015 Transfere o feriado do Dia do Servidor (28 de outubro) para o dia 30 de outubro de 2015, com a prorrogação dos prazos processuais para o dia 3 de novembro.

Termos Administrativos

Convênios

2014

Nº 01/2014 – Com o Poder Executivo, para cessão de militares da reserva para trabalhar na segurança das comarcas.

Nº 02/2014 – Com FHE – POUPEX, para acesso a produtos e serviços.

Nº 03/2014 – Com a Universidade Federal do Maranhão - UFMA – GES- PÚBLICA, para curso de especialização.

2015

Nº 01/2015 – Com FHE – POUPEX, para acesso a produtos e serviços.

Cooperação Técnica

2014

Nº 01/2014 – Cooperação Técnica entre o TJMA e a Faculdade Santa Terezinha – CEST, para fins de concessão de estágio.

Nº 02/2014 – Cooperação Técnica entre o TJMA e a Faculdade Santa Terezinha – CEST, com o objetivo de cooperação educacional visando à concessão de descontos promocionais específicos pelo CEST, associados e/ou colaboradores, devidamente registrados junto ao TJMA, para cursarem cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu (MBA ou Especialização).

Nº 03/2014 – Cooperação Técnica entre o TJMA e a Prefeitura Municipal de São Luís para cessão de servidor.

Nº 04/2014 – Cooperação Técnica entre o TJMA, TRE, ESMAM e EJEMA com a finalidade de Integração Institucional para pesquisa jurídica.

Nº 05/2014 – Cooperação Técnica com a Prefeitura de Timon, para cessão de servidor.

Nº 06/2014 – Cooperação Técnica entre o TJMA e o Instituto Federal do Maranhão – IFMA, para concessão de estágio curricular obrigatório.

Nº 07/2014 – Cooperação Técnica com a Prefeitura de Guimarães, para cessão de servidor.

Nº 08/2014 – Cooperação Técnica com o Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais Prof. Camillo Filho, para estágio curricular obrigatório.

Nº 09/2014 – Cooperação Técnica com a Sociedade Caxiense S/C LTDA – SOEDUCA, para estágio curricular obrigatório.

Nº 10/2014 – Cooperação Técnica com a Universidade Federal do Piauí – UFPI, para estágio curricular obrigatório.

Nº 11/2014 – Cooperação Técnica entre o TJMA e o Instituto de Ensino superior Franciscano – IESF, para estágio curricular obrigatório.

Nº 12/2014 – Cooperação Técnica com a Faculdade Atenas Maranhense – FAMA, para estágio curricular obrigatório.

Nº 13/2014 – (não formalizado)

Nº 14/2014 – (não formalizado)

Nº 15/2014 – Cooperação Técnica com a Universidade Anhanguera Uniderf - Centro de Educação à Distância, para estágio curricular obrigatório.

Nº 16/2014 – (não formalizado)

Nº 17/2014 – (não formalizado)

Nº 18/2014 – Cooperação Técnica com a Universidade do Ceuma – UNICEUMA, para estágio curricular obrigatório.

Nº 19/2014 – Cooperação Técnica com a Faculdade do Baixo Parnaíba – FAP, para a instalação e funcionamento de Centro Judiciário de solução de Conflitos e Cidadania e Captação e Mediadores e Conciliadores Voluntários.

Nº 20/2014 – Cooperação Técnica com a União dos Cursos Superiores – UNISEB, para estágio curricular obrigatório.

Nº 21/2014 – Cooperação Técnica com a Prefeitura Municipal de Olho D'Água das Cunhãs, para cessão de servidor.

Nº 22/2014 – Cooperação Técnica com a Sociedade Maranhense de Ensino Superior Ltda. – FACAM, para estágio curricular obrigatório.

Nº 23/2014 – (não formalizado)

Nº 24/2014 – (não formalizado)

Nº 25/2014 – Cooperação Técnica com a CEMAR para funcionamento do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania e Captação e Mediadores e Conciliadores Voluntários.

Nº 26/2014 – Cooperação Técnica com a empresa TIM Celular, para funcionamento do Centro Judiciário de solução de Conflitos e Cidadania e Captação e Mediadores e Conciliadores Voluntários.

Nº 27/2014 – Cooperação Técnica com a Prefeitura Municipal de São Luís, para cessão de servidor.

Nº 28/2014 – Cooperação Técnica com a UNIASSELVI - Centro Universitário Leonardo da Vinci, para estágio curricular obrigatório.

2015

Nº 01/2015 – (não formalizado)

Nº 02/2015 – (não formalizado)

Nº 03/2015 – Cooperação Técnica entre TJMA, ESMAM e Procuradoria Geral do Estado, para integração institucional visando ao aperfeiçoamento técnico de recursos humanos.

Nº 04/2015 – Cooperação Técnica com o IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, para disponibilizar banco de dados aos magistrados sobre peritos e avaliadores habilitados.

Nº 05/2015 – Cooperação Técnica com a Fundação Universidade Federal do Maranhão, para estudos e pesquisas na área da Justiça Criminal.

Nº 06/2015 – Cooperação Técnica com o Banco do Brasil S.A. – Agência Setor Público, para critérios de abertura de conta de depósito.

Nº 07/2015 – (não formalizado)

Nº 08/2015 – (não formalizado)

Nº 09/2015 – (não formalizado)

Nº 10/2015 – (não formalizado)

Nº 11/2015 – Termo de Cooperação Técnica com a Unibalsas Educacional LTDA, para instalação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. – CEJUSC.

Nº 12/2015 – Cooperação Técnica com a FAI - Sociedade Educacional Caxiense, para instalação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. – CEJUSC.

Nº 13/2015 – (não formalizado)

Nº 14/2015 – Cooperação Técnica com a FEBAC - Menezes e Amorim Ltda. para instalação do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania.

Nº 15/2015 – (não formalizado)

Nº 16/2015 – (não formalizado)

Nº 17/2015 – (não formalizado)

Nº 18/2015 – Cooperação Técnica com a Sociedade Maranhense de Ensino Superior – SS, para instalação e funcionamento do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania.

Termos de Cessão de Uso

Assinatura, em 27.03.2014, do Termo de Cessão de Uso com o Poder Executivo do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (SEDIHC) e Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC), visando à cessão de imóvel em São Luís, com fundamento na Lei nº 8.666/93, para fins de instalação da Casa da Criança, instituição vinculada ao Poder Judiciário, pelo prazo legal de trinta anos.

Assinatura, em 30.03.2015, do Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel entre o TJMA e Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Estado de Gestão e Previdência, tendo como objeto a cessão de uso, em caráter gratuito, do terreno com área de 5,8ha, situado na Avenida Carlos Cunha, em São Luís, com a finalidade de construção, pela cessionária, de unidades do TJMA. A doação do imóvel pelo Executivo Estadual, autorizada pela Lei Estadual nº 10.166, de 03 de dezembro de 2014, vigora por cinco anos.

Proposições ao Poder Legislativo

2014

MENSAGEM Nº 01/2014 – Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre o reajuste nos vencimentos dos cargos efetivos, estáveis, comissionados e funções gratificadas do quadro de pessoal do poder Judiciário.

MENSAGEM Nº 02/2014 – Projeto de Lei Complementar que altera os artigos 69, caput, 69 e parágrafo único, bem como o 82, § 9º da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991, para facultar a remoção antes do provimento inicial de vaga ou promoção por antiguidade ou merecimento.

2015

MENSAGEM Nº 01/2015 – Projeto de Lei Complementar que altera os incisos XII e XIV do art. 9º da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991, para que a 10ª Vara Cível e a 12ª Vara Cível atuem nas ações decorrentes da arbitragem nacional e internacional.

MENSAGEM Nº 02/2015 – Projeto de Lei Complementar que altera o inciso LVIII do artigo 9º da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991, retirando da competência da 9ª Vara Criminal da Comarca de São Luís os crimes contra crianças e adolescentes do sexo feminino em situação de violência doméstica e familiar e os crimes de competência do Tribunal do Júri.

MENSAGEM Nº 03/2015 – (cancelada)

MENSAGEM Nº 04/2015 – Projeto de Lei Complementar que altera o artigo 18-A da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991, com a extinção do Órgão Especial criado pela Lei Complementar nº 160, de 03 de dezembro de 2013.

Vice-presidência

Sobre as atividades da vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Anildes Cruz, no biênio que finda, o balanço foi altamente positivo. Entre dezembro de 2013 e setembro de 2015, foram distribuídos à vice-presidência 498 processos judiciais. Destes, foram despachados 104, com decisão/julgamento de 380 processos.

O gabinete da Vice-Presidência recebeu o certificado de unidade vencedora da Gratificação de Produtividade Judiciária do TJMA em 2014 por ter superado as metas de desempenho.

A vice-presidente, Anildes Cruz, também participou de diversos eventos oficiais, como o lançamento do projeto "Conciliação Itinerante", realizado em 27 de junho de 2014, na Cidade Universitária da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Em 7 de novembro de 2014, participou da instalação do terminal de videoconferência do Fórum de São José de Ribamar, ocasião em que ressaltou as vantagens do uso da tecnologia pela Justiça estadual.

A campanha "Justiça pela Paz em Casa" foi outro evento que contou com a participação da desembargadora Anildes Cruz. De iniciativa da vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Carmem Lúcia, a campanha tem como objetivo agilizar os julgamentos de processos que envolvam casos de violência contra mulheres, principalmente homicídio.

A vice-presidente do TJMA também participou do I Seminário de Atualização Jurídica, promovido pela Escola Superior de Magistratura (ESMAM), em 11 de junho de 2015, e da solenidade comemorativa ao Dia do Soldado, em 26 de agosto, ocasião em que foi homenageada pelo Comando do 24º Batalhão de Infantaria Leve.

Na passagem de Anildes Cruz pelo cargo, a Coordenadoria de Distribuição, unidade subordinada à Vice-Presidência, ganhou novas instalações.

No biênio 2014-2015, a desembargadora Anildes Cruz exerceu a função de Presidente do TJMA por 135 dias, durante o afastamento legal e temporário das funções judicantes da titular, desembargadora Cleonice Freire. Nesse período, oficializou diversos atos relevantes ao Poder Judiciário maranhense.

Como presidente da Seção Cível, a desembargador Anildes Cruz julgou 39 processos. Já como presidente da Comissão de Divisão e Organização Judiciária e Assuntos Legislativos, a magistrada realizou 15 reuniões, nas quais foram distribuídos e decididos 134 processos administrativos.

Gestão Administrativa

Licitações e Contratos

Na área de licitações e contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão, a gestão da desembargadora Cleonice Freire apresentou balanço bastante positivo. Diversas ações foram realizadas com o intuito de otimizar o desempenho do setor. Uma delas foi o suporte para a elaboração do termo de referência, a fim de torná-lo eficiente e diminuir seu tempo de tramitação até a contratação.

A alimentação do Sistema de Controle Orçamentário (SCO) com Atas de Registro de Preços, Contratos e Convênios, com a finalidade de gerenciar as compras do Tribunal, e a disponibilização dos dados levantados por meio do Portal da Transparência foram outras providências tomadas.

Na gestão da desembargadora Cleonice Freire foi montado o cadastro de contratos e processos de licitações no Sistema SACOP-TCE (sistema de cadastro de processos de compras públicas), a fim de dar transparência ao uso dos recursos públicos.

Houve ainda a elaboração de Atas de Registro de Preços, Contratos, Convênios e Termos Aditivos, todos publicados no Diário da Justiça Eletrônico (DJE).

Outra atividade realizada foi o levantamento quantitativo/qualitativo das licitações nas modalidades Pregão (Eletrônico e Presencial), Concorrência e Contratos Administrativos.

MODALIDADES	LICITAÇÕES FINALIZADAS	PERCENTUAL MÉDIO DE ECONOMIA	VALOR MÉDIO DA ECONOMIA
Pregão Eletrônico	57	34,12%	R$ 45.983.312,95
Pregão Presencial	10	31,39%	R$ 1.452.099,09
Concorrência	13	1,80%	R$ 1.997.536,71

MODALIDADES	LICITAÇÕES EM ANDAMENTO
Pregão Eletrônico	15
Pregão Presencial	01
Concorrência	02

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS CELEBRADOS	
TIPO	QUANTIDADE
Fornecimento	136
Prestação de Serviços	82
Locação de Imóveis	17
Aditivos Contratuais	107
Termo de Cooperação Técnica	11
Convênios	06
Ata de Registro de Preço	129

Por fim, destacam-se as licitações, realizadas preferencialmente na forma eletrônica a partir do exercício de 2012, resultando em contenção de gastos da ordem de 19,75% (licitações finalizadas). Financeiramente, a economia foi de R$ 49.432.948,75 ao Poder Judiciário do Maranhão na contratação de terceiros, contribuindo significativamente com o "Princípio da Eficiência, Economicidade e Publicidade".

Todas as Atas de Registro de Preços resultantes dos Pregões e Contratos celebrados estão disponíveis no Portal da Transparência, no link: http://sisrh.tjma.jus.br/sco/portal/?acao_portal=menu_contratos, cumprindo Resolução do CNJ 102/2009.

Controle Interno

Entre as atividades na área de controle interno, destacam-se a auditoria no planejamento e contratos de prestação de serviços, com o objetivo de avaliar o cumprimento da regulamentação relativa ao planejamento, contratação e gestão de contratos de prestação de serviços. Outra atividade relevante foi o controle do cartão corporativo no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão, a fim de verificar se a concessão de adiantamento, por meio desse instrumento, está em consonância com a legislação que regula a matéria.

Houve ainda auditoria na Coordenadoria de Material e Patrimônio, com a finalidade de avaliar os controles relacionados à existência física dos bens móveis, bem como as condições gerais das instalações do Almoxarifado (onde funciona a Coordenadoria de Material e Patrimônio), especialmente estocagem e segurança do prédio. Na execução do trabalho, que está em andamento, as equipes se ocupam em avaliar as instalações da estrutura do prédio do almoxarifado, realizar o inventário físico periódico, avaliar os sistemas de controle adotados, identificar fragilidades e sugerir rotinas e procedimentos para um melhor controle de estoque, além de verificar o cumprimento de recomendações anteriores à auditoria.

Na elaboração do Relatório do Controle Interno, para compor a prestação de contas anual enviada ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), verificou-se a regularidade da realização da receita e da despesa, a execução do orçamento e dos programas de trabalho e o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e na lei de diretrizes orçamentárias, conforme Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado.

Está sendo executada ainda a auditoria contábil mensal dos balancetes, os saldos das contas contábeis, a contabilização da folha de pagamento do pessoal ativo e a conciliação bancária da conta específica da folha de pessoal, atividade pioneira no âmbito desta Corte.

A folha de pagamento do Poder Judiciário do Maranhão também foi auditada, a fim de analisar a legalidade das verbas concedidas aos servidores e magistrados, em consonância com a legislação pertinente. Outras auditorias realizadas tiveram como objetos o planejamento, a contratação e a gestão de contratos de fornecimento, de bens e serviços de TI, transportes, com o estudo de sua vantagem para a Administração, da arrecadação do Fundo de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ) e do Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão (FERC) e de obras e serviços de engenharia.

Do balanço de ações constam também o controle de atos de admissão de servidores, verificação da legalidade dos atos de concessão de diárias e passagens a magistrados, servidores e colaboradores eventuais e a elaboração do Plano anual de Atividades de Auditoria para 2016.

Acompanhamento de Gestão

A Coordenadoria de Acompanhamento de Gestão do Poder Judiciário também registrou atividade intensa no biênio 2014-2015. Entre as ações realizadas, destacam-se a análise de atos e processos administrativos referentes aos atos de administração, licitação, de compra e de pessoa, auxílios aos gestores na administração e nos resultados de suas ações.

O setor deu importante contribuição ao trabalho de reestruturação do Sistema de Gestão, Fiscalização e Aplicação de Penalidades dos Contratos Administrativos da Corte, por meio de uma comissão instituída pela portaria 274/2013. No período, a Coordenadoria de Acompanhamento de Gestão emitiu recomendações por meio de 1.174 pareceres e 575 despachos, expedidos no exercício de 2015, totalizando 1.749 documentos, resultando em uma média de 10 processos analisados por dia.

Ações institucionais

Durante o biênio 2014/2015, o Tribunal de Justiça do Maranhão beneficiou 36 instituições filantrópicas com materiais permanentes ora inservíveis para a Corte. Uma vez doados, os itens passaram a ser utilizados para fins sociais. Em 2014, foram atendidas 1.506 requisições, feitas por instituições diversas. Até agosto deste ano, houve 1.151 atendimentos. Em relação aos materiais doados, o número chegou a 6.803 em 2014. Este ano, até agosto, foram 3.853 doações.

Requisições atendidas em 2014	Requisições atendidas em 2015 até agosto
1506	1151

Materiais atendidos em 2014	Materiais atendidos em 2015 até agosto
6803	3853

Gestão de Infraestrutura

Investimentos em obras

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) realizou obras de construção e reforma de fóruns e outras unidades judiciais em comarcas do Estado, com recursos do Fundo de Modernização e Reaparelhamento do Poder Judiciário (FERJ). Foram beneficiadas as comarcas de São Luís, São Bernardo, Balsas, Mirador, Codó, Santa Helena, Santa Luzia, Porto Franco, Buriticupu, Buriti e Santa Inês.

Fórum de Balsas

Fórum de Porto Franco

Fórum de Magalhães de Almeida

CONSTRUÇÕES

ESMAM

Área dotada de estacionamento (pavimento do tipo bloquete), calçadas (piso cimentado) e jardins (gramado / plantas).

Fachadal

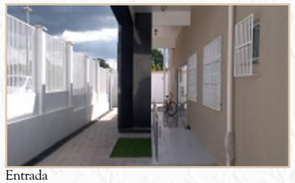
Entrada

Piso tátil para pessoas com Mobilidade Reduzida

FÓRUM DA COMARCA DE SÃO BERNARDO

Construção de uma vara com salão de júri, contendo os seguintes ambientes: secretaria judicial, arquivo, depósito, atendimento, sala dos assessores, gabinete do juiz, sala de audiências, sala da OAB, sala dos oficiais de justiça, distribuição, banheiros adaptados para portadores de necessidades especiais, copa, almoxarifado, acesso para magistrado, estacionamento, dentre outros.

Fachada


Entrada

Ambiente interno

FÓRUM DA COMARCA DE PORTO FRANCO

Fórum de um pavimento, composto por duas unidades jurisdicionais, distribuição e protocolo, sanitários, sala para oficiais de justiça, sala para OAB.

Ambiente interno

Ambiente interno

Fachada

FÓRUM DA COMARCA DE SANTA INÊS

Salão do júri com 108 lugares (incluindo PNE) e seus anexos: sala secreta, sala para testemunhas de defesa, sala para testemunhas de acusação, sala do réu, copa e sanitários.

Rampa de acesso

Ambiente interno

Fachada

FÓRUM DA COMARCA DE BURITICUPU

Fórum com área construída de 882 m², com espaço para o funcionamento de dois gabinetes, um salão do júri com capacidade para 110 pessoas, sala de audiência, recepção/atendimento, arquivos, entre outros compartimentos. Foi o primeiro Fórum inaugurado na atual gestão. O terreno foi cedido pelo Incra.

Fachada

REFORMAS

SÃO LUÍS

RESGATE DO "PLENINHO"

Os serviços deram nova ambientação ao antigo salão de 112,94m², e os móveis antigos, restaurados. Foram substituídos o carpete, as cortinas e a iluminação e instaladas redes lógica, elétrica e sistemas de gravação de áudio e vídeo. O projeto de arquitetura foi elaborado com base em registros antigos, fotos e pesquisa realizada junto à Biblioteca do Judiciário.

Ambientação

Ambientação

PLENO DO TJMA

Ambientação

Ambientação

PRÉDIO DO 6º JUIZADO ESPECIAL

Pintura interna

Tratamento do piso em madeira

Restauração do prédio

FÓRUM DA COMARCA DE BALSAS

Fórum de um pavimento, composto por três unidades jurisdicionais, distribuição e protocolo, sanitários, Juizado Cível e Criminal, sala para oficiais de justiça, promotoria, salão do júri com 102 lugares (incluindo PNE). Foram construídos novos depósitos judiciais com área aproximada de 110,98 m², serviços de pavimentação e drenagem da área livre, recuperação estrutural de locais, pintura geral, dentre outros.

Fachada

Ambiente interno

Rampa de acesso ao Fórum

FÓRUM DA COMARCA DE MIRADOR

Fórum de um pavimento, composto por duas unidades jurisdicionais, distribuição e protocolo, sanitários, sala para oficiais de justiça, sala para OAB, salão do júri - e seus anexos - com 104 lugares (incluindo PNE) e alojamento para magistrados.

Fachada

Rampa de Acessibilidade

Impermeabilização da Laje

REFORMA DO TELHADO DO FÓRUM DA COMARCA DE CODÓ

Fórum de um pavimento, composto por três unidades jurisdicionais, distribuição e protocolo, sanitários, um juizado especial cível e criminal, promotoria, cartório eleitoral, sala para oficiais de justiça, sala para OAB, salão do júri - e seus anexos - com 102 lugares (incluindo PNE).

Mureta para proteção da chuva

Travamento das peças de sustentação

Fachada

PAVIMENTAÇÃO / URBANIZAÇÃO NO FÓRUM DA COMARCA DE SANTA HELENA

Área dotada de estacionamento (pavimento do tipo bloquete), calçadas (piso cimentado) e jardins (gramado / plantas).

Pavimentação/Urbanização

Pavimentação/Urbanização

Pavimentação/Urbanização

Pavimentação/Urbanização

PAVIMENTAÇÃO / URBANIZAÇÃO NO FÓRUM DA COMARCA DE SANTA LUZIA

Área dotada de estacionamento (pavimento do tipo bloquete), calçadas (piso cimentado) e jardins (gramado / plantas).

Pavimentação/Urbanização

Pavimentação/Urbanização

Pavimentação/Urbanização

Pavimentação/Urbanização

BURITI

Recuperação de paredes, substituição de forro, janelas e luminárias, instalação de grades de proteção, novos aparelhos de ar-condicionado, descupinização e pintura geral, rede elétrica revisada, link de internet otimizado, além de construção de acesso e sanitário adaptados para deficientes físicos, e salas para os profissionais da OAB e do Ministério Público.

Recuperação

FUNDAÇÃO DA CIDADANIA E JUSTIÇA "CASA DA CRIANÇA"

As novas instalações da sede da Fundação da Cidadania e Justiça - "Casa da Criança" tem espaço físico suficiente para atender cerca de 100 (cem) crianças em tempo integral e contará com 10 (dez) quartos, berçário, sala para coordenadoria administrativa, sala para atendimento psicossocial I e II, consultório médico, consultório odontológico, sala de fisioterapia, brinquedoteca, copa, cozinha, rouparia, lavanderia, banheiros, banheiros PNE, sala de estudos, salas destinadas para oficina de corte costura, artesanato e informática, área para horta, quadra esportiva, estacionamento, entre outros.

Quadra

Cozinha

Ambiente interno

Fundação da Cidadania e Justiça

Lançamento da Fundação da Cidadania e Justiça

Inauguração da Casa da Criança

Solar dos Veras

Na Rua do Egito, em São Luís, foi restaurado o SOLAR DOS VERAS – sobrado colonial do Século XIX, localizado na Rua do Egito, centro histórico. O prédio é composto por duas unidades. A primeira possui três pavimentos e área construída de 975,77m². A segunda, com área construída de 1.010,02m², dispõe de quatro pavimentos. No local, estão instalados a biblioteca do TJMA, o gabinete do desembargador Froz Sobrinho, a Unidade de Monitoramento Carcerário (UMF), o a Comissão de Concursos (Recursos Humanos) e a Diretoria de Segurança Institucional.

Imperatriz

O novo fórum de Imperatriz está sendo construído numa área de 14.083,33 m², no bairro Residencial Kubitscheck. O fórum projetado, com obras iniciadas em 2013, terá capacidade para 50 juízes.

A estrutura metálica do prédio já foi executada e foram iniciadas as instalações elétricas, combate a incêndio, águas pluviais, sanitárias e hidráulicas e a colocação de piso nos ambientes internos. A obra encontra-se com 48,58% dos serviços executados.

Segunda maior comarca do Maranhão e segunda maior cidade após São Luís, Imperatriz se destaca como polo de desenvolvimento em expansão no país.

Obra do Fórum de Imperatriz

OUTRAS MANUTENÇÕES

Cobertura Policarbonato

Cobertura Policarbonato

Cobertura Policarbonato

Cobertura Policarbonato

Creche Judith Pacheco (Centro) - Reparo no quadro elétrico

Casa da Criança (Apeadouro) - Substituição da bomba d'água

ESMAM - Instalação de três condicionadores
de ar de 60.000 btu's

ESMAM - Criação de pontos elétricos e pintura
no Auditório

ESMAM - Impermeabilização na cobertura

CASA DA CRIANÇA - Instalação de pontos elétricos
e ventiladores de parede

CASA ABRIGO - Instalação de toldo fixo

CASA ABRIGO - Instalação de toldo fixo

12º JUIZADO - Instalação de forro em PVC branco, na Copa

1ª VARA (DEODORO) - Instalação de rack

14º JUIZADO - Capina e limpeza da área livre

ESMAM - Pintura das paredes, forros, portas e guarda-corpo

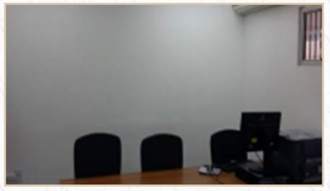
4º JUIZADO (CSU-Cohab) - Revisão de cobertura

7º JUIZADO (CEUMA-RENASCENÇA) - Substituição
de luminárias

5º JUIZADO (UFMA) - Substituição do QGBT

FÓRUM e JUIZADO DE RIBAMAR - Instalação
de infra-estrutura para CFTV

9º JUIZADO (CEUMA-COHAMA) - Troca de fechadura


FÓRUM DE RIBAMAR - Pintura da sala

2º JUIZADO-UEMA - Reparo no pavimento de bloco de concreto

CASA ABRIGO - Substituição de 2 vasos sanitários com caixa acoplada

CASA DA CRIANÇA -Troca de registro e torneira

4º JUIZADO (CSU-COHAB) - Substituição de caixa d'água e reparo na cobertura

Estacionamento Lateral

Estacionamento Lateral

Estacionamento Lateral

Estacionamento Lateral

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE RIBAMAR - Instalação de luminárias

2º JUIZADO (UEMA) - Substituição de lâmpadas e reatores

JUIZADO DE RAPOSA - Instalação de infra-estrutura para CFTV

CASA DA CRIANÇA - Pintura externa

CASA ABRIGO - Instalação de guarda-corpo

Creche Judith Pacheco - Instalação de tela de proteção de nylon com ganchos em inox

Gestão Financeira

Finanças

A Diretoria Financeira do Tribunal de Justiça do Maranhão, adotou como principais linhas de atuação, no biênio 2014/2015, a racionalização do processo de alocação de recursos, conforme o planejamento orçamentário; rigoroso controle das despesas e investimentos e a utilização de sistemas gerenciais modernos.

O compromisso com a transparência foi outra marca da gestão que finda. As informações divulgadas no Portal da Transparência,-disponível no endereço www.tjma.jus.br/financas, estão atualizadas e permitem a qualquer cidadão acompanhar a aplicação do orçamento e visualizar dados sobre a utilização de diárias, detalhamento da folha de pessoal e pagamentos a fornecedores do Poder Judiciário.

A gestão dos recursos teve como pilar o equilíbrio das contas e a observância rigorosa do que prevêem a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal, permitindo que a Corte executasse seu orçamento dentro das metas previstas.

Outro destaque foi a criação da Unidade Orçamentária 04904 – Fundo Especial de Segurança dos Magistrados, com receitas de 3% da arrecadação do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ), que visa planejar e estrutura ações referentes à segurança dos magistrados.

Gestão Orçamentária

A elaboração do Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 2016/2019 e das Leis Orçamentárias Anuais foi uma das principais atividades da Diretoria Financeira do TJMA no biênio 2014/2015. Coube à Coordenadoria de Orçamento executar essa tarefa.

A Diretoria Financeira, em conjunto com as demais Diretorias e a Coordenação de Planejamento Estratégico elaborou e encaminhou o Projeto de Lei do Plano Plurianual 2016/2019, que após sua sanção e promulgação autorizará os seguintes programas e ações do TJMA, conforme a seguir:

Ação	Descrição	Unidade de Medida
PROGRAMA 0543 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL		

ATIVIDADES

4305	Assistência Suplementar de Saúde	Agente Público Assistido
4434	Acesso à Justiça	Medido pela Despesa
4478	Comunicação e Divulgação Institucional	Matéria Veiculada
4674	Pagamento de Pessoal e Encargos Sociais	Medido pela Despesa
4436	Modernização do Judiciário	
4438	Promoção da Educação e do Conhecimento no Poder Judiciário	
4430	Gratuidade do Registro Civil	

PROJETO

1656	Construção, Ampliação e Reforma de Prédios do Poder Judiciário	

Ação	Descrição	Unidade de Medida
PROGRAMA 0411 - APOIO ADMINISTRATIVO		

OPERAÇÕES ESPECIAIS

0900	Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual	
0901	Contribuição ao Regime Geral da Previdência	

Ação	Descrição	Unidade de Medida
PROGRAMA 0499 - OPERAÇÃO ESPECIAL		

OPERAÇÕES ESPECIAIS

0902	Cumprimento de Sentença Judicial	

Lei Orçamentária Anual

A Programação Orçamentária Inicial do Tribunal de Justiça contemplada na LOA para o exercício financeiro de 2014 (Lei Estadual nº 9.976, de 06 de janeiro de 2014) fixou a despesa no valor de R$ 1.032.916.559 No decorrer do exercício financeiro foram aprovados legalmente créditos adicionais suplementares perfazendo um acréscimo no valor de R$ 151.707.214 (cento e cinqüenta e um milhões, setecentos e sete mil e duzentos e catorze reais). Desse modo, o orçamento do Tribunal de Justiça até o final do corrente exercício, totalizou R$ 1.184.623.773 (um bilhão, cento e oitenta e quatro milhões, seiscentos e vinte e três mil, setecentos e setenta e três reais).

Para o exercício financeiro de 2015 foram consignados ao Tribunal de Justiça pela LOA 2015 (Lei Estadual nº 10.183, de 22 de dezembro de 2014) créditos orçamentários no valor de R$ 1.124.639.727 (um bilhão, cento e vinte e quatro milhões, seiscentos e trinta e nove mil e setecentos e vinte e sete reais).

A seguir, tabela contendo o orçamento autorizado versus o executado nos exercícios financeiros de 2014 e 2015 (Tabela 1), bem como comparativo para fins de avaliação do percentual de crescimento das dotações autorizadas:

	2014	2015*	Δ(%) 2015X2014
Dotação Autorizada (LOA + Créditos)**	896.393.762	868.919.632	-3,06%
Despesas Correntes	844.594.108	825.711.198	-2,24%
GND "1" - Pessoas e Encargos Sociais	612.939.782	595.000.000	-2,93%
GND "3" - Outras Despesas Correntes (Exceto Precatórios)	231.654.326	230.711.198	-0,41%
Despesas de Capital	51.799.654	43.208.434	-16,59%
GND "4" - Investimentos	50.799.654	43.208.434	-14,94%
GND "5" - Inversões Financeiras	1.000.000	-	-

Dados apurados até 31.08.2015. Excluindo precatórios

Gestão Financeira

Por meio da Coordenadoria de Finanças e da Divisão de Análise de Faturas, a Diretoria Financeira racionalizou e agilizou os processos de pagamento a fornecedores do TJMA.

O rígido controle sobre as finanças públicas da Corte permitiu um equilíbrio entre as disponibilidades financeiras e orçamentárias e o respectivo empenho das despesas. A manutenção do equilíbrio financeiro foi de grande valia no momento econômico atual, marcado pela redução de receitas públicas e pela elevação dos preços dos produtos e serviços. Os mecanismos de controle viabilizaram recursos e possibilitaram investimentos necessários à boa prestação jurisdicional.

Gestão Contábil

Coube à Coordenadoria de Contabilidade a missão de elaborar a prestação de contas anual da Presidência e do Relatório de Gestão, apresentados ao Tribunal de Contas do Estado (TCE). Outra tarefa cumprida com louvor foi a elaboração e publicação dos Relatórios Quadrimestrais de Gestão Fiscal (RGF). Os RGFs referentes aos três quadrimestres de 2014 e aos dois primeiros quadrimestres de 2015 foram devidamente publicados no Diário da Justiça Eletrônico, no site do TCE e no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Sincofi). Em nenhum dos períodos levantados houve excesso ao limite máximo de despesas com pessoal.

Percentuais dos	Relatórios	de Gestão Fiscal - RGF
Períodos	**2014**	**2015**
1º Quadrimestre	5,05%	5,41%
2º Quadrimestre	4,97%	5,68%
3º Quadrimestre	5,14%	Publicação em janeiro/2016

Gestão da Folha de Pagamento

Na gestão da desembargadora Cleonice Freire, o calendário de pagamento dos vencimentos dos servidores do Poder Judiciário continuou sendo cumprido pontualmente, permitindo aos membros e funcionários realizarem um planejamento financeiro pessoal seguro.

O total de despesas com pessoal da Corte no exercício de 2014 foi de R$ 609.364.842,69 ((seiscentos e nove milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e dois reais e sessenta e nove centavos), no ano de 2015, até o mês de agosto, o dispêndio do Tribunal com estas despesas já somou R$ 433.285.854,18 (quatrocentos e trinta e três milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e cinqüenta e quatro reais e dezoito centavos).

Também foram efetuados os pagamentos referentes à Parcela Autônoma de Equivalência (PAE) no montante de R$ 9.752.949,76 (nove milhões, setecentos e cinqüenta e dois mil, novecentos e quarenta e nove reais e setenta e seis centavos); as Diferenças de Auxílio Alimentação dos magistrados, no total de R$ 17.215.188,67 (dezessete milhões, duzentos e quinze mil, cento e oitenta e oito reais e sessenta e sete centavos), e as diferenças referentes ao auxílio-moradia aos magistrados, totalizando R$ 1.281.509,95 (um milhão, duzentos e oitenta e um mil, quinhentos e nove reais e noventa e cinco centavos).

Em relação aos servidores, foram pagos R$ 18.045.458,07 (dezoito milhões, quarenta e cinco mil, quatrocentos e cinqüenta e oito reais e sete centavos) relativos à Gratificação por Produtividade Judiciária no ano de 2014. Também nesse mesmo ano, no mês de agosto, foi implantada a decisão judicial do percentual de 21,7%, estendida erga omnes a todos os servidores a partir de janeiro de 2015. O dispêndio com a implantação dessa decisão totalizou, em 2014, R$ 20.511.353, 78 (vinte milhões, quinhentos e onze mil, trezentos e cinqüenta e três reais e setenta e oito centavos), e até o mês de setembro de 2015, R$ 44.474.528,25 (quarenta e quatro milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, quinhentos e vinte e oito reais e vinte e cinco centavos).

Também foi implantado, em favor dos servidores, o reajuste de 4,3%, autorizado pela Lei 10.156/2014, a partir do mês de novembro de 2014, cujo pagamento dos valores retroativos aos meses de outubro a junho/2014, somou R$ 6.721.754,28 (seis milhões, setecentos e vinte e um mil, setecentos e cinqüenta e quatro reais e vinte e oito centavos), pagos ainda no exercício de 2014, os valores relativos aos meses de maio a janeiro/2014, cujo somatório, de R$ 6.218.942,30, foi pago no período de janeiro a maio de 2015.

FERJ

O balanço de atividades do Fundo Estadual de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ) no biênio 2014/2015 foi altamente positivo. Nos dois anos de gestão da desembargadora Cleonice Freire como presidente do TJMA, o fundo arrecadou R$ 150.230.147,07 (cento e cinquenta milhões, duzentos e trinta mil, cento e quarenta e sete reais, sete centavos), referente à cobrança de custas finais e protesto, fiscalização, repasses provindos dos saldos de balancete e venda de selos.

A diretoria do Ferj adotou os seguintes meios para o recolhimento de custas finais: contatos por telefone com as pessoas jurídicas (ativas) para confirmação de endereço e envio de cobranças via Correios e por e-mail, tornando mais ágil a efetivação dos pagamentos.

De janeiro de 2014 a julho de 2015, a Diretoria do FERJ arrecadou, com custas finais, R$ 698.455,08 (seiscentos e noventa e oitenta mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e oito centavos). Desse montante, R$ 398.027,00 foram arrecadados por meio de notificações diretas aos devedores (cartas e editais) e R$ 300.428,08, via Certidões de Dívidas Ativas encaminhadas às serventias para protesto.

O trabalho de fiscalização realizado pelo FERJ gerou uma arrecadação de R$ 2.014.151,19 (dois milhões, catorze mil, cento e cinquenta e um reais, dezenove centavos).

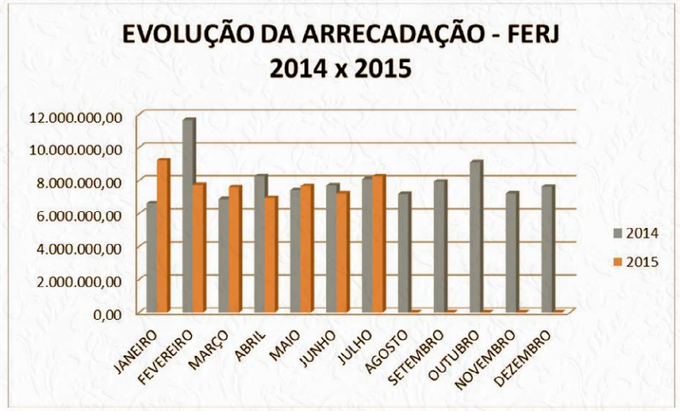
Já a cobrança e a análise dos balancetes das serventias judiciais interinas do Estado do Maranhão, que desde março de 2012 estão a cargo do FERJ, por determinação da Corregedoria Geral de Justiça, renderam aos cofres públicos, no período de janeiro/2014 a julho/2015, a quantia de R$ 5.444.190,38 (cinco milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, cento e noventa reais, trinta e oito centavos).

O Núcleo de Planejamento Estratégico (NPE) alcançou, no exercício de 2014, as metas propostas para a Gratificação de Produtividade Judiciária (GPJ) com excelência. De janeiro a junho de 2015, a meta estabelecida também foi atingida, também de acordo com o NPE.

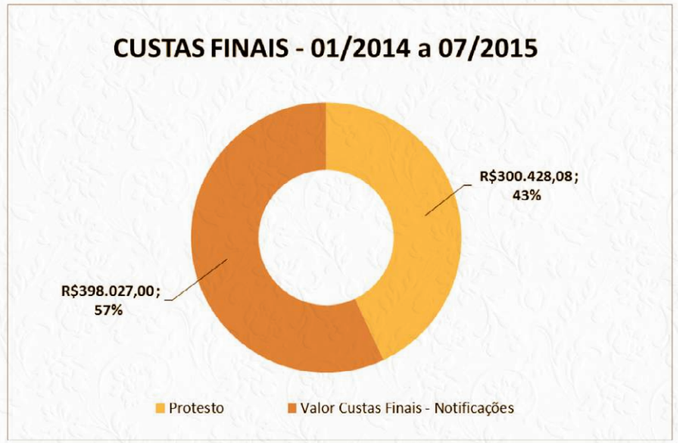
Em relação ao Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão (FERC), a diretoria informa ter desenvolvido um trabalho contínuo de análise e compensação dos atos gratuitos. Graças a esse esforço, nenhum registrador com situação regularizada ficou sem sua devida compensação no prazo estimado.

Em 2015, segundo ano da gestão da desembargadora Cleonice Freire, os registradores civis passaram a receber a quantia de R$ 13,40 (treze reais e quarenta centavos) como compensação por cada ato gratuito praticado, conforme determinou a RESOL-GP 40/2014, que atualizou monetariamente o limite unitário máximo para compensação de atos gratuitos previstos na Lei Complementar Estadual nº. 130/2009.

INDICADORES

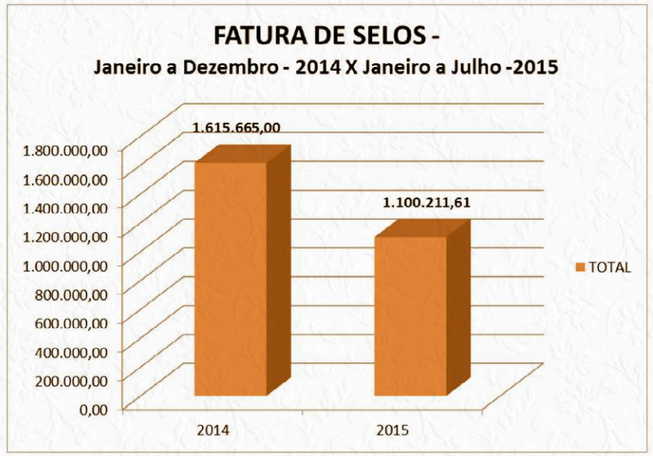


Fonte: SIAFERJ-WEB (Banco do Brasil)



Fonte: SIAFERJ-WEB (Banco do Brasil)

INDICADORES



Fonte: SIAFERJ-WEB (Banco do Brasil)

ARRECADAÇÃO AUDITORIA – 01.2014 a 07.2015	
NOTIFICAÇÕES	**VALORES (EM R$)**
PAGAS	2.014.151,19
PARCELADAS	15.615,01
TOTAL	**2.029.766,20**

PROJETOS 2014-2015

Projetos:	Situação:	Status
Criação do papel de segurança, a fim de garantir a autenticidade, segurança e eficácia dos atos emitidos pelas secretarias judiciais e serventias extrajudiciais	O processo 58001/2014 contendo a licitação da aquisição do papel de segurança encontra-se na Diretoria Financeira para empenho, conforme DECISÃO-GP - 30822015.	Em execução
Alterações no sistema SIAFERJ-WEB, como por exemplo, a criação da opção Relatório Sintético de Estoque de Selos, Relatório Sintético de Rastreamento de Selos, Digitação das remessas extrajudiciais via sistema.	Todas essas atividades foram executadas desde o início do ano de 2014, o que proporcionou agilidade na análise das informações das serventias extrajudiciais	Realizado
Notificação para fins de compensação financeira de todos os atos gratuitos não solicitados ou solicitados incorretamente pelas 189 serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais - RCPN do ano de 2014	Com a alteração da Resolução nº. 14/2010, que aprova o regulamento do Fundo Especial das Serventias de Registro Civil das Pessoas Naturais – FERC, através da RESOL-GP – 492013, as notificações para fins de compensação financeira de todos os atos gratuitos não solicitados ou solicitados incorretamente pelas 189 serventias de registro civil não foi mais necessária, pois a referida resolução estipulou um prazo limite para a prestação de contas dos documentos comprobatórios de gratuidade	Realizado
Realização de atualização monetária das tabelas de custas e emolumentos previstas na Lei Estadual nº. 9.109/2009, para o exercício de 2015	Providenciado pela Resolução n.º 38/2014, com atualização monetária em 6,3338400%	Realizado
Alteração da Lei Estadual nº 9.109/2009, visando promover ajustes no texto legal da novel Lei de Custas e Emolumentos, bem como a inclusão da Tabela XVIII dos serviços extrajudiciais - atos dos tabeliães e oficiais de registros de contratos marítimos, preenchendo, assim, uma lacuna na Lei	O projeto de alteração da legislação foi devidamente criado em abril/2015, por meio do processo n.º 14842/2015	Em execução

Realizar a atualização o valor unitário dos selos de fiscalização dos atos notariais, registrais e de distribuição extrajudiciais, criados pela Lei Complementar nº. 48, de 15 de dezembro de 2000	Realizado através da assinatura da Resolução n.º 39/2015, que entrou em vigor no dia 1º janeiro de 2015	Realizado
Realizar a atualização monetária do limite unitário máximo para compensação de atos gratuitos da Lei Complementar Estadual nº. 130/2009, para o exercício de 2015	O limite unitário máximo para compensação passou a vigorar no valor de R$ 13,40, a partir da publicação da Resolução n.º 402014	Realizado
Inclusão de novas ações judiciais (1º Grau e 2º Grau) no sistema "Gerador de Custas" disponibilizado no sitio do TJMA	Providenciada a adequação do Gerador de Custas para emissão de guias de recolhimento de custas para interposição de Recursos Inominado, a partir da utilização do Sistema PJe.	Realizado
Elaboração do Manual de Procedimentos (orientação aos interinos), bem como a criação da DRM (Demonstrativo de Resultado Mensal) como forma de otimização do Balancete Financeiro	O manual de procedimentos e a DRM encontram-se concluídos, aguardando apenas a criação de ato administrativo que regulamente o uso de tais ferramentas	Em execução

Entre os projetos executados no biênio 2014/2015 destacam-se a criação do papel de segurança, a fim de garantir a autenticidade, segurança e eficácia dos atos emitidos pelas secretarias judiciais e serventias extrajudiciais; alteração no sistema SIAFERJ-WEB, a exemplo da criação da opção Relatório Sintético de Estoque de Selos, Relatório Sintético de Rastreamento de Selos e digitação das remessas extrajudiciais via sistema e notificações para fins de compensação financeira de todos os atos gratuitos não solicitados ou solicitados incorretamente pelas 189 serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais (RCPN) do exercício de 2014.

Houve também a atualização monetária das tabelas de custas e emolumentos previstas na Lei Estadual nº. 9.109/2009, para o exercício de 2015; do valor unitário dos selos de fiscalização dos atos notariais, registrais e de distribuição extrajudiciais, criados pela Lei Complementar nº. 48, de 15 de dezembro de 2000, e do limite unitário máximo para compensação de atos gratuitos da Lei Complementar Estadual nº 130/2009, para o exercício de 2015. Registrou-se ainda a alteração da Lei Estadual nº 9.109/2009, com o intuito de promover ajustes no texto legal da novel Lei de Custas e Emolumentos, bem como a inclusão da Tabela XVIII dos serviços extrajudiciais - atos dos tabeliães e oficiais de registros de contratos marítimos, preenchendo, assim, uma lacuna na Lei.

Gestão de Pessoas

Gestão de pessoas

A gestão de pessoas foi outra área com desempenho altamente satisfatório no biênio 2014/2015. Diversas ações ganharam destaque, como o reforço do quadro da magistratura, cursos de capacitação profissional, assistência à saúde dos servidores, melhoria salarial, de gratificações e demais benefícios, dentre outras realizações que tornaram o ambiente de trabalho mais harmônico e propício à produtividade.

Aprovados em concurso público para juiz substituto, 97 candidatos foram matriculados como bolsistas em curso de formação de magistrados. Dos participantes do curso, 30 foram nomeados e passaram a integrar o quadro do Poder Judiciário do Maranhão.

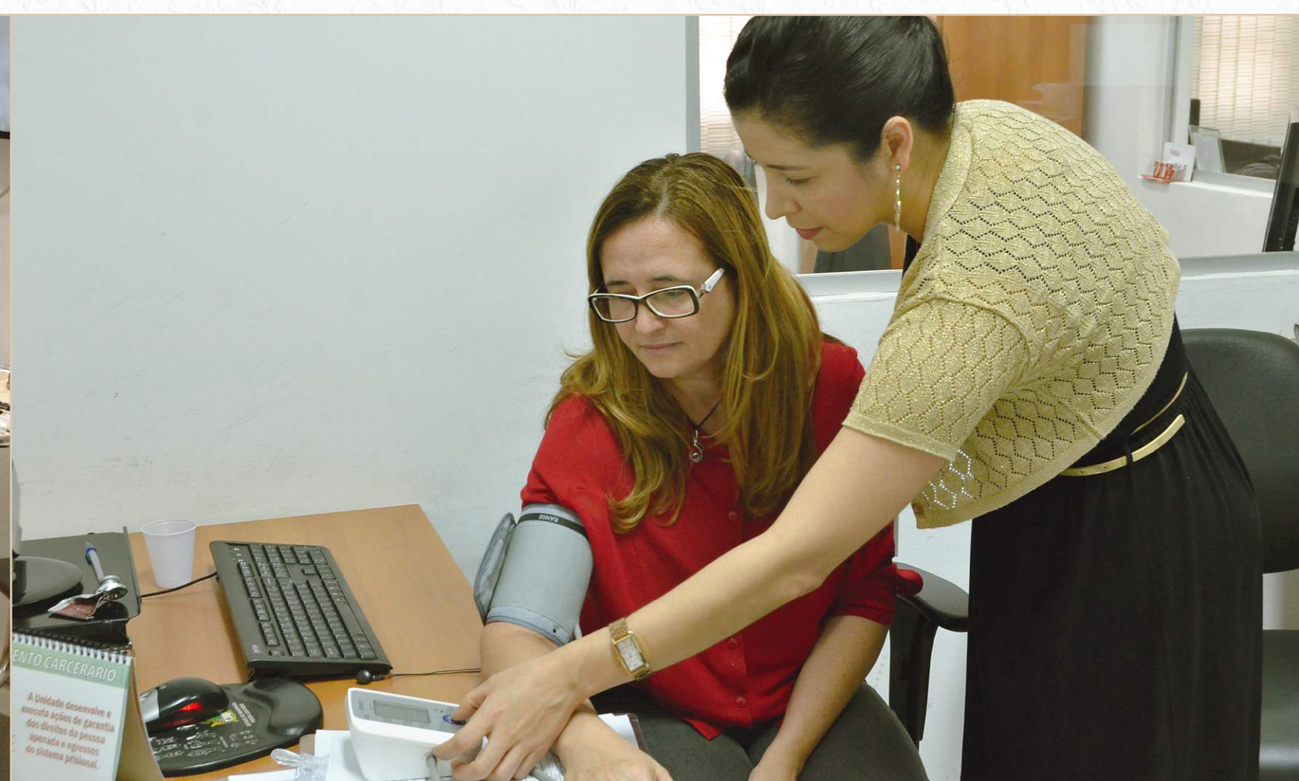
Produtividade

A Gratificação por Produtividade Judiciária, instituída pela Lei 9326/2010, paga de acordo com o alcance das metas estabelecidas pelas unidades administrativas e judiciais de 1º e 2º graus, foi fixada em 98% e registrou índice de 99,83% em 2014, atingindo, dessa forma, as metas propostas pelo quarto ano consecutivo em decorrência dos esforços empreendidos, comprometimento, espírito de equipe, sendo de responsabilidade, eficiência, eficácia e efetividade de todos os servidores da Divisão de Cadastro.

A Divisão de Direitos e deveres também registrou desempenho condizente com as metas estabelecidas. De janeiro de 2014 a julho de 2015, foram registradas 43.853 ocorrências, entre processos informados, decididos, arquivados, declarações, certidões elaboradas, além de ocorrências do Boletim de Alteração Financeira.

Medindo-se a produtividade da Divisão Psicossocial, o resultado foi o seguinte: 1.178 atividades e atendimentos, atingindo 604 pessoas, beneficiadas com ações como sessões de atendimento psicológico, sessões de atendimento social, visita hospitalar, visita domiciliar, visita institucional, acompanhamento de servidores em licença médica, realização de campanha, elaboração de relatório social, elaboração de relatório psicológico e elaboração de relatório psicossocial.

Programas e projetos como o Bem Estar: Qualidade de Vida no Trabalho, Doar é Amar e Bem Viver beneficiaram servidores do Poder Judiciário, dependentes e outros usuários.



Carreira

A gestão que ora se encerra também desenvolveu ações voltadas ao acompanhamento e desenvolvimento da carreira, por meio de uma coordenadoria especializada nesse trabalho. No biênio 2014/2015, foram ofertados 16 cursos em 2014 e 22 em 2015 (até julho), nas modalidades in company, interno (São Luís) e externo. Quantos aos servidores que participaram desses cursos, registrou-se o seguinte balanço: 67 em 2014 e 65 em 2015 (até julho).

MODALIDADES DOS CURSOS AUTORIZADOS		
MODALIDADE/ANO	**2014**	**2015 (até julho)**
IN COMPANY	0	0
INTERNO (SÃO LUÍS)	9	4
EXTERNO	17	18
TOTAL DE CURSOS	**16**	**22**

PARTICIPAÇÃO DOS SERVIDORES		
MODALIDADE/ANO	**2014**	**2015 (até julho)**
IN COMPANY	0	0
INTERNO (SÃO LUÍS)	56	35
EXTERNO	11	30
TOTAL DE CURSOS	**67**	**65**

Avaliação de desempenho

Nos últimos dois anos, os servidores de carreira da Justiça foram submetidos a permanente avaliação de desempenho, sendo que a maioria obteve conceito excelente.

PARTICIPAÇÃO DOS SERVIDORES		
MODALIDADE/ANO	**2014**	**2015 (até julho)**
IN COMPANY	0	0
INTERNO (SÃO LUÍS)	56	35
EXTERNO	11	30
TOTAL DE CURSOS	**67**	**65**

Quanto à progressão funcional, foram registradas 2.220 mudanças de nível em 2014 e 1.824 em 2015.

QUADRO DE PROGRESSÕES IMPLANTADAS			
CLASSE	**PROGRESSÃO**	**2014**	**2015 (até julho)**
A	A01→A02	105	114
	A02→A03	239	76
	A03→A04	101	191
	A04→A05	306	51
B	B06→B07	1310	51
	B07→B08	68	1147
	B08→B09	34	44
	B09→B10	11	10
C	C11→C12	11	1
	C12→C13	24	4
	C13→C14	7	17
	C14→C15	4	2
TOTAL		**2220**	**1824**

Já as promoções funcionais, que consistem na mudança do servidor da classe em que se encontra para a classe imediatamente superior do mesmo cargo, sempre que alcançar o último padrão da mesma classe, chegaram a 98 em 2014 e 116 em 2015 (até julho).

QUADRO DE PROMOÇÕES IMPLANTADAS		
PROMOÇÃO	**2014**	**2015 (até julho)**
A05→B06	97	112
B10→C11	1	4
TOTAL	**98**	**116**

O Adicional de Qualificação, pago como incentivo ao treinamento e desenvolvimento pessoal e profissional do servidor, registrou 1.387 processos em 2014 e 581 até julho de 2015.

Em dezembro de 2014 foi realizado o 8º Concurso de Remoção de Servidores do Poder Judiciário do Maranhão, voltado aos ocupantes de cargos efetivos de Analista Judiciário, Oficial de Justiça, Comissário de Justiça da Infância e da Juventude, Técnico Judiciário e Auxiliar Judiciário.

Programa de Estágio

O Programa de Estágio, nas modalidades obrigatório e não obrigatório (remunerado) teve pleno andamento na gestão da desembargadora Cleonice Freire como presidente do TJMA. Por meio de convênios firmados com 23 Instituições de Ensino Superior, foram ofertadas vagas para estágio obrigatório a estudantes das seguintes faculdades e universidades: CEST, Estácio de Sá, Facam, Faculdade São Luís, Fama, Iesf, IFMA, Pitágoras, Uema, UFMA, UNDB, Uniceuma, Uniderp, Uniseb e Unisulma.

Quanto ao estágio não obrigatório, encontram-se preenchidas, no momento, 50 vagas, distribuídas pelos cursos de Direito (46), Biblioteconomia (3) e Ciências Contábeis (1), nas comarcas de Caxias (1), Timon (8), Imperatriz (5), São José de Ribamar (1) e São Luís (35).

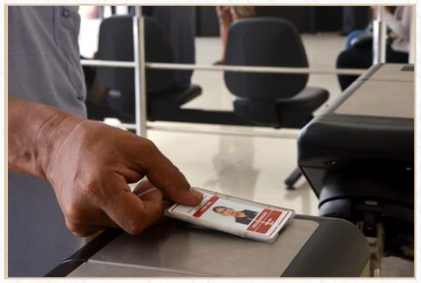
DISTRIBUIÇÃO POR CURSO	
CURSO	**QUANTIDADE**
DIREITO	46
BIBLIOTECONOMIA	3
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	1
TOTAL DE ESTAGIÁRIOS	**50**

Atualmente, o Poder Judiciário maranhense mantém convênios de estágio com 23 Instituições de Ensino Superior e de ensino profissionalizante de nível médio:

Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira
Universidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão
UNITINS
Universidade de Ensino Superior Dom Bosco -UNDB
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
Universidade Estadual do Piauí - UESPI
Universidade Federal do Maranhão - UFMA
Faculdade São Luís/ Faculdade Estácio
Faculdade de Ensino Superior de Floriano - FAESF
PITAGORAS - Sistema de Educação Superior Sociedade Ltda.
Faculdade Camilo Filho
Faculdade Santa Terezinha - CEST
Instituto de Ensino Superior Franciscano - IESF
Instituto Federal do Maranhão - IFMA
Faculdade do Vale do Itapecuru - FAI
Faculdade Atenas Maranhense - FAMA
Universidade Federal do Piauí - UFPI
Universidade Anhanguera - UNIDERP
Associação de Ensino Superior - CEUMA
UNISEB COC
UNIASSELVI
Faculdade Cândido Mendes - FACAM
Complexo Educacional Damásio de Jesus

Segurança institucional

A segurança institucional foi outra prioridade na gestão da desembargadora Cleonice Freire como presidente do TJMA. Destacam-se, nesse quesito, ações de segurança de magistrados e servidores, segurança patrimonial e execução de projetos para a segurança institucional.



Proteção pessoal de magistrados

Foram atendidos 31 magistrados em situação de risco, e/ou ameaça. Atualmente, somente 3 ainda dispõem dos serviços de segurança pessoal.

Foi também disponibilizada proteção pessoal a outros magistrados que estiveram sob suspeita de ameaça, que após intervenção da Diretoria ou deliberação da Comissão Permanente de Segurança Institucional, tiveram suspensa a proteção.

Recolhimento de armas e munições para destruição e/ou custódia

Durante a Gestão, foram recolhidas e transportadas dos fóruns do Poder Judiciário, 4.038 (quatro mil e trinta e oito) armas de fogo e 2.606 (dois mil e seiscentos e seis) armas brancas, para fins de destruição e/ou custódia, conforme guias de recolhimento de armas, arquivadas nesta Diretoria, em atendimento às solicitações das comarcas, através de ofício (via DIGDOC), e-mail ou contato telefônico, após o envio de Ofício-Circular, solicitando informações sobre a existência de armas e munições para recolhimento e, devido transporte, para destruição e/ou guarda provisória nas Unidades Militares. Totalizando 45 comarcas atendidas em 2014 e 75 comarcas em 2015.

Inspeção das instalações prediais e de segurança dos novos Fóruns

Em conformidade com a Portaria GP-2332013, foram intensificados os trabalhos de inspeções nas instalações dos fóruns das comarcas do Estado do Maranhão, com o objetivo de levantar e verificar as atuais condições de segurança, identificar as vulnerabilidades das novas instalações prediais e propor adequações a serem implantadas nos projetos futuros para a garantia de melhor segurança aos magistrados e servidores do Poder Judiciário.

Foram inspecionados em 2014, os fóruns das comarcas de Magalhães de Almeida, Caxias, Lago da Pedra, Imperatriz, Raposa, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Buriticupu e São Luís. Em 2015, as inspeções ocorreram nas comarcas de Olinda Nova, Buriti, São José de Ribamar, Pinheiro, Paço do Lumiar, Monção, Cedral, Santa Luzia do Paruá, Santa Inês, Caxias, Coroatá, Imperatriz e Porto Franco.

Implantação do Sistema de Controle de Acesso

Após a aquisição de equipamentos para implantação do Sistema Integrado de Segurança, iniciadas no final do ano de 2013, que contempla monitoramento eletrônico e controle de acesso, foram adquiridos e instalados nas dependências dos Fóruns da capital e interior: aparelhos de raio X, portais detectores de metais, câmeras, cartões de acesso, crachás, licenças de software dos sistemas e estações de cadastramento para identificação de servidores e visitantes.

Foram confeccionados 8.274 (oito mil, duzentos e setenta e quatro) crachás, distribuídos aos magistrados e servidores, lotados nas Unidades da capital (6.112 crachás) e interior (2.162 crachás).

Foram cadastrados magistrados, servidores, advogados, promotores de Justiça, defensores públicos, procuradores do estado, terceirizados, estagiários e visitantes no Fórum de São Luís.

Além de terem sido concluídos os Sistemas de Controle de Acesso e de vídeo monitoramento nos fóruns: Desembargador Sarney Costa (São Luís), Ministro Henrique de La Roque (Imperatriz), Buriti, Raposa, São José de Ribamar e prédio sede do Tribunal de Justiça.

Fiscalização dos Contratos de Segurança e Vigilância Privada

A DSI fiscaliza quatro contratos de prestação de serviços de segurança e vigilância armada para o Poder Judiciário, firmados com as Empresas

Atlântica Segurança Técnica Ltda e Potencial Segurança e Vigilância Ltda, a saber: 132/2011, 183/2011, 214/2011 e 44/2014, totalizando 89 (oitenta e nove) postos de serviço, distribuídos na capital e interior.

Encontra-se em andamento, procedimento licitatório para fins de contratação de empresas de segurança, para atendimento das comarcas em situação de vulnerabilidade e que, ainda, não dispõem dos serviços de segurança de forma satisfatória.

Ações Gerais

• Instrução teórica e prática de tiro, ministrada para os magistrados da Região dos Cocais;

• Gestão junto à Presidência desta Corte, para a criação do Conselho de Administração do Fundo Especial de Segurança dos Magistrados - FUNSEG, nos termos do art. 6º, da Lei Complementar nº 164/2014, considerado imprescindível para a execução das metas estabelecidas por esta gestão no tocante ao aparelhamento e segurança do Poder Judiciário maranhense.

• Elaboração de Termo de Referência para contratação de segurança e vigilância armada, nos termos do Conselho Nacional de Justiça-CNJ;

• Elaboração do Plano de Segurança Orgânica do Fórum da Comarca de Buiriti/MA, após reforma e instalação do sistema de vídeo monitoramento;

• Elaboração dos planos de segurança orgânica dos fóruns das comarcas de: São Luís, Pinheiro, Paço do Lumiar, São José de Ribamar e do prédio sede do Tribunal de Justiça do Estado;

• Participação no 1º Encontro Nacional das Comissões de Segurança dos Tribunais do Poder Judiciário Federal, na cidade de São Paulo/SP;

• Participação da Reunião da Comissão Permanente de Segurança Institucional na cidade de Imperatriz;

• Participação nas cerimônias de Instalações das Salas de Depoimentos Especial dos Fóruns das comarcas de: Chapadinha, Coroatá, Pinheiro e Santa Luzia do Paruá/MA;

• Planejamento da segurança quando da realização de Audiência Pública na cidade de Imperatriz;

• Instalação do sistema de controle de acesso dos fóruns de São Luís e da comarca de Imperatriz. Resultando em maior proteção para esses fóruns, por possibilitar o controle mais eficaz das áreas e suas dependências;

• Planejamento de palestras, seminários e cursos na área de segurança institucional para servidores e magistrados, especialmente relacionados ao Plano de Segurança Orgânica dos Fóruns que serão executados no 2º semestre de 2015;

• Planejamento da segurança e realização dos serviços de escolta de autoridades em visita oficial ao Tribunal de Justiça: Ministro do STM José Barroso Filho; Corregedora Nacional de Justiça, Ministra Nancy Andrigui; Vice-Presidente do STF, Ministra Carmen Lúcia; Ministro do STJ, Reynaldo Soares da Fonseca e o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski;

• Planejamento e execução do plano de segurança na cerimônia de posse do Desembargador Jamil Gedeon de Miranda Neto, no cargo de Diretor da ESMAM;

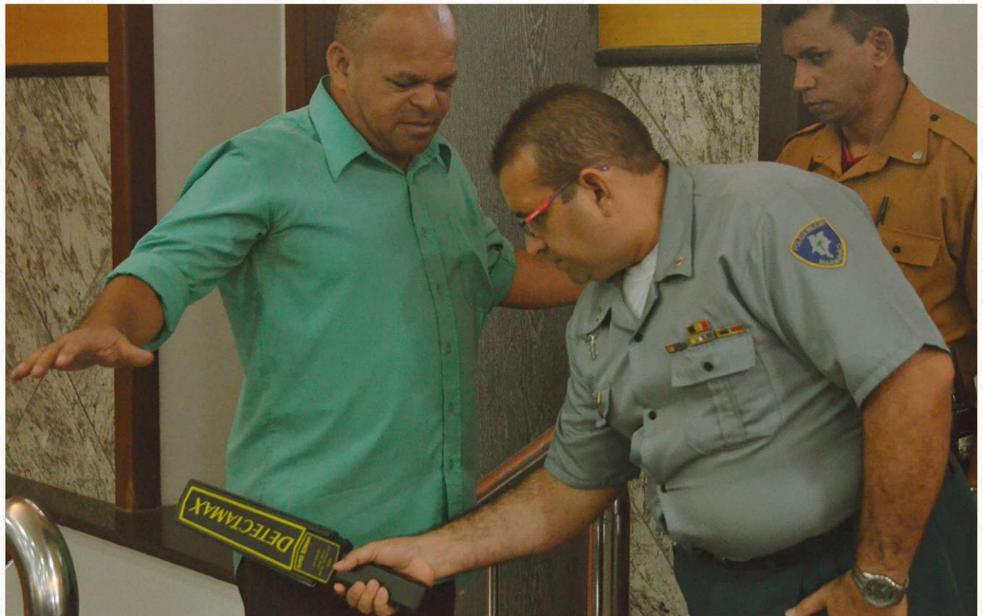
• Elaboração de Relatório de Análise de Risco - RAR, por ocasião da visita dos alunos do Curso de Magistrados ao Presídio São Luís III;

• Acompanhamento e escolta dos 96 (noventa e seis) alunos do IV Curso de Formação de magistrados ao Presídio São Luís III;

• Levantamento de inteligência, a fim de oferecer condições de segurança aos magistrados, quando da publicidadede decisões de grande repercussão ocorridas nas comarcas de: Humberto de Campos, Cajapió, Barão de Grajaú, Santa Quitéria, Anajatuba, Vitória do Mearim e Arame, conforme solicitações junto a esta Diretoria;

• Apoio a magistrados em visita ao Presídio São Luís III;

• Curso de proteção e segurança a magistrados



Gestão Judiciária

Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec)

Atendendo a Resolução 125/2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do Tribunal de Justiça, em parceria com a Escola Superior de Magistratura (Esman), promoveu 15 Cursos de Formação de Conciliadores, nas comarcas de São Luís e do interior, que resultou na certificação de 558 conciliadores, dos quais 212 são servidores da Corte. Atualmente, o Nupemec/TJMA contata com a colaboração de 108 conciliadores, que atuam nos Centros de Conciliação do Estado.

Em 2014 houve duas edições da Semana de Conciliação Itinerante. A primeira, realizada de 21 a 25 de julho, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), registrou o seguinte saldo:

SEMANA DE CONCILIAÇÃO ITINERANTE		
1ª Semana de Conciliação Itinerante - UFMA		
	ATENDIMENTOS:	727
	AUDIÊNCIAS DPVAT	520
	AUDIÊNCIAS PRÉ-PROCESSUAIS:	814
	TOTAL GERAL:	2061

A segunda edição, realizada de 24 e 28 de novembro, na Universidade Estadual do Maranhão (Uema), teve o seguinte o balanço:

2ª Semana de Conciliação Itinerante - UEMA		
	ATENDIMENTOS:	1218
	AUDIÊNCIAS DPVAT	520
	AUDIÊNCIAS PRÉ-PROCESSUAIS:	141
	TOTAL GERAL:	1879

No que se refere às pautas específicas, uma parceria firmada entre o Nupemec e empresas parceiras, maiores demandadas do Estado, que indicam os processos judiciais nos quais têm interesse de apresentar proposta de acordo, o saldo é o seguinte:

PAUTA ESPECÍFICA	DATA	SESSÕES		ACORDOS	TAXA DE ACORDOS	VALOR NEGOCIADO
		Designadas	*Designadas*			
1ª PAUTA ESPECÍFICA BANCO SANTANDER - 2º CEJUSC	12 e 13/03/2015	70	32	17	53%	R$ 59.888,36
2ª PAUTA ESPECÍFICA TELECOMUNICAÇÕES - 4º CEJUSC	02 e 03/07/2015	110	55	21	19,09%	R$ 27.380,00
TOTAL		180	87	38	36%	R$ 87.268,36

Os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs), responsáveis pela realização de audiências de conciliação e mediação e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição do TJMA, fizeram, entre 1º de janeiro de 2014 e 31 de julho de 2015, 9.476 agendamentos e 2.192 audiências com acordo, conforme a tabela abaixo:

Centro	Agendamentos	Com Acordo
1º CEJUSC DE SÃO LUIS - FÓRUM	4749	684
2 º CEJUSC DE SÃO LUIS - CENTRO	2647	975
1º CEJUSC DE TIMON - FMSJC	801	193
1º CEJUSC DE CAXIAS - FAI	357	151
2º CEJUSC DE CAXIAS - FACEMA	234	64
1º CEJUSC DE IMPERATRIZ - FEST	215	43
4º CEJUSC DE SÃO LUIS - CEUMA/CAMPUS II	126	23
6º CEJUSC DE SÃO LUÍS - UNDB	119	27
1º CEJUSC DE CHAPADINHA - FAP	82	9
1º CEJUSC EMPRESARIAL DE SÃO LUÍS - FIEMA	42	9
5º CEJUSC DE SÃO LUIS - FACAM	40	11
1º CEJUSC DE BACABAL - FEBAC	35	0
2º CEJUSC DE IMPERATRIZ - FACIMP	17	0
3º CEJUSC DE SÃO LUIS - CEUMA/CAMPUS I	7	3
CEJUSC DE BALSAS - UNIBALSAS	5	0
	9476	**2192**

Precatórios

Em balanço de atividades desenvolvidas entre março e setembro de 2015, a Coordenadoria de Precatórios do Tribunal de Justiça do Maranhão informa a existência de mais de 8.000 precatórios de pequeno valor em processamento. Com novas instalações, bem mais acessível, ampla e equipada, a Coordenadoria de Precatórios do Poder Judiciário

do Maranhão, por determinação da Desembargadora Cleonice Silva Freire, Presidente do Tribunal de Justiça, passou a funcionar no andar térreo do prédio sede do Tribunal de Justiça (Av. Pedro II, Centro). O atendimento continua feito de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, sendo que as informações relativas à ordem e deferimento de pagamento podem ser obtidas pelo telefone fixo (098) 3198-4319.

Estado do Maranhão

O Estado do Maranhão iniciou em 2015 com dívida registrada em precatórios no TJMA em montante superior a R$ 830 milhões, referente aos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015.

Para o exercício de 2016, os 2.016 precatórios inscritos contra a Fazenda Pública Estadual resultam em um débito de R$ 223.769.546,08.

Em 2015, o Estado do Maranhão fez três depósitos voluntários na conta 10.000-X, do Banco do Brasil, nos meses de abril, junho e julho, totalizando R$ 30 milhões, utilizados para o pagamento de 671 credores. Esses recursos foram utilizados para pagamento de parcela preferencial de vários credores cujos créditos foram habilitados para recebimento antecipado pelos critérios de idade igual ou superior a 60 anos ou portador de doença grave.

Município de São Luís

O Município de São Luís iniciou 2015 com dívida superior a R$ 60 milhões registrada em precatórios no TJMA, relativa aos exercícios financeiros de 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015. A administração municipal optou pelo Regime Especial de Pagamento de Precatórios e vem efetuando depósitos mensais no valor de R$ 1.493.171,33.

Em 2014, foram feitos dois repasses ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 16ª Região, nos montantes de R$ 1.224.755,51 e R$ 1.646.072,07, totalizando R$ 2.870.827,58. O saldo está sendo utilizado para o pagamento de créditos classificados com preferência por doença ou por idade, bem como os demais créditos alimentares e os de natureza comum, nessa ordem.

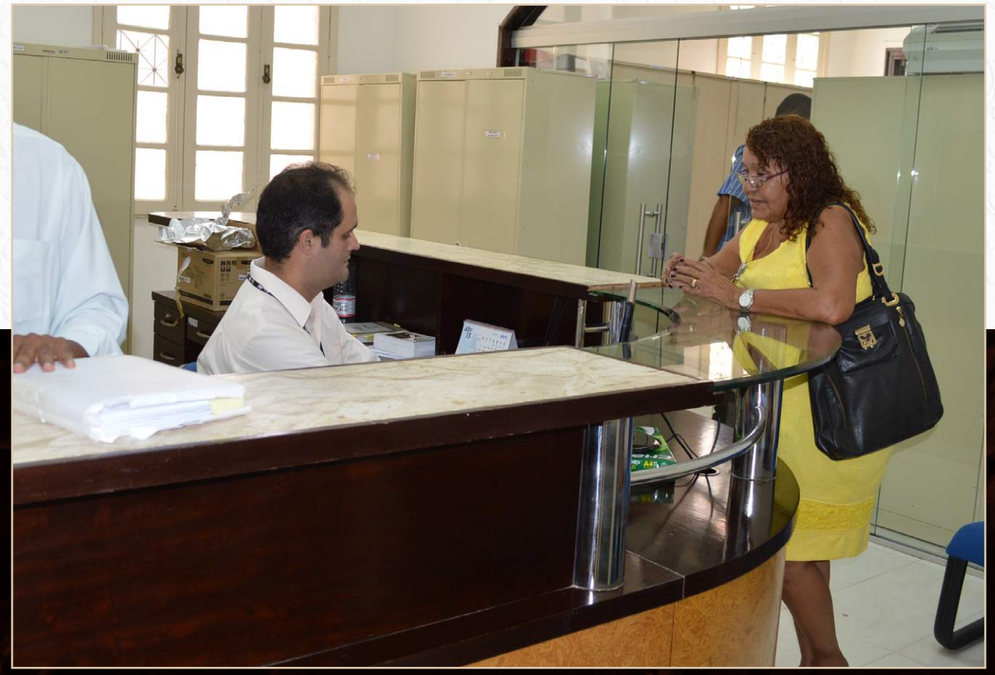
A estimativa de pagamento de precatórios para 2015, mantidos os depósitos regulares, projeta a liquidação dos débitos inscritos para os exercícios de 2008 a 2012.

Outros entes devedores

A Coordenadoria de Precatórios informa que 59 municípios maranhenses submetidos ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios não estão fazendo o repasse mensal ou anual, conforme prevê a Constituição Federal.

MUNICÍPIOS ENQUADRADOS NO REGIME ESPECIAL	
DENOMINAÇÃO DO ENTE DEVEDOR	**OPÇÃO DE PAGAMENTO**
MUNICÍPIO DE AÇAILÂNDIA	ANUAL
MUNICÍPIO DE ALCÂNTARA	ANUAL
MUNICÍPIO DE ALDEIAS ALTAS	ANUAL
MUNICÍPIO DE ANAJATUBA	ANUAL
MUNICÍPIO DE ARAME	ANUAL
MUNICÍPIO DE AXIXÁ	ANUAL
MUNICÍPIO DE BALSAS	ANUAL
MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA	ANUAL
MUNICÍPIO DE BEQUIMÃO	*MENSAL*
MUNICÍPIO DE BOM LUGAR	ANUAL
MUNICÍPIO DE BREJO	ANUAL
MUNICÍPIO DE CAJARI	*MENSAL*
MUNICÍPIO DE CAROLINA	ANUAL
MUNICÍPIO DE CAXIAS	ANUAL
MUNICÍPIO DE CHAPADINHA	ANUAL
MUNICÍPIO DE COLINAS	ANUAL
MUNICÍPIO DE COROATÁ	ANUAL
MUNICÍPIO DE CURURUPU	ANUAL
MUNICÍPIO DE FEIRA NOVA DO MARANHÃO	ANUAL
MUNICÍPIO DE FORTALEZA DOS NOGUEIRAS	ANUAL
MUNICÍPIO DE GONÇALVES DIAS	ANUAL
MUNICÍPIO DE GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS	ANUAL
MUNICÍPIO DE GOVERNADOR NUNES FREIRE	ANUAL
MUNICÍPIO DE GRAJAÚ	ANUAL
MUNICÍPIO DE HUMBERTO DE CAMPOS	ANUAL
MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ	ANUAL
MUNICÍPIO DE ITAPECURU-MIRIM	ANUAL
MUNICÍPIO DE JOÃO LISBOA	ANUAL
MUNICÍPIO DE LAGO DA PEDRA	ANUAL
MUNICÍPIO DE MAGALHÃES DE ALMEIDA	ANUAL
MUNICÍPIO DE MATA ROMA	*MENSAL*
MUNICÍPIO DE MATÕES	ANUAL
MUNICÍPIO DE MIRADOR	ANUAL
MUNICÍPIO DE MONÇÃO	ANUAL
MUNICÍPIO DE MONTES ALTOS	ANUAL
MUNICÍPIO DE NOVA IORQUE	ANUAL
MUNICÍPIO DE OLHO D´ÁGUA DAS CUNHÃS	ANUAL
MUNICÍPIO DE PALMEIRÂNDIA	ANUAL
MUNICÍPIO DE PARNARAMA	*MENSAL*
MUNICÍPIO DE PEDREIRAS	ANUAL
MUNICÍPIO DE PERITORÓ	ANUAL
MUNICÍPIO DE PINDARÉ MIRIM	ANUAL
MUNICÍPIO DE POÇÃO DE PEDRAS	*MENSAL*
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE DUTRA	ANUAL
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE VARGAS	ANUAL
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO	ANUAL

MUNICÍPIO DE SAMBAÍBA	ANUAL
MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO PARUÁ	ANUAL
MUNICÍPIO DE SÃO BENTO	ANUAL
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO	ANUAL
MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO	ANUAL
MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS/IPAM/FUNC/HOSP. DJALMA MARQUES	ANUAL
MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS	ANUAL
MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	ANUAL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE FERRER	ANUAL
MUNICÍPIO DE TIMBIRAS	ANUAL
MUNICÍPIO DE TIMON	ANUAL
MUNICÍPIO DE VIANA	ANUAL
MUNICÍPIO DE ZÉ DOCA	ANUAL



Convênios

A presidente Cleonice Freire celebrou acordo de cooperação técnica com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que prevê o uso de quatro sistemas na gestão de precatórios do TJMA: 1) Cálculos de Precatórios; 2) Requisição Eletrônica; 3) Lista Unificada de Precatórios; 4) Sistema de Pagamento de Precatórios.

Auditoria

Por meio de auditoria, a Coordenadoria de Precatórios identificou casos de duplicidade de requisitórios e praticou os atos e comunicações necessárias para o respectivo cancelamento.

Nessa mesma linha de atuação, vem exercendo o controle sobre todas as rotinas e atividades relativas ao processamento dos precatórios e das requisições de pequeno valor, de modo a garantir a regularidade na liquidação desses débitos, inclusive promovendo revisões de cálculos e, nos casos de verificação de erro material.

Outras ocorrências detectadas que estão sendo corrigidas: 1) criação de contas individualizadas para os Entes Devedores submetidos ao Regime Geral; 2) Informação aos Entes Devedores submetidos ao Regime Especial da existência de 02 (duas) contas, no Banco do Brasil, para os repasses voluntários das parcelas mensais ou anuais, conforme seja a modalidade de opção; 3) informações aos entes públicos que os pagamentos das requisições de pequeno valor não devem ser feitas nas

contas destinadas aos depósitos e pagamentos de precatórios, mas sim em contas judiciais (DJO) individualizadas por cada requisição, referenciando os respectivos titulares dos créditos, o número do processo, o juízo requisitante e o valor requisitado; 4) Alvarás expedidos com estrita observância de indicação da conta judicial correta, para evitar saques em contas de devedores diversos; 5) correções de depósitos realizados em contas de Ente Devedor diverso, etc.

Ações da Diretoria Judiciária

O balanço de ações desenvolvidas pela Diretoria Judiciária entre 1º de janeiro de 2014 e 21 de setembro de 2015 registra alta produtividade. Fora distribuídos 40.458 processos, julgados 48.279 e baixados 49.800. Foram contabilizadas 2.112.115 movimentações no Sistema Themis SG e publicadas 853.376 matérias.

As atividades desenvolvidas pela Diretoria Judiciária tiveram como metas: garantir o julgamento de uma maior quantidade de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente; reduzir em 20% o número de processos existentes na unidade em 31 de dezembro de 2014; enviar com maior rapidez os recursos aos Tribunais Superiores (conforme índice específico); garantir velocidade ao processamento de novos pedidos (conforme índice específico); disponibilizar em tempo hábil as matérias recebidas para publicação no Diário da Justiça Eletrônico (conforme índice específico); agilizar a tramitação dos acórdãos no Themis SG e DJE (conforme índice específico); urgenciar a autuação dos processos (conforme índice especifico).

Foram realizadas, ainda, as seguintes atividades:

- Correção de entraves na rotina de entrega de petições, por meio da portaria 03/2014;

- Disciplinamento da rotina dos telegramas oriundos dos tribunais superiores, com o fim de agilizar a resposta;

- Resgate do cadastro de processos do sistema Themis PG para o Themis SG dos processos oriundos do primeiro grau, evitando o recadastro dos mesmos no Tribunal. Recebemos mais de 2500 ações por mês;

- Instruções de trabalho disciplinando recebimento, juntada e processamento de petições;

- Adequação do horário de saída diária para entrega de processos no Fórum, Procuradoria, e Arquivo, em acordo com a coordenação de transporte, bem como foi adaptado uma camionete com capota de fibra de vidro para esse fim e o de proteger de sol e chuva os documentos;

- Uso de crachá pelos servidores terceirizados responsáveis pela entrega de processos no Fórum, Procuradoria e Arquivo;

- Substituição de 60 (sessenta) computadores nas 11 (onze) secretarias e 06 (seis) coordenações da diretoria judiciária, com mais de cinco (05) anos de uso.

- Entrega de VADE MECUM, CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E CÓDIGO DE PROCESSO PENAL em todas as coordenações e secretarias de câmaras, para fins de consulta;

- Digitalização de 90% dos processos em grau de recurso aos Tribunais Superiores.

Informática

Processo Judicial Eletrônico

A gestão da desembargadora Cleonice Freire foi marcada por significativo avanço tecnológico nas rotinas do Poder Judiciário do Maranhão. Em 2014, houve a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE), sistema desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça, em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). No Biênio 2014/2015, o Tribunal de Justiça implantou o PJE em todos os Juizados Especiais e Turmas Recursais da capital e do interior, totalizando 36 unidades e cumprindo meta estabelecida pelo CNJ, de 10% das unidades judiciárias com o sistema.

O envio de recursos aos tribunais superiores passou a ser feito por meio eletrônico, procedimento que elimina a remessa de papel e de inúmeros volumes de documentos e processos, que foram digitalizados. Em 2014, o TJMA fez mais de 2.000 envios digitais de recursos ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Entre janeiro e dezembro de 2014, foram emitidos 3.965 processos em fase de execução das penas por meio do sistema de gerenciamento implantado pela Vara de Execuções Penais (VEP). Até setembro de 2015, o número chegou a 2.921.

Varas Criminais	Ano 2014	Ano 2015
6ª Vara Criminal de São Luís	78	113
7ª Vara Criminal de São Luís	67	98
8ª Vara Criminal de São Luís	9	2
9ª Vara Criminal de São Luís	51	27
TOTAL	**3.695**	**2.921**

De janeiro a setembro de 2015, foram registradas 40 sentenças no Banco de Sentenças, ferramenta de acesso restrito aos magistrados maranhenses, em que são catalogadas as sentenças proferidas no âmbito do Primeiro Grau e que tem por função fundamentar decisões, nas mais variadas jurisdições, facilitando sua divulgação e o acesso rápido aos arquivos pelos outros magistrados.

Videoconferência

As salas de videoconferência são espaços equipados com câmera de vídeo, microfone, projetor de alta definição e decodificador de imagem, utilizados pelos juízes criminais para inquirições, nos casos previstos em lei, quando o processo não exigir a presença física de réus e testemunhas. Os sistemas são destinados a interrogatórios de réus, escuta de testemunhas e outros atos em processos que tramitam nas varas criminas dos Termos Judiciários de São Luís, São José de Ribamar e comarca de Imperatriz.

Foram instaladas, ainda, 20 salas de depoimento especial, das quais 16 já foram inauguradas. Outras oito salas estão em fase de instalação e deverão ser inauguradas até o fim de 2015. As salas são espaços equipados para a escuta de crianças com até 12 anos de idade incompletos e adolescentes entre 12 e 18 anos, vítimas ou testemunhas de violência.

A lei federal nº 11.900/2009 autoriza a utilização de videoconferência em interrogatórios, acareações, reconhecimento de pessoas, inquirição de testemunhas, tomada de declarações da pessoa ofendida e no julgamento de presos de alta periculosidade.

Já as regras quanto à aplicação dessa solução tecnológica nos atos processuais foi definida pelo Conselho Nacional de Justiça por meio da Resolução nº 105/2010.

Certidões negativas na internet

Desde junho de 2014, as certidões negativas para fins eleitorais, de distribuição das ações penais e de improbidade administrativa no âmbito do 2º grau do Judiciário maranhense passaram a ser emitidas via internet.

O Poder Judiciário do Maranhão instituiu uma série de processos que visam à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados. O Processo de Desenvolvimento e Manutenção de Software, instituído pela Diretoria de Informática e Automação, consiste na padronização de procedimentos de sistemas, visando atingir a qualidade desejada dos produtos e serviços, assim como a satisfação dos clientes internos do TJMA.

Seguindo a mesma linha, foram registrados 19.930 atendimentos de janeiro a dezembro de 2014 e 11.181 entre janeiro e julho de 2015, resultando em melhoria do atendimento aos usuários. Já o núcleo de Help Desk realizou 8.976 atendimentos telefônicos, 10.788 atendimentos via e-mail, 21 atendimentos via intranet, 122 atendimentos via sistema Digidoc e 23 atendimentos por vias distintas, entre janeiro e dezembro de 2014. Desses atendimentos, 697 foram solucionados por telefone, diretamente pelo atendente, sem que fosse encaminhada solicitação para um dos meios de suporte.

Foram contabilizados ainda 7.002 atendimentos presenciais (suporte on site) de janeiro a dezembro de 2014 e 4.563 de janeiro a julho de 2015, relativos a demandas como instalação e/ou reparos de computadores, impressoras, scanners, no-breaks, switchs, wi-fi e sistemas do TJMA, suporte técnico e logístico em diversos eventos, viagens às comarcas, entre outros.

Já o suporte remoto registrou 9.386 atendimentos de janeiro a dezembro de 2014 e 5.011 de janeiro a julho de 2015. Houve também o treinamento do Sistema Processos Judiciais Themis em 53 comarcas, por meio do programa "Capacitação e Atualização de Servidores", realizado em parceria com a Escola Superior de Magistratura do Maranhão (ESMAM).

Todo esse esforço resultou em elevado grau de satisfação dos usuários. Do total de atendimentos, 97,69% foram homologados com avaliação "ótima" ou "boa" em 2014. Em 2015, o percentual foi de 97,53%, refletindo, do início ao fim do biênio, a excelência em qualidade do atendimento.

Outras ações que refletiram a otimização da área tecnológica do Poder Judiciário maranhense nos últimos dois anos, frutos das ações de modernização do Parque Computacional, foram a terceirização das impressoras, com economia de custos da ordem de 70%; e a montagem de nova estrutura para o centro de tecnologia da informação e comunicação.

Metas atingidas

O quadro abaixo mostra a lista de ações realizadas para o cumprimento e alcance das metas estabelecidas para o biênio 2014/2015:

	Meta	Atingido
1	Aquisição de equipamentos de informática	100%
2	Serviços de manutenção de sistemas	100%
3	Serviço de Manutenção de Datacenter	100%
4	Serviço de rede corporativa	100%
5	Implantação de rede e internet sem fio no TJMA	100%
6	Modernização da central de informações "Datacenter"	100%
7	Contratos de garantia de equipamentos	100%
8	Contratos de serviços que forneçam conectividade	100%
9	Implantação de salas de treinamento em informática	100%
10	Implantação de rede e internet sem fio nas unidades	100%
11	Serviço de Certificação Digital de usuários	100%
12	Implantação Processo Judicial Eletrônico	100%
13	Contratação de serviços de entrada e saída de pedidos de suporte.	100%
14	Aquisição de solução de inteligência de Informações "Datawarehouse"	100%
15	Aquisição de solução de vídeo conferência	100%
16	Aquisição de solução de telefonia pela internet	100%
17	Contratar terceirização e economia em impressão	100%
18	Contratar serviço de modernização do Pleno	100%
19	Contratar serviço de transmissão de sessões de julgamento instantaneamente	100%

Escritório de projetos

O modelo de funcionamento proposto para o Escritório de Projetos da Diretoria de Informação e Automação é de um centro que normatiza processos de gestão de Tecnologia da Informação (TI), apoia e monitora sua execução, avalia o resultado e produz insumos constantes para a melhoria contínua do processo. As ações previstas são as seguintes:

• Monitoramento tempestivo do Portfólio de projetos que são de competência da DIA, objetivando o cumprimento das metas,e o alinhamento das ações de tecnologia aos objetivos estratégicos organizacionais;

• Melhorar continuamente o processo de gestão de projetos de tecnologia, baseado em metodologias de gestão;

• Promover a gestão de projetos dentro dos padrões de qualidade estabelecidos pelas melhores práticas do mercado, a fim de alcançar os melhores resultados;

• Orientar, apoiar e dar suporte aos gerentes de projetos na efetiva ação de suas atribuições de gerenciamento dos projetos;

• Criar mecanismos que permitam agilizar a priorização e o acompanhamento tempestivo de todos os projetos e ações de TI;

• Dar clareza e visibilidade quanto a objetivos, áreas e metas atendidas pelos projetos, permitindo a fluência das informações em todas as esferas envolvidas;

• Manter toda a propriedade intelectual relativa à gestão de projetos;

• Facilitar a comunicação entre áreas e participantes de projetos.

Gestão da Comunicação

Presença na Mídia

A Assessoria de Comunicação do Tribunal de Justiça do Maranhão totalizou no biênio 2014/2015 67.332 inserções nas mídias impressa, televisiva, radiofônica e online em nível estadual e nacional.

Nas mídias sociais, o Poder Judiciário apresentou bom desempenho, consolidando a boa imagem do TJMA, conforme mostram levantamentos, que apontam picos representativos de informações positivas.

Mídia Impressa

Na Mídia Impressa, foram contabilizadas 10.416 aferições.

JORNAL	NÚMERO DE PUBLICAÇÕES
JORNAL PEQUENO	3368
O ESTADO DO MARANHÃO	1964
O IMPARCIAL	890
O DEBATE	889
A TARDE	796
JORNAL O PROGRESSO	616
ATOS E FATOS	553
EXTRA	413
CORREIO DE NOTÍCIAS	396
O QUARTO PODER	300
AQUI MA	148
O GLOBO	23
O ESTADO DE SÃO PAULO	16
FOLHA DE SÃO PAULO	10
ITAQUI BACANGA	9
O DIA	8
JORNAL AGORA SANTA INÊS	7
CORREIO BRASILIENSE	6
VALOR ECONÔMICO	2
GAZETA DA ILHA	1
JORNAL 4 BOCAS	1
TOTAL	10.416

Mídia Televisiva

Foram registradas 6.047 inserções na Mídia Televisiva.

EMISSORA	NÚMERO DE PUBLICAÇÕES
TV GUARÁ – SÃO LUÍS	953
TV CIDADE - SÃO LUÍS	843
TV MIRANTE - SÃO LUÍS	837
TV DIFUSORA - SÃO LUÍS	823
TV DIFUSORA - IMPERATRIZ	492

TV MIRANTE - IMPERATRIZ	339
TV MARANHENSE – SÃO LUÍS	255
TV ASSEMBLEIA	245
TV BRASIL – SÃO LUÍS	178
TV SINAL VERDE - CAXIAS	119
TV MIRANTE - CAXIAS	90
TV BAND - IMPERATRIZ	89
TV SÃO LUÍS	57
TV MIRANTE - SANTA INÊS	48
TV ELDORADO - SANTA INÊS	47
TV CAPITAL - IMPERATRIZ	45
TV GLOBO	45
TV DIFUSORA - CAXIAS	44
TV BAND - CAXIAS	29
TV RIO - BALSAS	28
TV REMANSO - SANTA INÊS	25
TV TOCANTINS	9
TV RECORD - NACIONAL	6
TV SBT	6
TV CIDADE - CAXIAS	4

TV AÇUCENA - BALSAS	2
TV CAPITAL - BALSAS	2
TV MIRANTE - AÇAILÂNDIA	2
TV REDE BRASIL	2
TV BAND - NACIONAL	1
TV BOAS NOTÍCIAS - BALSAS	1
TV DIFUSORA - AÇAILÂNDIA	1
TV MEARIM - BACABAL	1
TV NOVA ESPERANÇA - BACABAL	1
TOTAL	6.047

Mídia Radiofônica

A Assessoria de Comunicação pontuou 4.086 inserções na Mídia Radiofônica.

RÁDIO	NÚMERO DE PUBLICAÇÕES
RÁDIO MIRANTE AM	1699
RÁDIO CAPITAL AM	680
RÁDIO SÃO LUÍS AM	473
RÁDIO DIFUSORA AM	688
RÁDIO EDUCADORA AM	334
RÁDIO UNIVERSIDADE FM	116
RÁDIO NATIVA FM	58
VOZ DO BRASIL	9

RÁDIO PROGRESSO 87,9 - ARARI	8
RÁDIO BABAÇU FM	3
RÁDIO CIDADE FM	1
RÁDIO MIRANTE FM - IMPERATRIZ	8
RÁDIO TERRA FM - IMPERATRIZ	1
RÁDIO MARCONI FM - AÇAILÂNDIA	6
RÁDIO ESPERANÇA FM – AÇAILÂNDIA	2
TOTAL	4086

Mídia Online

Os veículos de comunicação online deram expressiva repercussão ao noticiário jornalístico produzido pela Assessoria de Comunicação, com 12.786 inserções.

Portal do Judiciário

A repercussão do noticiário do TJMA, no biênio 2014/2015 foi potencializada com o alcance do Portal do Judiciário, que recebeu 9,9 milhões de visitas, com 22,2 visualizações de páginas.

O Portal ganhou mais de 380 mil novos usuários. Depois do Maranhão, o maior número de acessos coube aos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Piauí, além do Distrito Federal. Os países que mais acessaram o Portal foram os Estados Unidos, Espanha, França e Índia.

No biênio, continuou a escala de crescimento no número de acessos, vindos tanto dos principais estados brasileiros como de países europeus.

Essa escala crescente na conquista de novos internautas/usuários deve-se às reformulações pontuais que vêm sendo feitas no Portal.

Rádio Web

A Rádio Web Justiça do Maranhão, lançada oficialmente, no dia 13 de maio de 2015, pela presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, foi acessada 240.632 vezes. A emissora acumulou ouvintes em 87 países. Dos acessos registrados, 11.063 vieram dos Estados Unidos (EUA), o primeiro país com mais ouvintes, depois do Brasil.

A China, que lidera o número de ouvintes na Ásia, vem em terceiro no cômputo geral, com 9.658 acessos, seguida de perto pelo Japão, com 8.110. Na Europa, os cinco primeiros países com maior número de ouvintes são Alemanha, França, Reindo Unido, Rússia e Itália.

Na África, o maior número de acessos ocorre no Egito, Argélia e África do Sul. Na Oceania, a emissora é mais ouvida na Austrália e na Nova Zelândia.

Foram criados noticiários e outros programas jornalísticos ao longo desse período. A cada meia hora, a Rádio Web Justiça do Maranhão apresenta um informativo do Judiciário maranhense: ESMAM Notícias, Corregedoria em Foco e A Justiça e o Cidadão. Este último atingiu a marca de quase 250 edições.

Os noticiários, produzidos pelas assessorias de comunicação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) estão no ar desde 29 de abril, ainda durante a fase experimental da emissora, inaugurada duas semanas depois, no dia 13 de maio.

Ao longo desse curto período foram divulgadas, para todo o mundo, via internet, decisões das câmaras isoladas e reunidas, do Órgão Especial e do Pleno do TJMA. Dentre elas, a condenação de prefeitos e ex-prefeitos que cometeram crimes de responsabilidade, de empresas que violaram o Código de Defesa do Consumidor, além da concessão do direito ao tratamento de saúde a pessoas que não obtiveram resposta satisfatória de órgãos públicos e planos de saúde.

A prestação de serviços para o cidadão também foi noticiada, a exemplo de palestras sobre violência contra a mulher, aplicação da Lei Maria da Penha, campanhas para resolução de problemas por meio da conciliação, doação de sangue, divulgação de audiências públicas, entre outros.

Eventos e datas marcantes para o Judiciário maranhense estiveram entre os temas dos informativos, como a comemoração dos 202 anos do Tribunal de Justiça; a assinatura do termo de cooperação para melhoria do sistema de justiça criminal, pelo presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ministro Ricardo Lewandowski, e pela presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire; a eleição da mesa diretora do Judiciário maranhense para o próximo biênio; posse de novos magistrados; expansão da implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE), implantação de salas de depoimento especial e de novas unidades do Judiciário.

Outros jornalísticos que passaram a fazer parte da grade de programação foram o Resposta de Direito, com veiculação de entrevistas e palestras de magistrados, às 16h e 21h; o Vamos Conciliar, às 8h30; o Notícias da Presidência, às 7h45 e 15h45 e, mais recentemente, o Entenda Direito, que esclarece ao ouvinte termos, atos e decisões do Judiciário.

AO VIVO – As sessões das câmaras isoladas e reunidas do TJMA são transmitidas, ao vivo, de segunda a sexta, a partir das 9h, levando ao público informações em tempo real sobre julgamentos na Justiça de 2º grau.

Dentro do caráter de diversificação proposto pela rádio, também são transmitidos, ao vivo, eventos religiosos que ocorrem durante três sextas ao mês no auditório do Tribunal de Justiça: missa, palestra espírita e culto evangélico, sempre às 8h.

MÚSICA - A música de qualidade tem espaço cativo na Rádio Web Justiça do Maranhão. No final de outubro, a emissora estreou seu primeiro programa voltado ao público mundial. O Som dos Continentes, às 9h e às 21h, sábados e domingos. Cada edição traz um pouco sobre os ritmos, técnicas e instrumentos de um país.

A vinheta de abertura do programa é apresentada em sete idiomas, para que o público da rádio em outros países possa criar uma identidade com o caráter globalizado da atração.

Anteriormente, a emissora já havia estreado o Faixa Nobre, programa com o melhor do jazz e do blues, todos os dias, às 19h.

Nomes como Miles Davis,George Benson, B.B. King, Chralie Parker, Jean-Luc Ponty, Aretha Franklin, Stevie Ray Vaughan, Wes Montgomery, Nina Simone, Taj Mahal, Janis Joplin, Art Blakey, Nuno Mindelis, Bonnie Lee, Freddie Hubbard, Pat Metheny, Dexter Gordon, Junior Cook, Buddy Guy, Wynton Marsalis, Robert Cray, Fela Kuti, John Mayall, Louis Armstrong e o brasileiro Álvaro Assmar já desfilam na programação noturna de qualidade da Rádio Web Justiça do Maranhão.

Redes Sociais

A participação da Assessoria de Comunicação nas Mídias Sociais foi positiva com um número significativo de menções favoráveis. No total, foram coletadas 33.997 postagens. O mês de novembro de 2014 se destacou em volume de informações, contabilizando 3.934 itens.

Em 2015, o destaque foi o mês de março com 2.925 publicações de informações pertinentes à Justiça. O facebook foi a rede que apresentou o maior número de informações, registrando 20.587 itens.

A rede twitter, com um número relativamente menor de ocorrências no período, apresentou 13.410 postagens, das quais 9.764 eram positivas, 1.984 negativas e 1.662 neutras.

Política de Comunicação

A elevada pontuação nas mídias impressa, televisiva, radiofônica, nos veículos online, bem como nas redes sociais deve-se à sistemática de trabalho adotada pela Assessoria de Comunicação na produção de noticiário consistente do ponto de vista jornalístico, cumprindo suas atribuições com compromisso e profissionalismo e primando por um relacionamento equilibrado com a imprensa. Somou positivamente para isso, também, a política de parceria com as demais unidades do Poder Judiciário, cuja efetividade na interlocução fortaleceu a comunicação interna e facilitou o fluxo de informações institucionais de interesse jornalístico.

Ações de Publicidade

O Núcleo de Publicidade da Assessoria de Comunicação do TJMA atendeu a uma demanda significativa no biênio, dando importante suporte tanto às ações voltadas para o público externo como àquelas direcionadas ao público interno.

O setor foi bastante acionado na produção de peças publicitárias – layouts, diagramação de jornais, revistas, folders, cartilhas, flyers, folhetos – como também na criação de banners, ilustrações para o Portal do TJMA, tratamento digital de fotos para publicações do Tribunal, inserção de material institucional em canais da Internet, entre outros procedimentos.

Atividades Desenvolvidas

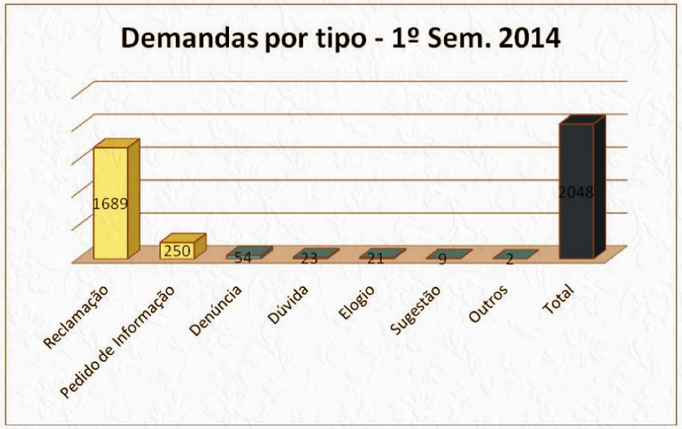
- Atualização da página do Tribunal de Justiça no Youtube
- Atualização do mailling (apache)
- Atualizações e ajustes do Portal do Judiciário
- Briefing da Ouvidoria para a licitação
- Filtro do Facebook (posts negativos)
- Filtro de posts do mural da Intranet
- Liberação para criação de contas de e-mail
- Planilha de avaliação das Agências de Publicidade para concorrência
- Posts das redes sociais (Facebook e Twitter)
- Termo de Referência de Publicidade
- Atualização dos slides para os monitores/televisores
- Relatórios de acessos e dados das redes sociais
- Adesivos de identificação para a Ouvidoria do Poder Judiciário
- Logomarcas para a Biblioteca do TJMA
- Outdoor e cartaz do Seminário sobre Saúde Mental

- Logomarca do Centro Estadual de Apoio às Vítimas - CEAV
- Boletim do Colégio Permanente dos Corregedores Gerais
- Banners da Saúde Bucal para a Divisão Médica
- Logomarca e adesivo de porta do Setor Odontológico
- Logomarca e folheto da Coordenadoria da Mulher
- Logomarca da Coordenadoria da Infância e Juventude
- Diagramação e Editoração da Revista da ESMAM
- Diagramação e Editoração do Informativo da ESMAM
- Padronização das logomarcas e banners do Portal do TJMA
- Criação de layout e diagramação do Guia para Magistrados
- Criação de layout do folder do curso de Media Trainning
- Logomarca do Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos
- Criação dos banners das datas comemorativas
- Paginação do livro de Testamentos (Biblioteca do TJMA)
- Criação da capa do livro de Testamentos (Biblioteca do TJMA)
- Paginação e layout da Revista TJMA
- Capa do relatório da Escola Superior da Magistratura do Maranhão
- Produção de cartões de visita
- Criação da logomarca da Diretoria de Segurança Institucional
- Criação do Site Coordenadoria da Infância e Juventude e da Coordenadoria da Mulher

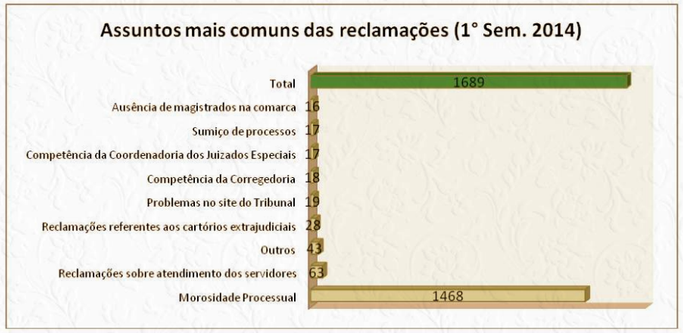
Ouvidoria

Ouvidoria

Ao todo, 2.048 manifestações foram dirigidas ao órgão entre 1º/1/2014 e 30/6/2014, sendo que o mês de maio registrou um recorde de manifestações, desde a criação da Ouvidoria, em maio de 2010. As comunicações feitas ao setor envolveram desde reclamações sobre deficiências na prestação dos serviços até solicitações de estágio e de atualização cadastral para fins de concurso, atividades que, pela peculiaridade, foram registradas abaixo no campo "Outros".



No segundo semestre de 2014, a Ouvidoria recebeu 2.107 manifestações, totalizando 4.155 no ano, o que representou aumento de 33,5% em relação a 2013, quando foram apresentadas 3.113 manifestações. Do total de comunicações recebidas, 81,42% foram reclamações de insatisfação com o serviço; 12,03% trataram de pedidos de informação. As demais consistiram em denúncias, dúvidas, elogios, sugestões e solicitações diversas contabilizadas no campo "Outros".



Já no período entre 1º de janeiro e 30 de junho de 2015, a Ouvidoria recebeu 2.534 manifestações, o que representou um aumento de 19,18 % da demanda em relação ao mesmo período de 2014, o que revelou o êxito do modelo de participação do usuário do sistema de Justiça. Do total de manifestações recebidas, 79,12% referiram-se a reclamações de insatisfação com os serviços e 14,05% foram pedidos de informações.

As demais comunicações dividiram-se entre denúncias, elogios, dúvidas, sugestões e solicitações diversas contabilizadas no campo "Outros", como remessa de processos a outras unidades, cadastros de advogados em sistemas, competências de outros órgãos, pedidos genéricos de providências etc.

	OUTROS ASSUNTOS OBJETO DE RECLAMAÇÃO - 1º SEM. 2014	QUAN.
1	Insucesso no contato telefônico com a unidade jurisdicional	7
2	Falta de material de expediente	5
3	Estrutura física de unidade jurisdicional	2
4	Conduta de servidor/magistrado	2
5	Problemas na linha telefônica/computadores da Comarca	2
6	Não expedição de mandado de averbação em processo já baixado	2
7	Discussão entre servidores	2
8	Horário de realização de prova de seletivo	2
9	Pedido de desarquivamento de processo	2
10	Negativa da Defensoria Pública em ingressar com ação judicial	1
11	Demora na conclusão de concurso de remoção	1
12	Falta de selos nos cartórios	1
13	Falta de pagamento para empresa terceirizada do TJMA	1
14	Falta de Oficial de Justiça	1
15	Não transferência de valores entre unidades jurisdicionais	1
16	Previsão de pagamento de GPJ (Gratificação por Produtividade Judiciária)	1
17	Ausência de servidor para atendimento no protocolo da Comarca	1

18	Contestação de resposta dada por magistrado à Ouvidoria	1
19	Negativa da secretaria em dar acesso de autos a terceiros	1
20	Informações acerca de localização de réu	1
21	Não recebimento de petição por meio eletrônico	1
22	Questionamento sobre portabilidade bancária	1
23	Reclamação contra Operadora de Telefonia	1
24	Reservas indevidas de vagas no estacionamento no anexo do TJ na Rua do Egito	1
25	Regularização de cadastro no sistema da Vara de Execuções Penais (VEP)	1

A Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão promoveu em 2014 e 2015 audiências públicas para receber manifestações da população sobre a atuação da Justiça nos pólos judiciais de Caxias, Bacabal, Chapadinha, Pinheiro, São João dos Patos, Imperatriz e São Luís.

As audiências têm o objetivo de estimular a participação popular na construção de um Poder Judiciário mais eficiente, republicano e próximo da sociedade. Iniciadas com a exibição do vídeo institucional da Ouvidoria e palavra do ouvidor sobre os objetivos e papel da Ouvidoria, as audiências são transmitidas em tempo real via rádio web, com interação pelo aplicativo Whatsapp.

O magistrado também se reúne com os juízes do pólo correspondente, colhendo informações sobre a situação de cada comarca e as principais demandas e dificuldades.

Projetos Especiais

Coordenadoria da Infância e Juventude

Criada em 4 de março de 2010, em cumprimento a uma determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Coordenadoria da Infância e Juventude encontra-se instalada na Rua do Egito nº 167 – Centro, São Luís/MA, CEP: 65010-903, telefone: (98) 3261-6287, desde o dia 24 de março de 2014. Atualmente, tem a seguinte composição:

1. Desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto (presidente);

2. Juíza de Direito Karla Jeane Matos de Carvalho, titular da 2ª Vara da Comarca de Coelho Neto (Coordenadora)

3. Juíza de Direito Lívia Maria da Graça Costa Aguiar, respondendo pela 1ª Vara da Infância e Juventude do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Capital; Juiz de Direito José dos Santos Costa, titular da 2ª Vara da Infância e Juventude do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Capital; Juiz de Direito José Afonso Bezerra de Lima, titular da 9ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Capital e Juiz de Direito Simeão Pereira e Silva, titular 4ª Vara Cível de Timon.

Tem como atribuições elaborar sugestões para o aprimoramento da estrutura do Judiciário na área da infância e juventude; dar suporte aos magistrados, aos servidores e as equipes multiprofissionais visando à melhoria da prestação jurisdicional; promover a articulação interna e externa da Justiça da Infância e Juventude com outros órgãos governamentais e não-governamentais; colaborar para a formação inicial, continuada e especializada de magistrados e servidores na área da Justiça da Infância e Juventude; exercer as atribuições da gestão estadual dos Cadastros Nacionais da Infância e Juventude.

A presidente, desembargadora Cleonice Freire, reuniu-se com o presidente da coordenadoria, desembargador Jamil Gedeon, com o objetivo de fixar metas prioritárias para elaboração de projetos, dentre os quais a instalação e estruturação das salas de depoimento especial e curso de capacitação para magistrados e mediadores; apresentação de questionário para avaliar as dificuldades de cada Vara Especializada na área da Infância e Juventude; mobilização da sociedade para o Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; apoio à campanha voltada ao combate ao uso do crack , intitulada "Jogando Contra as Drogas", tomando como gancho o slogan da Copa do Mundo no Brasil.

Também fez parte da rotina da Coordenadoria da Infância e Juventude a divulgação de projetos como "Família Acolhedora", para que a sociedade adote posturas de participação e integração.

Outro feito de destaque foi a apresentação à desembargadora Cleonice Silva Freire do Link da coordenadoria, que foi planejado em parceria com a Assessoria de Comunicação e Diretoria de Informática, obedecendo aos padrões exigidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mas com 'layout' que remetem a este Egrégio Tribunal.

A presidente Cleonice Silva Freire e o desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto, presidente da coordenadoria, receberam, em Brasília a premiação do "Selo Infância e Juventude" – categoria bronze -, em reconhecimento às boas práticas na promoção dos direitos da criança e adolescente. O prêmio foi entregue pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Em parceria com a Enfam (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados), foi ministrado, nos dias 09, 10 e 11 de junho de 2014, na Esmam (Escola Superior de Magistratura do Maranhão),

um curso para 39 magistrados com o objetivo de capacitá-los para colher o correto depoimento especial de crianças e adolescentes em situação de violência, por meio de métodos apropriados que viabilizem maior responsabilização dos réus e auxiliem na redução dos crimes de violência contra crianças e adolescentes.

Com o objetivo de capacitar magistrados para a oitiva de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de casos de abuso sexual ou violência doméstica, o Tribunal de Justiça do Maranhão dispôs por meio da ESMAM nos dias 01 e 02 de junho de 2015 mais um Curso de depoimento especial. Em 31 de outubro de 2015, foi ministrado, no Fórum de São Luís, curso de capacitação para oitiva de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual, física ou psicológica, realizada em salas de depoimento especial.

Também foi formada mais uma turma de facilitadores para o Depoimento Especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual, física ou psicológica, em processos que tramitam na justiça. O curso aconteceu nos dias 09 e 10 de julho de 2015 e contou com a presença de 62 servidores, entre psicólogos, assistentes sociais, técnicos, auxiliares e profissionais do Cras e Creas.

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Silva Freire, inaugurou a Fundação da Cidadania e Justiça, entidade pública criada por lei para subsidiar a formulação de políticas e o desenvolvimento de atividades de suporte à Casa Abrigo e à Casa da Criança.

A Casa da Criança, atualmente, recebia até 25 crianças de 0 a 03 anos, até sua reinserção ao lar, ou adoção. A nova sede que está localizada no bairro do São Francisco, em São Luís, expandirá a capacidade para até 100 acolhidos, contando com 1.892 metros quadrados distribuídos em dormitórios, berçário, salas (administrativas, de estudo e de atendimento psicossocial), consultórios (médico, odontológico e de fisioterapia), brinquedoteca, copa, cozinha, rouparia, lavanderia, banheiros e espaços destinados a oficinas e cursos, área para horta, quadra poliesportiva, entre outros.

Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, que tem como presidente a desembargadora Ângela Salazar, desenvolveu uma série de ações no biênio 2014/2015. Foram realizadas diversas atividades de conscientização, como palestras e panfletagens, em empresas, escolas, canteiros de obras, órgãos públicos, colônias de pescadores, igrejas e shoppings. Um dos destaques foi a caminhada realizada em 6 de dezembro de 2014 na Avenida Litorânea, com participação de mais de 1.000 pessoas. Ao todo, as ações da coordenadoria atingiram um público de 6.468 pessoas.

Projetos como o Cine Mulher e atendimentos prestados pelo Centro de Referência e Assistência Social (Cras) também fizeram parte da lista de atividades em favor da mulher em situação de violência doméstica e familiar.

Campanha "Aprendendo com Maria da Penha"

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, conforme as diretrizes da Lei Maria da Penha, bem como das Resoluções nº 128/2011-CNJ e Resol-GP-302011-TJ-MA, implementou o Projeto "Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano", idealizada pela desembargadora Ângela Salazar", com a finalidade de difundir ações de prevenção e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher no Estado do Maranhão, através de palestras, projeção de filmes e oficinas em associações de bairros, sindicatos, igrejas, escolas, universidades, dentre outros.

Campanha "Justiça pela Paz em Casa"

A Campanha "Justiça pela Paz em Casa" teve duas edições em 2015. Na primeira, realizada de 09 a 13 de março, foram realizadas 554 audiências e foram proferidas 468 sentenças em julgamentos de crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher. Na segunda edição, ocorrida entre 03 e 07 de agosto, houve 437 audiências e foram expedidas 195 sentenças. Na terceira semana, promovida de 30 de novembro a 4 de dezembro, foram agendadas pela Vara Especial da Mulher de São Luís, 109 audiência, das quais 52 foram realizadas, sendo proferidas 57 sentenças de mérito, 45 medidas protetivas de urgência e 12 ações penais, além de um julgamento no Tribunal do Júri.

Casa Abrigo

Instalada há 16 anos, a Casa Abrigo já atendeu cerca de 730 mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e mais de mil crianças e adolescentes, oferecendo acompanhamento por assistente social, psicólogo e enfermeiro, com encaminhamento aos serviços de saúde e programas sociais oferecidos pela rede pública, além da emissão de documentos, entre outros.

Monitoramento Carcerário

As atividades do Grupo de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) foram marcadas por intensa articulação intersetorial. O presidente do GMF, desembargador Froz Sobrinho, e outros membros do Poder Judiciário com atuação ligada à questão prisional participaram de diversas reuniões para discutir o tema.

Foi permanente a interação com representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), do Ministério Público, do Conselho Penitenciário do Estado do Maranhão, do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), vinculado ao Ministério da Justiça, de órgãos públicos com atuação na saúde, dentre outros interlocutores.

Diversos temas foram discutidos, dentre os quais o cumprimento das penas, a saúde dos encarcerados, a reinserção dos apenados no mercado de trabalho e outros assuntos pertinentes.

Audiências de custódia

As Audiências de Custódia foram implementadas na comarca de São Luís, através do Provimento 21/2014-CGJ, originado pela instituição da Política Estadual de Alternativas Penais no âmbito do Estado do Maranhão foi realizada através do Pacto Estadual para Instituição de Política de Alternativas Penais e Criação de Câmara de Apoio à Aplicação de Alternativas Penais, firmado entre o Governo do Estado do Maranhão, o Tribunal de Justiça do Maranhão, a Procuradoria Geral de Justiça e a Defensoria Geral do Estado.

As audiências de custódia acontecem na Central de Inquéritos de São Luís. Localizado no fórum da capital maranhense, a unidade dispõe de duas salas de audiências, uma secretaria judicial, salas de apoio, carceragem, equipe de técnicos e analistas, além de ter toda a infraestrutura do próprio fórum à disposição. Todo trabalho executado tem o acompanhamento e o suporte da Unidade de Monitoramento Carcerário, que é coordenada pelo desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho e tem, também, o papel de fomentar políticas de execução penal no Maranhão.

Nos dias 18 e 19 de junho do corrente ano, houve o curso sobre Audiências de Custódia, realizado no auditório da ESMAM, e solicitado pela UMF, no qual 40 magistrados serão orientados sobre a apresentação imediata dos presos em flagrante ao juiz, para que este possa homologar e verificar a legalidade e a necessidade dessa prisão.

Dentre os principais objetivos dos trabalhos executados por servidores cedidos pela UMF consta a redução do passivo da Central de Inquéritos, ou seja, remeter todos os processos (Inquéritos Policiais e Autos de Prisão) oriundos das Varas Criminais e redistribuídos à Central de Inquéritos.

Para a efetivação do trabalho na Central de Custódia, houve 3 (três) reuniões:

DATA	DELIBERAÇÕES
19/09	Elaboração de Portaria Conjunta regulamentando o trabalho da Central de Inquéritos; Disponibilização de 130 tornozeleiras eletrônicas para monitoramento dos acusados em liberdade provisória; As audiências para os presos mais perigosos serão realizadas através de vídeo conferências.
26/09	Apresentação elaborada por Dr. Fernando Mendonça de fluxograma, organograma, funcionamento do bloco de atividades e a equação estatística; Solicitação para a Corregedora Geral de Justiça a criação de um provimento regulamentando o fluxo de trabalho da Central de Inquéritos.
07/10	Informação da não renovação do convênio entre a Secretaria de Segurança Pública e os Correios, ocasionando a não entrega das comunicações ao IML; Logística de segurança interna é de responsabilidade da Diretoria do Fórum, e a condução dos presos de competência da SEJAP; A UMF será responsável por toda a documentação; Disponibilização de treinamento do Sistema SIGO pela Delegada Edilúcia; A previsão para o início dos trabalhos das Audiências de Custódia está previsto para o dia 17/10/2014.

Fonte: Atas de Reuniões da UMF/2014.

CENTRAL DE INQUÉRITO

Resumo das Audiências realizadas em 2014/2015

Ano	Mês	Audiências Realizadas	Liberdades Provisórias						Relaxamento de Prisão	Outros Casos ***	Decretação da Prisão Preventiva
			Cautelares Comuns		Tornozeleiras		Internações e Tratamento CAPS				
2014 *	Outubro	11	6	54,55%							5
	Novembro	41	20	48,78%							21
	Dezembro	40	15	37,50%	8	20,00%					17
TOTAL		92	41	44,57%	8	8,70%					43
2015 **	Janeiro	39	11	28,21%	7	17,95%			1		20
	Fevereiro	57	21	36,84%	14	24,56%			4		18
	Março	65	21	32,31%	13	20,00%	1	1,54%	7		23
	Abril	53	11	20,75%	20	37,74%					22
	Maio	61	5	8,20%	22	36,07%			1		33
	Junho	107	21	19,63%	19	17,76%	1	0,93%			66
	Julho	209	90	43,06%	9	4,31%			1		109
TOTAL		591	180	30,46%	104	17,60%	2	0,34%	14		291

Estão incluídos os óbitos, que não contabilizam como solto.
*Período de 17/10/2015 à 05/12/2014
** Período de 05/01/2015 à 31/07/2015.

Ano de 2014		
Liberdade Provisória	49	53,26 %
Prisões	43	46,74 %
Total de audiências	92	

Ano de 2015		
Liberdade Provisória	300	50,76 %
Prisões	291	49,24 %
Total de Audiências	591	

Média 2014/ 2015		
Liberdade Provisória	349	51,10%
Prisões	334	48,90%
Total de Audiências	683	

Fonte: Relatório da Audiência de Custódia – Jan. - Jul/2015.

Ano de 2014		
Liberdade Provisória	49	53,26 %
Prisões	43	46,74 %
Total de audiências	92	

Ano de 2015		
Liberdade Provisória	300	50,76 %
Prisões	291	49,24 %
Total de Audiências	591	

Média 2014/ 2015		
Liberdade Provisória	349	51,10%
Prisões	334	48,90%
Total de Audiências	683	

Fonte: Relatório da Audiência de Custódia – Jan. - Jul/2015.

Audiência de Custódia

Ano	Mês	Audiências Realizadas	Tipificação											
			Latrocínio		Entorpecentes		Porte de Arma		Homicídio		Roubo		Furto		Outros	
2014	Out. a Dez.	92														
2015	Janeiro	39			12	30,77 %	1	2,56%	1	2,56 %	14	35,90 %	6	15,38 %	5	12,85 %
	Fevereiro	57			22	38,60 %	4	7,02%			14	24,56 %	11	19,30 %	6	10,53 %
	Março	65			18	27,69 %			1	1,54 %	26	40,00 %	9	13,85 %	11	16,92 %
	Abril	53			16	30,19 %	2	3,77%	5	9,43 %	22	42,00 %	4	7,55%	4	7,55%
	Maio	61	2	3,28%	25	40,98 %	4	6,56%	3	4,92 %	22	36,00 %	3	4,92%	2	3,28%
	Junho	107	2	1,87%	48	44,86 %	8	7,48%			35	33,00 %	2	1,87%	12	11,21 %
	Julho	209	1	0,48%	76	36%	10	5%	7	3,35 %	80	38,28 %	9	4,31%	26	12,44 %
Total		591	5	0,85 %	217	36,72 %	29	4,91 %	17	2,88 %	213	36,04 %	44	7,45 %	66	11,17 %

Ano de 2015		
Latrocínio	5	0,85%
Entorpecentes	217	36,72%
Porte de Arma	29	4,91%
Homicídio	17	2,88%
Roubo	213	36,04%
Furto	44	7,45%
Outros	66	11,17%
Total de audiências	591	

Fonte: Relatório da Audiência de Custódia – Jan. - Jul/2015

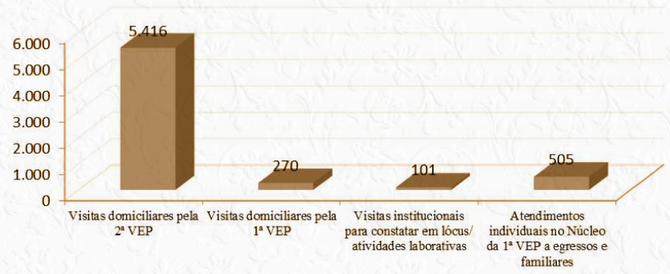
NUMEG

O Núcleo de Monitoramento aos Egressos em Geral (NUMEG/ SEJAP) foi criado pela Portaria nº. 35/2013-SEJAP, para monitorar o cumprimento das obrigações dos apenados (as) submetidos a liberdade vigiada sob coordenação e controle da SEJAP, cujo objetivo geral é a fiscalização das condições de livramento condicional e do regime aberto domiciliar dos referidos egressos do sistema penitenciário, bem como conhecer a realidade cotidiana em que eles estão inseridos, a situação familiar e , quando necessário, encaminhá-los aos serviços públicos de assistências em geral (jurídica, social, psicológica, material).

TABELA GERAL

Nº.	ATIVIDADE DESENVOLVIDA	QUANT.
1	Visitas domiciliares pela 2ª VEP	5.416
2	Visitas domiciliares pela 1ª VEP	270
3	Visitas institucionais para constatar em lócus/ atividades laborativas	101
4	Atendimentos individuais no Núcleo da 1ª VEP a egressos e familiares	505
	TOTAL	6.292

Fonte: Relatório 1º Trimestre- 2015 – NUMEG/ SEJAP.



Tornozeleiras Eletrônicas

JANEIRO

Tabela 1

INSTALAÇÕES	RETIRADAS EM DECORRÊNCIA DE ÓBITO	RETIRADAS EM DECORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO	SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUIÇÃO DE CARREGADORES	VISITAS ASSISTENCIAIS
14	01	01	02	11	08

Fonte: Relatório 1º Semestre- 2015 – NUMEG/ SEJAP.

Tabela 2

MONITORADOS NA REGIÃO METROPOLITANA	MONITORADOS EM COMARCAS DO INTERIOR	MASCULINOS	FEMININOS	TOTAL GERAL DE MONITORADOS
33	02	29	06	35

Fonte: Relatório 1º Semestre- 2015 – NUMEG/ SEJAP.

FEVEREIRO

Tabela 1

INSTALAÇÕES	RETIRADAS EM DECORRÊNCIA DE ÓBITO	RETIRADAS EM DECORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO	SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUIÇÃO DE CARREGADORES	VISITAS ASSISTENCIAIS
28	01	02	04	08	12

Fonte: Relatório 1º Semestre- 2015 – NUMEG/ SEJAP.

Tabela 2

MONITORADOS NA REGIÃO METROPOLITANA	MONITORADOS EM COMARCAS DO INTERIOR	MASCULINOS	FEMININOS	TOTAL GERAL DE MONITORADOS
61	02	55	08	63

Fonte: Relatório 1º Semestre- 2015 – NUMEG/ SEJAP.

MARÇO

Tabela 1

INSTALAÇÕES	RETIRADAS EM DECORRÊNCIA DE ÓBITO	RETIRADAS EM DECORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO	SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUIÇÃO DE CARREGADORES	VISITAS ASSISTENCIAIS
49	00	03	04	09	08

Fonte: Relatório 1º Semestre- 2015 – NUMEG/ SEJAP.

Tabela 2

MONITORADOS NA REGIÃO METROPOLITANA	MONITORADOS EM COMARCAS DO INTERIOR	MASCULINOS	FEMININOS	TOTAL GERAL DE MONITORADOS
77	0,	64	16	80

Fonte: Relatório 1º Semestre- 2015 – NUMEG/ SEIAP.

ABRIL

Tabela 1

INSTALAÇÕES	RETIRADAS EM DECORRÊNCIA DE LIBERAÇÃO	RETIRADAS EM DECORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO	SUBSTITUIÇÃO DE TORNOZELEIRAS	SUBSTITUIÇÃO DE CARREGADORES
28	00	02	14	12

Fonte: Relatório 1º Semestre- 2015 – NUMEG/ SEJAP.

Tabela 2

MONITORADOS NA REGIÃO METROPOLITANA	MONITORADOS EM COMARCAS DO INTERIOR	MASCULINOS	FEMININOS	TOTAL GERAL DE MONITORADOS
97	04	70	31	101

Fonte: Relatório 1º Semestre- 2015 – NUMEG/ SEJAP.

MAIO

Tabela 1

INSTALAÇÕES	RETIRADAS EM DECORRÊNCIA DE LIBERAÇÃO	RETIRADAS EM DECORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO	SUBSTITUIÇÃO DE TORNOZELEIRAS	SUBSTITUIÇÃO DE CARREGADORES
31	04	01	12	18

Fonte: Relatório 1º Semestre- 2015 – NUMEG/ SEJAP.

Tabela 2

MONITORADOS NA REGIÃO METROPOLITANA	MONITORADOS SEM COMARCAS DO INTERIOR	MASCULINOS	FEMININOS	TOTAL GERAL DE MONITORADOS
119	05	103	21	124

Fonte: Relatório 1º Semestre- 2015 – NUMEG/ SEJAP.

JUNHO

Tabela 1

MONITORADOS NA REGIÃO METROPOLITANA	MONITORADOS EM COMARCAS DO INTERIOR	MASCULINOS	FEMININOS	TOTAL GERAL DE MONITORADOS
10	02	04	04	08

Fonte: Relatório 1º Semestre- 2015 – NUMEG/ SEJAP.

Tabela 2

MONITORADOS NA REGIÃO METROPOLITANA	MONITORADOS EM COMARCAS DO INTERIOR	MASCULINOS	FEMININOS	TOTAL GERAL DE MONITORADOS
126	06	113	19	132

MARÇO

Tabela 1

INSTALAÇÕES	RETIRADAS EM DECORRÊNCIA DE ÓBITO	RETIRADAS EM DECORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO	SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUIÇÃO DE CARREGADORES	VISITAS ASSISTENCIAIS
49	00	03	04	09	08

Fonte: Relatório 1º Semestre- 2015 – NUMEG/ SEJAP.

Tabela 2

MONITORADOS NA REGIÃO METROPOLITANA	MONITORADOS EM COMARCAS DO INTERIOR	MASCULINOS	FEMININOS	TOTAL GERAL DE MONITORADOS
77	0,	64	16	80

Fonte: Relatório 1º Semestre- 2015 – NUMEG/ SEJAP.

ABRIL

Tabela 1

INSTALAÇÕES	RETIRADAS EM DECORRÊNCIA DE LIBERAÇÃO	RETIRADAS EM DECORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO	SUBSTITUIÇÃO DE TORNOZELEIRAS	SUBSTITUIÇÃO DE CARREGADORES
28	00	02	14	12

Fonte: Relatório 1º Semestre- 2015 – NUMEG/ SEJAP.

Tabela 2

MONITORADOS NA REGIÃO METROPOLITANA	MONITORADOS EM COMARCAS DO INTERIOR	MASCULINOS	FEMININOS	TOTAL GERAL DE MONITORADOS
97	04	70	31	101

Fonte: Relatório 1º Semestre- 2015 – NUMEG/ SEJAP.

MUTIRÃO CARCERÁRIO PERMANENTE

O Mutirão Carcerário Permanente tem como objetivo cumprir a Resolução nº. 89/2009, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a qual recomenda que sejam implantados mecanismos que permitam, com periodicidade mínima anual, a revisão da legalidade da manutenção das prisões provisórias e definitivas.

MUTIRÃO CARCERÁRIO	PROCESSOS ANALISADOS	TOTAL BENEFÍCIOS	DECISÃO C/ SOLTURA
2008 (21/10 a 12/11/2008)	1.345	679	437
2009 (17/11 a 30/04/2010)	2.303	701	437
2011 (17/03 a 30/04/2011)	2.807	282	177
2013 – UMF/TJMA	8.580	1.620	857
2014 – CGJ	662	682	79

Quantitativo Geral de Armas, Munições e Acessórios prontas para descarte

1ª Vara de Itapecuru		2ª Vara de Itapecuru		3ª Vara de Itapecuru	
Arma de Fogo	3	Arma de Fogo	27	Arma de Fogo	1
Arma Branca	0	Arma Branca	5	Arma Branca	0
Munições e Acessórios	6	Munições e Acessórios	16	Munições e Acessórios	0
Total	**9**	**Total**	**48**	**Total**	**1**
Quantitativo Geral de Armas, Munições e Acessórios prontas para descarte					**58**

Relatório elaborado em 16/04/2015, com informações colhidas in loco no 8º Batalhão da PMMA-ITAPECURU

Notas Explicativas:
1. As secretarias de vara da Comarca de Itapecuru não mantinham em controle relatórios de armas, bens e objetos etapas do Mutirão realizado naquela cidade, sendo este o 1º a ser confeccionado que por ausência de informações será de grande dificuldade sua elaboração;
2. Pelo levantamento feito in loco no 8º Batalhão da PMMA em Itapecuru Mirim constatou-se que existem entre armas de fogo, arma brancas e acessórios e munições com referência a processos 37 ocorrências com processos desconhecidos (sem nome das partes, sem a referência do nº do processo);
3. Nesta segunda etapa não foi possível o levantamento das armas, munições e bens pelo sistema Themis PG pelos relatórios de sistema, devido não ter identificação física na maioria dos objetos;

Inspeções

Anualmente, a UMF elabora seu planejamento estratégico incluindo a realização de inspeções em todas as unidades prisionais, hospitais de custódia e delegacias de polícia. Abaixo, o calendário de inspeções do 1º trimestre/2015:

DATA	INSTITUIÇÃO	LOCAL
13/01	Central de Custódia de Presos de Justiça – CCPJ	Anil
09/02	Delegacia de Itapecuru-Mirim	Itapecuru-Mirim
13/03	APAC de Paço do Lumiar	Paço do Lumiar
08/04	Centro de Triagem	Pedrinhas
16/04	Centro de Detenção Provisória – CDP	Pedrinhas
16/04	Delegacia de Itapecuru-Mirim	Itapecuru-Mirim
17/04	APAC Viana	Viana
17/04	UPR Viana	Viana
14/05	Unidade Prisional de Ressocialização de	Rosário
	Rosário	
20/05	Central de Custódia de Presos de Justiça – CCPJ	Pedrinhas
22/05	APAC de Paço do Lumiar	Paço do Lumiar
09/06	Casa de Assistência ao Albergado e Egresso – CAAE	Rua dos Afogados – Centro
12/06	UPR Monte Castelo	Monte Castelo

APAC

O quadro a seguir demonstra informações gerais acerca de todas as APAC's do estado do Maranhão:

DADOS DOS PRESOS DO ESTADO

MONITORAMENTO MENSAL DO SISTEMA PRISIONAL – JULHO DE 2015

UNIDADES	PRESOS CONDENADOS	PRESOS PROVISÓRIOS	TOTAL	VAGAS
UNIDADES PRISIONAIS DA CAPITAL	1.412	2.128*	3.540	2.575
UNIDADES PRISIONAIS DO INTERIOR	1.152	1.681*	2.833	1.833
APAC'S NO MARANHÃO	128	0	128**	280
DELEGACIAS	169	1271*	1440	
TOTAL PARCIAL	**2.861**	**5.080**	**7.941**	
PRESOS EM REGIME ABERTO	2.427		2.427	
TOTAL GERAL DE PRESOS NO ESTADO DO MARANHÃO			**10.368*** **	**4.688**

QUANTITATIVO DE PRESOS NO ESTADO DO MARANHÃO

Unidades Prisionais	Nomes das Unidades	Vagas	Provisórios	Sentenciados			Total por Unidade
				Fechado	Semi-aberto	Aberto	
Pólo São Luis	PENITENCIÁRIA DE PEDRINHAS	190	25	06	302	01	334
	PENIT. SÃO LUIS I	104	11	184	04	0	199
	PENIT. SÃO LUIS II	208	345	17	12	0	374
	CCPJ – PEDRINHAS	160	279	69	20	02	370
	CADET	400	424	214	45	0	683
	CDP – PEDRINHAS	402	385	123	13	0	521
	PENITENCIÁRIA	210	153	60	27	0	240

	FEMININA						
	CAAE - SÃO LUIS	60	0	01	0	55	56
	CCPJ - ANIL	100	122	39	15	0	176
	CENTRO DE TRIAGEM	96	207	10	04	0	221
	UPR - OLHO DÁGUA	86	148	36	02	0	186
	UPR – MONTE CASTELO	80	0	02	80	0	82
	UPR DE PEDRINHAS VII	479	29	66	03	0	98
Total do Pólo São Luis	13	2575	2128	827	527	58	**3540**
Comarcas	CAAE - CAXIAS	12	01	0	0	05	06
	CAAE – IMPERATRIZ	68	0	0	28	02	30
	CCPJ - CAXIAS	80	128	34	28	0	190
	CDP - AÇAILANDIA	70	53	168	04	0	225
	CDP – CHAPADINHA	104	112	33	10	0	155
	CR - PEDREIRAS	168	86	70	59	01	216
	CR - TIMON	168	215	117	75	0	407
	UPR - IMPERATRIZ	280	275	130	46	02	453
	UPR – DAVINÓPOLIS	106	75	30	05	0	110
	UPR - PAÇO DO LUMIAR	40	11	17	09	0	37
	UPR – BALSAS	96	127	36	37	0	200
	UPR - SANTA INÊS	78	84	10	10	02	106
	UPR - VIANA	25	31	22	08	0	61
	UPR - ROSÁRIO	60	65	17	12	0	94
	UPR - BACABAL	82	101	13	07	0	121
	CRR - CODÓ	60	53	19	19	0	91
	CENTRO DE TRIAGEM – ITZ	35	50	0	0	0	50
	UPR - PINHEIRO	36	66	07	02	0	75
	UPR – COROATÁ	156	96	39	04	0	139
	UPR - ITAPECURU-MIRIM	40	52	10	05	0	67
Total das Comarcas	20	1764	1681	772	368	12	**2833**
TOTAL GERAL POLO DE SÃO LUIS + COMARCAS	33 Unidades	4339	3809	1599	895	70	**6373**

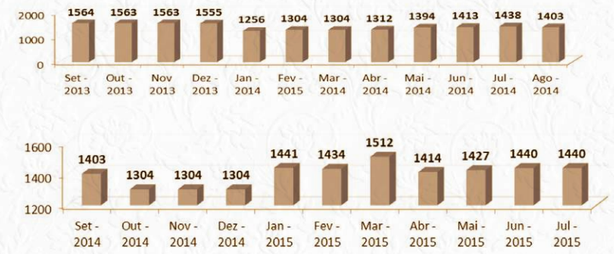
QUANTITATIVOS DE PRESOS NAS DELEGACIAS DO ESTADO DO MARANHÃO

DELEGACIAS/REGIONAIS	Nº DE DELEGACIAS COM PRESOS POR REGIONAL	PRESOS CONDENADOS	PRESOS PROVISÓRIOS	TOTAL
1ª REGINAL – ROSÁRIO	08 Delegacias com presos (Presidente Juscelino, Axixá-MA, Icatu-MA, Rosário-MA, Morros-MA, Presidente Juscelino-MA, Humberto de Campos, Primeira Cruz)	01	35	36

2ª REGIONAL – ITAPECURU-MIRIM	04 Delegacias com presos (Anajatuba, Cantanhede, Itapecuru DR, Pirapemas)	0	28	28
3ª REGIONAL – CHAPADINHA	08 Delegacias com presos(Magalhães de Almeida, Santa Quitéria, São Bernardo, Tutóia-MA, Araioses-Ma, Burití-Ma, Brejo-MA, Anapurus)	18	64	82
4ª REGIONAL – CODÓ	02 Delegacias com presos (Coroatá,	03	30	33
	Codó)			
5ª REGIONAL – PINHEIRO	14 Delegacias com presos (Alcântara, Apicu Açú, Bacuri, Bequimão, Cedral, Cururupu, Guimarães, Mirinzal, Peri Mirim, Pinheiro 1º DP, Pinheiro DR, Santa Helena, São Bento, Turiaçu)	21	252	273
6ª REGIONAL – VIANA	07 Delegacias com presos (Arari, MATINHA, PENALVA, São Vicente Ferrer/MA., São João Batista – MA, São Vicente Férrer/MA, Vitória do Mearim – MA)	13	134	147
7ª REGIONAL – SANTA INÊS	02 Delegacias com presos (Buriticupu, Santa Luzia)	01	26	27
8ª REGIONAL – ZÉ DOCA	11 Delegacias com presos (Amapá do Maranhão, Boa Vista Do Gurupi, Cândido Mendes, Carutapera, Centro Novo, Godofredo Viana, Junco do Maranhão, Luis Domingues, Nunes Freire, Santa Luzia do Paruá, Zé Doca DR)	28	159	187
9ª REGIONAL – AÇAILANDIA	02 Delegacias com presos (Itinga do Maranhão, Açailândia)	0	68	68
10ª REGIONAL – IMPERATRIZ	05 Delegacias com presos (Amarante, Estreito, Imperatriz DR, João Lisboa, Porto Franco)	10	154	164
11ª REGIONAL – BALSAS	02 Delegacias com presos (Loreto, Riachão)	0	21	21
12ª REGIONAL – SÃO JOÃO DOS PATOS	07 Delegacias com presos (Barão do Grajaú, Mirador, Passagem Franca, Pastos Bons, São Domingos do Azeitão, Sucupira do Riachão, São Francisco do Maranhão)	45	29	74

13ª REGIONAL – PRESIDENTE DUTRA	04 Delegacias com presos (Colinas, Dom Pedro, Presidente Dutra, Tuntum)	15	81	96
14ª REGIONAL – PEDREIRAS	07 Delegacias com presos (Esperantinópolis, Igarapé Grande, Lago da Pedra, Lago dos Rodrigues, Pedreiras , Poção de Pedras, Lago do Junco)	0	69	69
15ª REGIONAL – BARRA DO CORDA	02 Delegacias com presos (Barra do Corda DR, Grajaú)	02	64	66
DELEGACIAS/REGIONAIS	**Nº DE DELEGACIAS COM PRESOS POR REGIONAL**	**PRESOS CONDENADOS**	**PRESOS PROVISÓRIOS**	**TOTAL**
16ª REGIONAL – BACABAL	05 Delegacias com presos (Alto Alegre do MA, Olho D'água das Cunhãs, Paulo Ramos, Vitorino Freire, DP São Mateus/MA)	12	39	51
17ª REGIONAL – CAXIAS	-	-	-	-
18ª REGIONAL – TIMON	03 Delegacias com	0	18	18
	presos (Matões, Parnarama, Timon)			
Total Geral*	**93**	**169**	**1271**	**1440**

EVOLUÇÃO DO QUANTITATIVO DE PRESOS EM DELEGACIAS



Fonte: Superintendência da Policia Civil do Interior

COMPARATIVO ENTRE PRESOS DOS PRESÍDIOS, DAS DELEGACIAS E APAC'S

Período	Presos nas Unidades Prisionais	Presos nas Delegacias	Total de presos em UP e Delegacias	Presos em prisão domiciliar	APAC'S	Total de Presos
Jun - 2014	5118	1413				**6531**
Jul - 2014	5190	1438	6628	2306*		**8934**
Ago - 2014	5242	1403	6645	2306*		**8951**
Set - 2014	5325	1403	6728	2306*		**9034**
Out - 2014	5234	1304	6538	2306*		**8844**
Nov - 2014	5264	1304	6568	2306*		**8874**
Dez - 2014	5268	1304	6572	2306*		**8878**
Jan - 2015	5716	1441	7157	2462**		**9619**
Fev - 2015	5824	1434	7258	2438**		**9696**
Mar - 2015	6072	1512	7584	2417**	105***	**10.106**
Abr - 2015	6222	1414	7636	2438**	125***	**10.199**
Mai - 2015	6245	1427	7672	2427**	128***	**10.227**
Jun - 2015	6434	1440	7871	2460**	128***	**10.462**
Jul - 2015	6373	1440	7813	2427**	128***	**10.368**

*Dados referentes à prisão em regime domiciliar, encaminhados pelas comarcas à UMF no mês de junho de 2014

** Presos em regime aberto extraídos do Sistema VEP/CNJ, onde as mesmas são virtualizadas. Esse dado refere-se à primeira semana de Junho, apenas nas comarcas onde estas são virtualizadas, num total de 17 VEP's

*** Recuperandos das 06 Apac's criadas no Maranhão.

GRÁFICO DOS PRESOS DAS DELEGACIAS, SUPRS. E APAC'S 2014

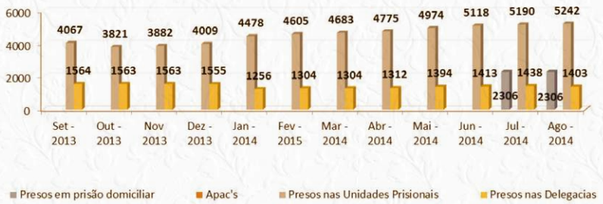


GRÁFICO DOS PRESOS DAS DELEGACIAS, SUPRS. E APAC'S 2014

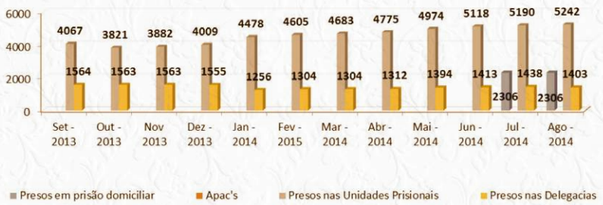
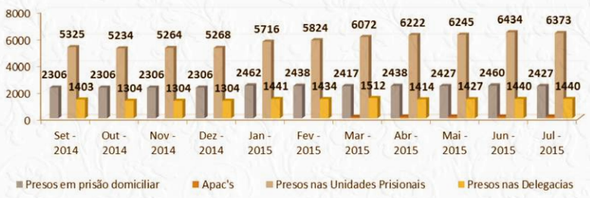
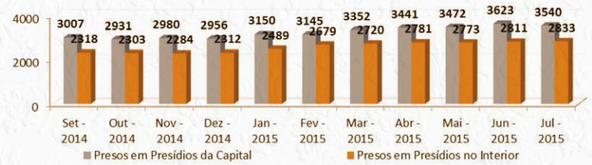


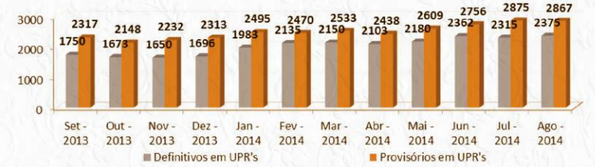
GRÁFICO DOS PRESOS DAS DELEGACIAS, UPR'S E APAC'S 2015

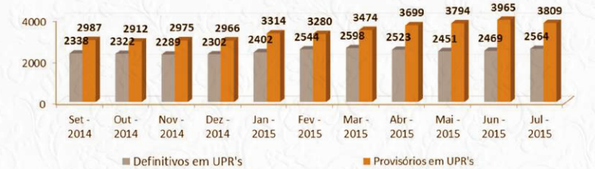


TOTAL DE PRESOS DA CAPITAL (UNIDADES PRISIONAIS) X TOTAL DE PRESOS DO INTERIOR (UNIDADES PRISIONAIS)



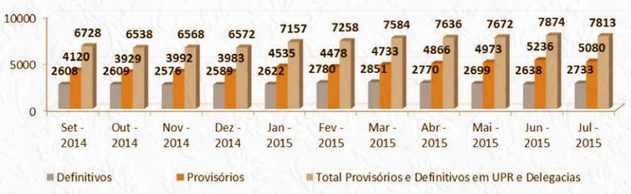
RELAÇÃO DE PRESOS PROVISÓRIOS X DEFINITIVOS EM UNIDADES PRISIONAIS





RELAÇÃO DE PRESOS PROVISÓRIOS X DEFINITIVOS EM DELEGACIAS

RELAÇÃO GERAL DE PRESOS PROVISÓRIOS X DEFINITIVOS EM UNIDADES PRISIONAIS E DELEGACIAS NO ESTADO DO MARANHÃO



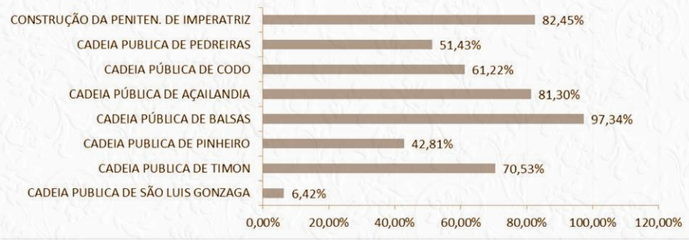
COMPARATIVO DE PRESOS INCLUINDO OS DE REGIME ABERTO

*Em Janeiro/2014 o CNJ não contabilizava em seus relatórios os presos em prisão domiciliar;
**Em Junho/2014 a UMF passou a contabilizar as prisões domiciliares, sendo que estes dados foram repassados pelas comarcas do Maranhão;
*** A partir de Janeiro/2015 passou-se a contabilizar os presos em regime aberto das 16 Varas de Execuções Penais virtualizadas.

BANCO NACIONAL DE MANDADOS DE PRISÃO

DATA	AGUARDANDO CUMPRIMENTO	CUMPRIDO	EXPIRADO
10.04.2015	8750	2730	2818
20.05.2015	9086	4022	2944
15.06.2015	9228	4147	3018
17.07.2015	9408	4484	3115
12.08.2015	9520	4650	3199

PERCENTUAL DE CONCLUSÃO DE OBRAS



Fonte: Informações repassadas via e-mail, referente ao mês de maio/2015

VAGAS APÓS AS REFORMAS/CONSTRUÇÕES

ESTABELECIMENTO PENAL	VAGAS ATUAL	VAGAS APÓS AS CONSTRUÇÕES/REFORMAS
CADEIA PUBLICA DE SÃO LUIS GONZAGA	-	312
CADEIA PUBLICA DE TIMON	-	306
CADEIA PUBLICA DE PINHEIRO	-	306
CADEIA PÚBLICA DE BALSAS	96	126
CADEIA PÚBLICA DE AÇAILANDIA	70	162
CADEIA PÚBLICA DE CODO	60	156
CADEIA PUBLICA DE PEDREIRAS	-	120
CONSTRUÇÃO DA PENITEN. DE IMPERATRIZ	-	210
TOTAL		1.472

SITUAÇÃO DAS VAGAS DISPONIVEIS NO MARANHÃO

TOTAL DE PRESOS APENAS EM UNIDADES PRISIONAIS	VAGAS ATUAL	VAGAS APÓS AS CONSTRUÇÕES/REFORMAS
6.245*	4.579	6.051

*Presos em Unidade Prisional referente ao mês de maio/2015

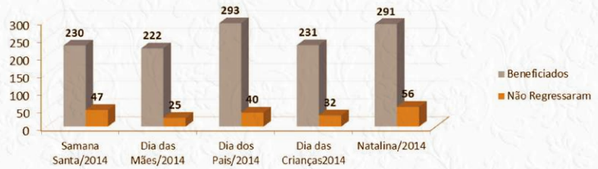
TOTAL DE PRESOS EM UP + DELEGACIAS + PRESOS EM REGIME ABERTO	VAGAS ATUAL	VAGAS APÓS AS CONSTRUÇÕES/REFORMAS
10.227*	4.579	6.051

*Incluindo presos em regime aberto (2.427) e Delegacias (1.427).
*Não estão contabilizadas as vagas em delegacias.

SAÍDAS TEMPORÁRIAS / 2014

Saídas Temporárias	Portaria	Beneficiados	Não Regressaram	%
Samana Santa/2014	-	230	47	20,43%
Dia das Mães/2014	16/2014-Gab_1ª-Vep	222	25	11,26%
Dia dos Pais/2014	30/2014-Gab_1ª-Vep e 30-A/2014-Gab_1ª-Vep	293	40	13,65%

DADOS EXTRAÍDOS DO SITE WWW.TJMA.JUS.BR
E INFORMAÇÕES REPASSADAS PELA VEP.



SAÍDA TEMPORÁRIA / 2015

Saídas Temporárias	Portaria	Beneficiados	Não Regressaram	%
Samana Santa/2015	004/2015-Gab_1ª-Vep	281	54	19,22%
Dia das Mães/2015	008/2015-Gab_1ª-Vep	260	32	12,31%
Dia dos Pais/2015				
Dia das Crianças2015				
Natalina/2015				

DADOS EXTRAÍDOS DO SITE WWW.TJMA.JUS.BR E INFORMAÇÕES
REPASSADAS PELA VEP.

PORTADORES DE TRANSTORNO MENTAL (PTM'S) NO SISTEMA CARCERÁRIO DO MARANHÃO

Em maio de 2015, de acordo com informações fornecidas pela SEJAP e pelas Instituições de Saúde Nina Rodrigues, La Ravardière e São Francisco, o quantitativo de indivíduos com confirmação e suspeitas de que tivessem algum tipo de transtorno mental era de 266 indivíduos, distribuídos (de acordo com os locais em que se encontravam) da seguinte forma:

INSTITUIÇÕES	LOCAL		TOTAL
INSTITUIÇÕES DE SAÚDE	Hospital Nina Rodrigues	71	**92**
	Clínica La Ravardiere	14	
	Clínica São Francisco	07	
INSTITUIÇÕES PRISIONAIS DA CAPITAL	Núcleo de Atenção a Saúde da Penitenciaria de Pedrinhas	04	**83**
	Casa de Detenção	13	
	Penitenciaria São Luis I	34	
	Penitenciaria São Luis II	8	
	Centro de Detenção Provisória	6	
	UPR Olho D'água	10	
	UPR Monte Castelo	17	
	Centro De Custodia De Presos De Justiça De Pedrinhas	1	
	Centro De Custodia De Presos De Justiça Do Anil	3	
	Presídio Feminino	9	
	CAAE – São Luis	9	
	Centro de Observação e Classificação Triagem	1	
	UPR VII	2	
	UPR Paço Do Lumiar	4	

INSTITUIÇÕES PRISIONAIS DO INTERIOR	UPR de Santa Inês	02	91
	UPR de Codó	03	
	UPR de Timon	33	
	CR Pedreiras	21	
	UPR de Bacabal	12	
	UPR de Imperatriz	13	
	CDP de Chapadinha	07	
DELEGACIAS			Sem informação

PTM's nas Instituições de Saúde em São Luís

De acordo com a tabela a seguir, os Portadores de Transtorno Mental que se encontram em Unidades de Saúde, estão distribuídos da seguinte forma: 71 no Hospital Nina Rodrigues, 14 na Clínica São Francisco e 07 na Clínica La Ravardière. Desse quantitativo, alguns pacientes se encontram em condição de Alta, de acordo com informações fornecidas pelas Enfermarias de cada um desses locais, de forma que, em maio de 2015, 24 se encontravam em condição de alta no Nina Rodrigues, 01 na Clínica São Francisco e 06 na La Ravardière, somando um total de 31 pacientes em Condição de Alta.

PACIENTES COM TRANSTORNO MENTAL NAS UNIDADES PENAIS DE SÃO LUIS

Unidades Penais	Quantidade de pacientes	Pacientes diagnosticados pelo Código Internacional de Doenças (CID 10)	Pacientes medicalizados
NÚCLEO DE ATENÇÃO A SAÚDE DA PENITENCIARIA DE PEDRINHAS	4	3	4
PENITENCIARIA DE PEDRINHAS	13	13	13
CASA DE DETENÇÃO – CADET	34	33	34

Unidades Penais	Quantidade de pacientes	Pacientes diagnosticados pelo Código Internacional de Doenças (CID 10)	Pacientes medicalizados
PENITENCIARIA SÃO LUIS II	6	4	6
CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA – CDP	10	10	10
UPR OLHO D'ÁGUA	17	14	17
UPR MONTE CASTELO	1	1	1
CENTRO DE CUSTODIA DE PRESOS DE JUSTIÇA DE PEDRINHAS – CCPJ PEDRINHAS	3	2	3
PRESIDIO FEMININO	9	8	8
CAAE – SÃO LUIS	1	1	1
CENTRO DE OBSERVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO E TRIAGEM – COCT	2	2	2
UPR VII	4	*	*
UPR PARÇO DO LUMIAR	4	1	1

Portadores de Transtorno Mental (PTM's) no Sistema Carcerário do Maranhão (2º Trimestre)

Houve um aumento de 13 pessoas no quantitativo de pacientes do Hospital Nina Rodrigues, passando de 71 para 84. A partir desse aumento, o Quantitativo de indivíduos PTM's subiu de 92 para 105 nas Instituições de Saúde e somam uma população total de 279 PTM's no Estado do Maranhão.

INSTITUIÇÕES	LOCAL		TOTAL
INSTITUIÇÕES DE SAÚDE	Hospital Nina Rodrigues	84	105
	Clínica La Ravardiere	14	
	Clínica São Francisco	07	

Informações atualizadas em 26 de maio de 2015, conforme visita institucional de Inspeção ao Hospital Nina Rodrigues

CAPS NO MARANHÃO

Nº.	CIDADE	MODALIDADE
1	Açailândia	CAPS II
2	Bacabal	CAPS II CAPS I
3	Balsas	CAPS I
4	Barra do Corda	CAPS II CAPS I
5	Caxias	CAPS III CAPS AD CAPS i CAPS I
6	Chapadinha	CAPS II
7	Codó	CAPS II CAPS I
8	Imperatriz	CAPS I CAPS AD CAPS I Consultório de Rua RT CAPS I
9	Itapecuru- Mirim	CAPS II CAPS I
10	Pedreiras	CAPS II CAPS I CAPS AD
11	Pinheiro	CAPS II CAPS I
12	Presidente Dutra	CAPS I
13	Rosário	CAPS I
14	Santa Inês	CAPS II CAPS I
15	São João dos Patos	CAPS I
16	São Luís	CAPS II CAPS I RT RT 1 RT 2 RT 3 CAPS AD UA Adulto Hospital Nina Rodrigues

17	Timon	CAPS II CAPS I CAPS AD
18	Viana	CAPS I
19	Zé Doca	CAPS II CAPS I

COMEÇAR DE NOVO
VISITAS INSTITUCIONAIS

O Programa Começar de Novo viabiliza a emissão de documentação básica, conforme demonstrado a seguir:

LOCAL	ASSUNTO	QUANT.
Instituto de Identificação	Busca de informações/ dados de apenados para solicitação de documentos	11
Cartórios	Busca de Certidão de Nascimento, Certidão Negativa e demais informações	32
Receita Federal	Visitas	10
Unidades Prisionais (CCPJ – Pedrinhas e Anil)	Coletar assinaturas de apenados para registro de filho.	02
Centro de Triagem	Verificação de instalação de kit para realização do Censo Carcerário e acompanhamento da ação	02
Corregedoria Geral de Justiça	Informações acerca de duplicidade de certidões de nascimento.	01
SEJAP	Informações sobre PRONATE e Plano de Educação das Prisões	01
Empresa MASAN	Reunião para implantação de cozinha escola nas unidades prisionais Feminina e do Olho D'Água.	01
	TOTAL	**60**

Fonte: Relatório Mensal Julho/2015 – Programa Começar de Novo.

VISITAS DOMICILIARES

DATA	DEMANDA	QUANT.
21/05	Visita realizada à família do apenado Maxuel Reis da Silva, para verificação de identificação.	01

Fonte: Relatório Mensal Julho/2015 – Programa Começar de Novo.

PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Com o objetivo de apurar as demandas de morte, fuga, rebelião, tortura e maus tratos/ agressão, a Unidade de Monitoramento Carcerário instaura procedimentos administrativos com o objetivo de acompanhar a apuração das denúncias.
A seguir, demonstrativo dos procedimentos administrativos instaurados no 1º semestre/2015:

Nº.	DATA	AUTOR	ASSUNTO
001	06/01	UMF	**MORTE** Notícia veiculada na mídia sobre a morte do preso JOCEAN SOARES DANTAS, na Casa de Detenção, na data de 06/01/2015
002	07/01	UMF	**FUGA** Notícia veiculada na mídia sobre a fuga de 7 (sete) presos da Delegacia de Coroatá, na data de 07/01/2015
003	19/02	UMF	**FUGA** Notícia veiculada na mídia sobre a fuga de 3 (três) presos do Presídio São Luís III, na data de 14/02/2015
004	23/02	UMF	**FUGA** Notícia veiculada na mídia sobre a fuga de 4 (quatro) presos na Delegacia de Porto Franco, na data de 22/01/2015
005	23/02	UMF	**AGRESSÃO** Denúncia de agressão à pessoa de EDNALDO SALES CORREIA por policiais da ROTAM, na data de 12/02/2015
006	09/03	UMF	**FUGA** Notícia veiculada na mídia sobre a fuga de 11 (onze) presos na Delegacia de Porto Franco, na data de 07/03/2015
007	12/03	Ângela de Jesus Mendes Barros	**TORTURA** Denúncia de tortura sofrida pelo preso PEDRO MÁRCIO DUTRA, no Centro de Detenção Provisória, no mês 12/2014

008	24/03	UMF	**FUGA** Notícia veiculada na mídia sobre a fuga de 4 (quatro) presos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, na data de 22/03/2015
009	24/03	UMF	**MORTE** Notícia veiculada na mídia sobre a morte dos presos ROGÉRIO CORREIA DE JESUS e OTÁVIO DE JESUS FERREIRA, no Centro de Detenção Provisória, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, na data de 13/03/2015

Fonte: Relatório Mensal Julh./2015 – Divisão Estrutural Técnica.

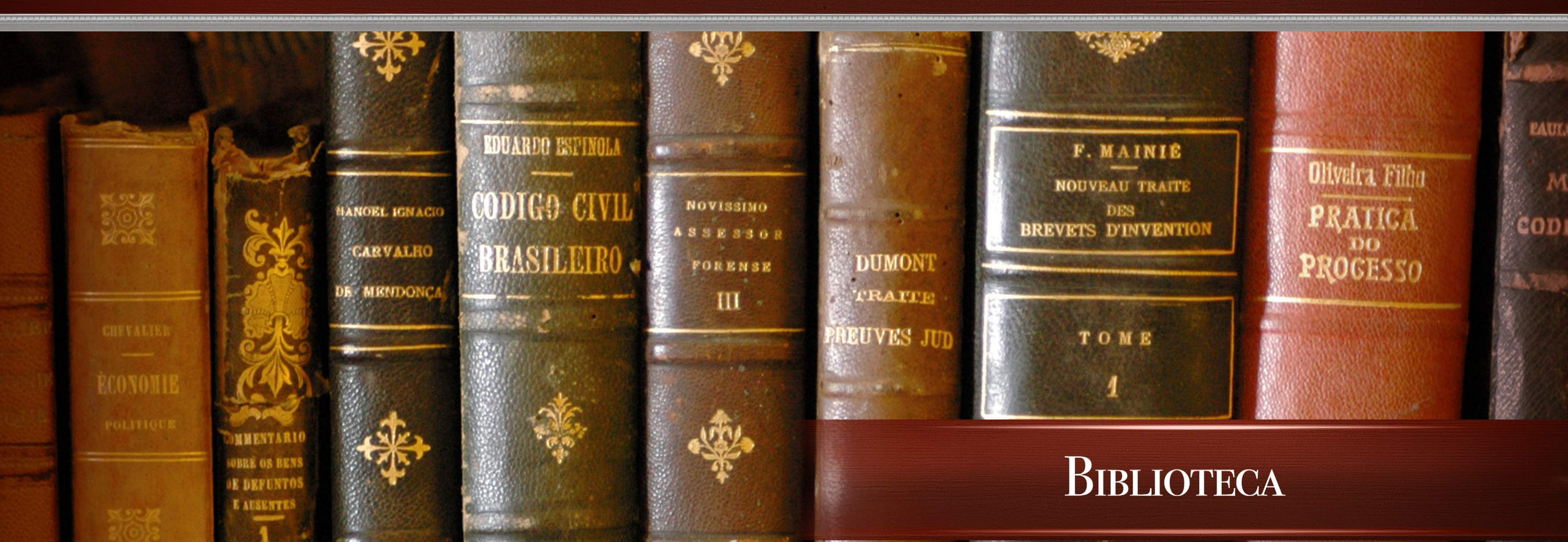
RESUMO 2013/2014

TIPO DE EVENTO	QUANT.
Quantidade de Mortos em 2013	66
Quantidade de Mortos em 2014	28
Quantidade de Ações Penais	63
Quantidade que não geraram Ações Penais	26
Quantidade de Inquéritos	67
Quantidade de Mortes Naturais	8
Quantidade de Homicídios	57
Quantidade de Mortes na Capital	82
Quantidade de Mortes no Interior	6
Quantidade de Mortes Capital e Interior	88
Quantidade de Morte na Capital 2013/2014	89

Fonte: Relatório Anual/2014 - UMF.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Nº.	SISTEMA	OPERACIONALIZAÇÃO
1	SISUMF	Sistema gerenciado pelo Poder Judiciário do Maranhão (Tribunal de Justiça). É utilizado pela UMF para acompanhar as demandas da população carcerária.
2	SCN	Sistema Começar de Novo é gerenciado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). É utilizado para cadastrar e pesquisar apenados e egressos do sistema carcerário para emissão de documentação básica, inclusão no mercado de trabalho e em cursos de qualificação profissional.
3	THEMIS/ Jurisconsult	Sistema gerenciado pelo Poder Judiciário do Maranhão (Tribunal de Justiça). É utilizado para pesquisas processuais de apenados.
4	VEP/CNJ	Sistema gerenciado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). É utilizado para pesquisar os apenados sentenciados e em fase de execução.
5	Geopresídios/ CNIEP/	Sistema gerenciado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). É utilizado pelos magistrados para cadastrar inspeções realizadas
	CNACL	em unidades prisionais, delegacias de polícia e demais unidades que possuem presos de justiça, informando as condições desses locais e o quantitativo de presos.
6	SIISP	Sistema gerenciado pelo Poder Executivo do Maranhão (Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária – SEJAP). É utilizado para pesquisar os presos no sistema prisional do Estado do Maranhão.
7	SIGO	Sistema gerenciado pelo Poder Executivo do Maranhão (Secretaria de Segurança Pública). É utilizado para realizar consultas dos presos custodiados em delegacias de polícia.


CHEVALIER
ÉCONOMIE
POLITIQUE
COMMENTARIO
SOBRE OS BENS
DE DEFUNTOS
E AUSENTES
1
MANOEL IGNACIO
CARVALHO
DE MENDONÇA
EDUARDO ESPINOLA
CODIGO CIVIL
BRASILEIRO
NOVISSIMO
ASSESSOR
FORENSE
III
DUMONT
TRAITÉ
PREUVES JUD
F. MAINIÉ
NOUVEAU TRAITÉ
DES
BREVETS D'INVENTION
TOME
1
Oliveira Filho
PRATICA
DO
PROCESSO
CONTRACTOS
NO
DIREITO CIVIL
BRAZILEIRO
1
VOL. 1
INTRODUCÇÃO
E
PARTE GERAL
J. P. DA SILVA RAMOS
MANUAL PRATICO
DO PROCESSO
COMMERCIAL
1
1-2

Biblioteca

Apresentação da biblioteca

A Biblioteca possui como Missão "Disponibilizar ao usuário o acesso às fontes de informação jurídica através da aquisição, organização e disseminação de conhecimentos, contribuindo para a eficiência na prestação jurisdicional" e como Visão "Alcançar a excelência no atendimento visando garantir a satisfação das necessidades informacionais dos usuários".

Funcionando como setor de apoio no desenvolvimento das atividades deste Tribunal, tem suas atribuições definidas por meio da Resolução n°60/2010, que regulamenta a estrutura dos serviços auxiliares do Poder Judiciário do Maranhão. Desde sua implantação, que remete à criação da Corte, vem oferecendo a seus usuários produtos e serviços que facilitam o processo de disseminação da informação jurídica e que atendam aos interesses institucionais e da comunidade em geral.

Funciona diariamente no horário das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira, disponibilizando seus produtos e serviços a servidores, magistrados, advogados e público em geral. Para entrar em contato, o interessado pode ligar nos telefones: (98)3261-6146/6147/6259, ou comparecer ao endereço: Rua do Egito, n. 144 - Centro. CEP: 65010-190, São Luis - MA.

A Biblioteca também possui link no site do Tribunal de Justiça do Maranhão www.tjma.jus.br, na seção institucional/Biblioteca, onde os usuários podem consultar todas as informações referentes ao atendimento oferecido, bem como acessar os produtos disponíveis.

O usuário também pode utilizar o correio eletrônico por meio do e-mail institucional: biblioteca@tjma.jus.br, e pela seção "fale conosco" da Presidência. Além disso, a Biblioteca disponibiliza por meio do SIABI (Sistema de Automação de Bibliotecas) diversas vantagens, tais como: consulta ao acervo, reserva de publicações, renovação de empréstimos e disseminação seletiva da informação.

O Acesso ao SIABI está disponível nos terminais de atendimento na Biblioteca, ou em links na intranet e internet do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Atividades Desenvolvidas em 2014

A seguir, as principais atividades e inovações realizadas em 2014, cujo propósito foi oferecer serviços de qualidade ao nosso público.

Curso sobre Museus e Museologia

O referido Curso foi ministrado pela Prof.ª Elizângela Carrijo – mestre em História Cultural e professora no curso de Museologia, da Faculdade de Ciência da Informação, da Universidade de Brasília, nos dias 12 e 13 de maio de 2014, na Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM) abordando questões conceituais sobre a memória institucional, com ênfase no universo da museologia.

Participaram do treinamento servidores das bibliotecas do Poder Judiciário, Coordenadoria do Arquivo e Documentos Históricos, Procuradoria Geral de Justiça, dentre outros.

Ampliação das Instalações da Biblioteca

Foi inaugurada no dia 10 de junho de 2014 ampliação das instalações da Coordenadoria da Biblioteca, contemplando sala do projeto de transcrição e divulgação de documentos históricos, em parceria com a FAPEMA. O espaço contém computadores, scanners planetários, lupas, impressoras, maquina fotográfica e materiais de higiene e proteção destinados às atividades do projeto, que incluem pesquisa, transcrição, inventariado e divulgação dos testamentos dos séculos XVIII e XIX, pertencentes ao acervo de obras raras do Poder Judiciário.

Os setores da Biblioteca também passaram por melhorias como a substituição de luminárias e pintura geral, revisão de instalações elétricas, dentre outras. Estiveram presentes à inauguração a presidente do TJMA, Des.ª Cleonice Freire; a vice-presidente Anildes Cruz; a corregedora-geral de Justiça, Des.ª Nelma Sarney; os Desembargadores Lourival Serejo, Presidente da Comissão de Documentação, Revista, Jurisprudência e Biblioteca, e Kléber Carvalho.

Apresentação do Projeto de Transcrição de Testamentos

Durante a 11ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia em São Luís, foi apresentado o projeto de transcrição de livros de testamentos do período colonial e imperial do maranhão (1751 a 1889) desenvolvido pela Biblioteca com financiamento da FAPEMA. Na ocasião foi possível apresentar a estudantes e pesquisadores detalhes da pesquisa que envolve a transcrição de três livros de registros de testamentos (1781-1791; 1790-1795 e 1793-1801). O projeto contempla ainda a publicação de 300 exemplares de cada um.

Curso de Museologia e Curadoria

No Convento das Mercês, São Luís recebeu pela primeira vez o Curso de Museologia e Curadoria de Arte, promovido em parceria entre a Bureau Cultural e a Associação Cultural e Artística Oswaldo Goeldi. O Curso, com carga horária de 40h, foi voltado a profissionais que atuam em instituições culturais públicas ou privadas voltadas à preservação da memória, proporcionando a seus participantes, noções de

montagem e supervisão de exposições de arte, execução e revisão de catálogos, arquitetura e colecionismo, dentre outros temas e áreas.

A Biblioteca foi representada pelas Bibliotecárias Cíntia Andrade e Eliana Maciel.

Novas Aquisições

Em 2014 e 2015 foram adquiridas por compra e doações 725 novas aquisições dentre livros, periódicos, CDs e DVDs. Todos os documentos incorporados ao acervo foram catalogados, indexados no SIABI (Sistema de Automação de Biblioteca) e disponibilizados para consulta e empréstimo de usuários.

No mesmo período, foram cadastrados 141 novos usuários, que passaram a adquirir direito a empréstimos, renovação e devolução de livros, periódicos e demais documentos do acervo. Em média foram efetuados 7.056 empréstimos.

Em continuidade às medidas de incentivo à recuperação e disseminação da informação jurídica a nossos usuários, a Biblioteca recomendou a renovação da Plataforma de pesquisa da RT - Online, adquirida pelo Tribunal de Justiça em 2013.

A ferramenta, disponível na TJMA, oferece conteúdo online da Revista dos Tribunais desde 1986, além de 12 revistas especializadas em diversos ramos do Direito editadas pela RT, bem como conteúdo de notícias nacionais e internacionais, com atualizações diárias pela Thonsom Reuters.

Ainda por meio de seu sistema, os usuários podem consultar virtualmente informações sobre legislação, doutrina e jurisprudência, dentre outras publicações jurídicas de diversos Tribunais e Órgãos afins.

Participação no XI Enar (Encontro Nacional de Acervo Raro)

Nos dias 30 e 31 de outubro de 2014, a Biblioteca participou do XI Encontro Nacional de Acervo Raro, promovido pela Biblioteca Nacional, na Cidade do Rio de Janeiro.

O evento, organizado pelo PLANOR – Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras teve como tema: "Gestão de Acervos raros e especiais: realidade e desafios". Na oportunidade, representantes de diversas Instituições e Estados puderam trocar experiências e apresentar projetos desenvolvidos em prol da preservação da memória em seus locais de trabalho.

Curso Sobre a Elaboração do Plano Museológico;

A Coordenadoria da Biblioteca, em parceria com a ESMAM, promoveu nos dias 11 e 12 de dezembro, o curso de "Construção do Plano Museológico e Gestão de Acervos". O objetivo é capacitar os profissionais de documentação, arquivos e bibliotecas para viabilizar a implantação do memorial do Judiciário Maranhense.

O Des. Lourival Serejo, presidente da Comissão de Documentação, Revista, Jurisprudência e Biblioteca do TJMA, durante abertura do curso, ressaltou a importância dessa iniciativa, vislumbrando a propagação das ideias relacionadas à preservação e valorização da memória institucional e social do Tribunal de Justiça.

Convênio UFMA

Por meio de convênio firmado entre este Tribunal de Justiça e a Universidade Federal do Maranhão, a Coordenadoria da Biblioteca recebeu 3 estagiários curriculares no ano de 2014. Os estudantes cumpriram carga-horária mínima de 90 horas e máxima de 270 conforme legislação competente e puderam por em prática os conhecimentos adquiridos ao longo do Curso de Biblioteconomia.

Gratificação de Atividade Judiciária

A Coordenadoria da Biblioteca concorreu à GPJ com três metas propostas ao Núcleo de Planejamento Estratégico, são elas: garantir que 90% dos empréstimos não atrasem por mais de 30 dias; garantir que 80% das solicitações de pesquisas bibliográficas sejam realizadas em até 5 dias; implantar a Disseminação Seletiva da Informação.

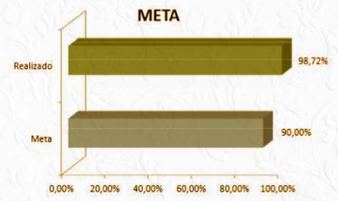
A Unidade atingiu satisfatoriamente todas as metas, conforme demonstrado nas estatísticas, a seguir, enviadas pela Assessoria de Planejamento Estratégico do TJMA:

COORDENADORIA DE BIBLIOTECA DO TJMA

Mês de referência : Janeiro a setembro de 2013

Indicador	INDICE DE AGILIDADE NO ATENDIMENTO À PESQUISA BIBLIOGRÁFICA
Meta	Garantir que 90% das solicitações de pesquisas bibliográficas sejam realizadas em 5 dias
Fórmula	(Total de empréstimos devolvidos no prazo /total de empréstimos)*100
Sistema de medição	DIGIDOC
Período	21 de janeiro a 30 de setembro de 2013

Número de Processos	
Dentro da Meta	77
Fora da Meta	1
Meta	90,00%
Realizado	98,72%



COORDENADORIA DE BIBLIOTECA DO TJMA

Mês de referência : Janeiro a setembro de 2014

Indicador	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE DISSEMINAÇÃO SELETIVA DE INFORMAÇÃO
Meta	Manter o programa de disseminação seletiva de informação durante todo o período de medição
Fórmula	Não se aplica
Sistema de medição	Relatório WEB
Período	1º de janeiro a 30 de setembro de 2014

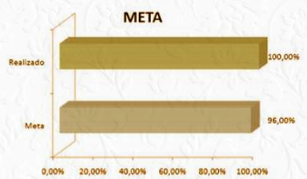
STATUS DO PROGRAMA
MANTIDO

COORDENADORIA DE BIBLIOTECA DO TJMA

Mês de referência : janeiro a setembro de 2014

Indicador	INDICE DE REDUÇÃO NO TEMPO DE ATRASO DE EMPRÉSTIMOS
Meta	Garantir que 96% dos empréstimos não atrasem por mais de 30 dias
Fórmula	(Total de empréstimos devolvidos no prazo /total de empréstimos)*100
Sistema de medição	SIABI
Período	1º de janeiro a 30 de setembro de 2014

Número de Processos	
Dentro da Meta	57
Fora da Meta	0
Meta	96,00%
Realizado	100,00%



Curso Sobre Gestão de Arquivos pelo CNJ

Os servidores da Biblioteca participaram do curso autoinstrucional de Gestão Documental no Poder Judiciário, na modalidade ensino a distância, oferecido pelo Conselho Nacional de Justiça no período de 08 de agosto a 08 de setembro de 2014. O referido curso contemplou temas muito relevantes como: – Introdução à Gestão Arquivística; II – Marco Legal de Documentos no Poder Judiciário; III – Proname; IV – Gestão Documental Aplicada e Preservação/Divulgação da Memória nos Tribunais. Serão objeto de estudo instrumentos veiculados pelas Recomendações do CNJ n. 37/2011 e n. 46/2013, Resoluções n. 46/2007, n. 91/2009 e n. 185/2013.

Compêndio Histórico (1961-1989), Clipping e Pesquisas de Legislação

Em continuidade ao Compêndio de Resoluções (1990-2010), entregue a todas as unidades judiciais e administrativas do TJ, os compêndios dos anos 2011, 2012, 2013 e 2014 encontram-se em processo de encadernação pela gráfica e servirão também como importante fonte de pesquisa na área da legislação.

No corrente ano, a Divisão de Legislação e Pesquisa elaborou uma edição histórica comemorativa contemplando a legislação do período de 1961-1989, em homenagem ao bicentenário deste Tribunal de Justiça, bem como elaborou o Clipping de posse da Presidente Cleonice Silva Freire, da Vice-Presidente Anildes Cruz e da Corregedora-Geral de Justiça Des.ª Nelma Sarney. Também iniciou o clipping de gestão referente ao biênio 2014-2015.

Durante o ano, foram 120 solicitações de pesquisa via digidoc e por telefone, prontamente atendidas, atuando também na disponibilização da legislação no portal deste Tribunal de Justiça, contribuindo para o resgate dessas informações de maneira rápida e eficaz.

Gestão Estratégica

Coordenadoria de Gestão Estratégica e Modernização

No biênio 2014-2015, a Coordenadoria de Gestão Estratégica e Modernização participou das reuniões preparatórias dos VIII e do VX Encontro Nacional do Judiciário, ambos realizados em Brasília, que abordaram temas que impactam diretamente na gestão e na estratégia do Poder Judiciário nacional.

A coordenadoria também participou da II Reunião da Rede de Governança Estadual, em 2015, em Natal (RN). A elaboração de proposta de alteração da Resolução da Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ), apresentada em audiências públicas em todos os pólos do estado, e em reuniões específicas com as áreas administrativas, com a Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) e com o Sindicato dos Servidores da Justiça (SINDJUS), foi outra ação de destaque.

A coordenadoria participou ainda do Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau, da Comissão de Acompanhamento e Apuração da Produtividade; do Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos e do Núcleo Socioambiental.

Divisão de Planejamento

Entre as atividades desenvolvidas pela Divisão de Planejamento, por ano de execução, destacam-se as seguintes: mapeamento folha de pagamento, atendendo demanda da Diretoria de Controle Interno; atualização do projeto de reestruturação administrativa; revisão das metas de produtividade para a GPJ/2015 e reuniões de avaliação e orientação das unidades administrativas.

Segue abaixo quadro demonstrativo do desempenho das unidades administrativas na GPJ/2014:

2014			
Unidades Judiciais	**Vencedores**	**Não Vencedores**	**Número de Participantes**
TJ	75	07	82
CGJ	23	01	24
Fórum da Capital	19	01	20
Fóruns do Interior	26	04	30
TOTAIS	**143**	**13**	**156**

No ano de 2015, até a presente data, as atividades desenvolvidas pela Divisão de Planejamento foram o planejamento estratégico da Diretoria de Recursos Humanos; a elaboração de plano de trabalho para a Coordenadoria de Precatórios, o planejamento estratégico da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM); elaboração da proposta de projeto de reestruração da ESMAM; reuniões estratégicas e elaboração do diagnóstico estratégico do Poder Judiciário estadual – Planejamento Estratégico 2015-2020; e reuniões com empresas de consultoria e análise de propostas técnicas – Programa Modernizando a Gestão Pública.

Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos

Responsável pela atualização periódica do Sistema de Estatística do Poder Judiciário, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos publicou o relatório Justiça em Números, por meio da Resolução 76/2009, contendo três grupos de informações: orçamentárias (despesas), de pessoal (número de servidores e magistrados) e sobre litigiosidade (número de processos, classe processual, julgamentos realizados, estoque). Ao longo do ano, as informações de litigiosidade e de pessoal são repassadas por esta Divisão ao CNJ por semestre. E, as orçamentárias no final de cada exercício.

Conforme a pesquisa, a taxa de congestionamento do segundo grau, computada em 2014, é de 43%, enquanto a do primeiro grau é de 64%. O índice de Atendimento à Demanda que mede a relação entre processos baixados e casos novos está demonstrado na tabela abaixo:

TABELA 1 - ATENDIMENTO À DEMANDA

Instância	Casos Novos	Baixados	Grau de Cumprimento
1º Grau	159.493	144.603	90,7%
2º Grau	22.056	21.654	98,2%
Juizados	97.573	129.610	132,8%
Turmas Recursais	17.493	11.906	68,1%
	296.615	307.773	103,8%

Fonte: Justiça em Números

Metas Nacionais

Outra atribuição da Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos foi fornecer informações do Poder Judiciário do Maranhão no que se refere ao cumprimento das metas nacionais assumidas pelos tribunais brasileiros como passo importante e indispensável à oferta de uma prestação jurisdicional efetiva, segura, célere e democrática. Permite subsidiar os tribunais na coleta de dados e posterior lançamento no Sistema Metas Nacionais, com vistas a possibilitar ao CNJ o acompanhamento, aferição de cumprimento e geração de relatórios estatísticos.

As informações do Tribunal de Justiça relacionadas ao Segundo Grau e as Unidades Administrativas são lançadas mensalmente pela Divisão de Estatística do TJMA, enquanto os dados da Justiça de Primeiro Grau são de responsabilidade da Corregedoria Geral de Justiça.

Meta	Descrição	Esperado (%)	Grau de Cumprimento (%)
1	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.	100	97,9
2	Identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2011, no 2º grau.	80	91,52
4	Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31 de dezembro de 2012	100	98,98
6	Identificar e julgar, até 31/12/2014, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 no 2º Grau.	100	100

Mapa Estatístico de Produtividade de 2º Grau

Em cumprimento ao Art. 37 da Lei Orgânica da Magistratura, o Mapa Estatístico divulga mensalmente os dados estatísticos das atividades dos magistrados de segundo grau relacionados às seguintes informações: distribuição, decisões colegiadas e monocráticas, recursos internos recebidos e decididos, processos com vistas a PGJ e advogados, baixados, recursos especiais e extraordinários despachados pela presidência. São anexados ao mapa, os pedidos de vista e os votos proferidos em sessão. Os dados são extraídos do sistema Themis e publicados no Diário da Justiça Eletrônico até o dia 10 do mês subsequente.

Registra-se que a soma dos indicadores do mapa de janeiro a dezembro de 2014 mostra 22.632 processos distribuídos e 22.209 julgados. Os magistrados julgaram 7% mais ações no ano passado em relação a 2013 e a quantidade de processos que passaram a tramitar no TJMA obtiveram uma pequena queda de 6%. Atenta-se ainda no comparativo que o número de baixados (35.838) cresceu em 20% no mesmo período.

Gratificação por Produtividade Judiciária

A Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ), instituída pela Resolução nº 05/2011, alinhada na filosofia da gestão orientada a resultados, avalia o desempenho e premia as unidades que alcançarem as metas estabelecidas ao final do período de apuração.

Entende-se que a premiação contribui para a gestão estratégica do órgão, visando incentivar os servidores para o cumprimento das metas, a fim de aprimorar a qualidade da prestação jurisdicional.

(Observa-se nas tabelas abaixo o resultado alcançado pelo Tribunal nas metas judiciais em 2014)

TABELA 3 - METAS DA GRATIFICAÇÃO POR PRODUTIVIDADE JUDICIÁRIA PRIMEIRO GRAU

Meta	Descrição	Esperado (%)	Grau de Cumprimento (%)
1	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	100	100,35
2	Identificar e julgar, até 31/09/2014, pelo menos, 60% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º grau	60	37,31
3	Reduzir até o final do período de apuração 10% do acervo existente na unidade em 31/12/2013	10	49,54
4	Identificar e julgar 75% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2012	75	39,50
5	Identificar e julgar, até 30/09/2014, 70% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2011, no 1º grau	70	22,36

TABELA 4 - METAS DA GRATIFICAÇÃO POR PRODUTIVIDADE JUDICIÁRIA
JUIZADOS ESPECIALIZADOS

Meta	Descrição	Esperado (%)	Grau de Cumprimento (%)
1	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	100	100,35
2	Identificar e julgar, até 30/09/2014 pelo menos, 60% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º grau e nas unidades autônomas de Juizados Especiais	60	63,08
3	Reduzir até o final do período de apuração 10% do acervo existente na unidade em 31/12/2013	10	74,58
9	* Obter 100% na balança judiciária dos Juizados Cíveis	100	145,00
10	Reduzir nos juizados especiais, até o final do período de apuração, 7% do acervo existente na unidade em 31/12/2013	7	21,61
11	Julgar até 30/09/2014 quantidade igual a dos processos distribuídos entre 01/01/2014 a 31/05/2014, nos juizados especiais instalados no exercício de 2013 e nas turmas recursais	100	168,68

TABELA 5 - METAS DA GRATIFICAÇÃO POR PRODUTIVIDADE JUDICIÁRIA
TURMAS RECURSAIS

Meta	Descrição	Esperado (%)	Grau de Cumprimento (%)
11	Julgar até 30/09/2014 quantidade igual a dos processos distribuídos entre 01/01/2014 a 31/05/2014, nos juizados especiais instalados no exercício de 2013 e nas turmas recursais	100	157,62

TABELA 6 - METAS DA GRATIFICAÇÃO POR PRODUTIVIDADE JUDICIÁRIA
SEGUNDO GRAU

Meta	Descrição	Esperado (%)	Grau de Cumprimento (%)
1	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	100	110,60
4	Identificar e julgar 75% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2012	75	100
5	Identificar e julgar, até 30/09/2014, 70% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2012, no 2º grau	70	94,44
6	Lavrar e publicar 90% dos acórdãos em 8 (oito) dias após a sessão de julgamento	90	96,93
7	Identificar e julgar, até 30/09/2014, pelo menos, 60% dos processos distribuídos até 31/12/2011, no 2º grau	60	76,55

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA
DO ESTADO DO MARANHÃO

ESMAM

Introdução

Realizando os objetivos formulados pelo Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça, pelo PPA, LDO e LOA, a ESMAM, com base nas determinações do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão -TJMA e do Regimento Interno da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão – ESMAM, apresenta este relatório que tem como objetivo discriminar as atividades desenvolvidas pela Escola ao longo dos anos de 2014 e 2015.

A ESMAM tem importante papel de contribuir para a integração das funções de estudo, pesquisa e ensino da Ciência do Direito e das demais ciências humanas para a formação e o aperfeiçoamento dos magistrados e dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. Em especial isso se dá por meio de sua atividade fim, a ser detalhada neste relatório: cursos para magistrados e servidores, eventos e outras ações institucionais voltadas à educação, em consonância com as metas estabelecidas pelo planejamento estratégico do Tribunal de Justiça do Maranhão.

O relato das atividades promovidas pela ESMAM reafirma o seu compromisso no desenvolvimento de magistrados e servidores para alcançar de forma contínua a excelência no objetivo precípuo do Tribunal de Justiça do Maranhão que é a prestação jurisdicional para a sociedade.

A Escola Superior da Magistratura do Maranhão

Para bem cumprir suas atribuições legais e assegurar o alcance de resultados mais efetivos à sociedade, a ESMAM estabeleceu referencial estratégico que compreende, essencialmente, a definição da missão e visão de futuro e valores da organização, conforme se apresenta a seguir. A visão foi repensada, considerando que anteriormente a mesma tinha um prazo até 2012.

Missão

Promover a formação inicial e continuada de magistrados, servidores e serventuários do Poder Judiciário do Estado do Maranhão e oferecer serviços jurídico-educacionais à comunidade, contribuindo para melhorar a efetividade na prestação jurisdicional por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

Visão

Ser uma escola de referência do Norte-Nordeste, na prestação de excelentes serviços jurídico-educacionais e na efetiva satisfação das necessidades de desenvolvimento dos magistrados, servidores e serventuários, além de outros profissionais do Direito, por suas ações inovadoras, com destaque na elaboração e difusão do saber jurídico.

Valores

Ética, Respeito, Excelência, Credibilidade, Profissionalismo, Comprometimento, Responsabilidade eValorização das pessoas

A Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (ESMAM) foi criada pela Resolução n.º 19, de 12 de novembro de 1986, e, posteriormente, por meio da Resolução n.º 25/98, tornou-se entidade de atuação vinculada ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), deixando de ser gerenciada pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA).

A ESMAM constitui-se como instituição de ensino e pesquisa do TJMA, que tem como finalidade principal a formação e o aperfeiçoamento dos magistrados e dos servidores do Poder Judiciário maranhense. No exercício de suas atribuições, norteia-se pelos princípios da ética, do respeito, da excelência, da credibilidade, do profissionalismo, do comprometimento, da responsabilidade e da valorização das pessoas.

Competência

A organização e a estrutura administrativa da ESMAM encontram-se regulamentadas pelas Resoluções n.º 8, de 14 de fevereiro de 2000, e n.º 72, de 03 de dezembro de 2008. Posteriormente, foram alteradas pelas Resoluções n.º 07, de 04 de março de 2010; n.º 30, de 24 de maio de 2010; e, por fim, pela Resolução nº 28, de 21 de julho de 2011. O Regimento Interno (RIESMAM) foi aprovado pela Resolução n.º 17, de 14 de abril de 2010.

Como princípio essencial da Escola, definido pelo RIESMAM, tem-se a integração das funções de estudo, pesquisa e ensino da Ciência do Direito e das demais ciências humanas, para a formação e o aperfeiçoamento dos magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

A sede da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão fica na cidade de São Luís, capital maranhense. Conforme estabelecido no RIESMAM, a Escola goza de autonomia administrativa, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Além da sede central, a ESMAM tem núcleo regional nas comarcas de Imperatriz e Timon.

Suas atividades-fim são:

I - promover, de modo sistemático e permanente, a formação, a especialização, o aperfeiçoamento e a atualização dos magistrados estaduais, com observância dos parâmetros fixados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), nos termos do art. 105, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal;

II - possibilitar ao magistrado maranhense o cumprimento ao disposto na parte final da alínea c do inciso II e o cumprimento do disposto no inciso IV, ambos do art. 93 da Constituição Federal;

III – oferecer aos candidatos à carreira da magistratura curso de formação inicial, com observância dos parâmetros mínimos fixados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), nos termos do art. 105, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal, mantendo grade curricular que permita a formação teórico-prática, inclusive com disciplinas de prática jurídica e de formação multidisciplinar;

IV - propiciar aprimoramento e atualização dos servidores e serventuários do Judiciário maranhense, colaborando com o Tribunal de Justiça na execução da política de qualificação dos recursos humanos, por meio do domínio da Ciência do Direito, da Administração Pública e de outras

ciências humanas, com o objetivo de contribuir para a efetiva prestação jurisdicional e para a consolidação do prestígio do Poder Judiciário;

V - promover e estimular estudo e divulgação de trabalhos na área jurídica e judiciária, concorrendo para o aprimoramento cultural e jurídico dos magistrados e demais operadores do Direito;

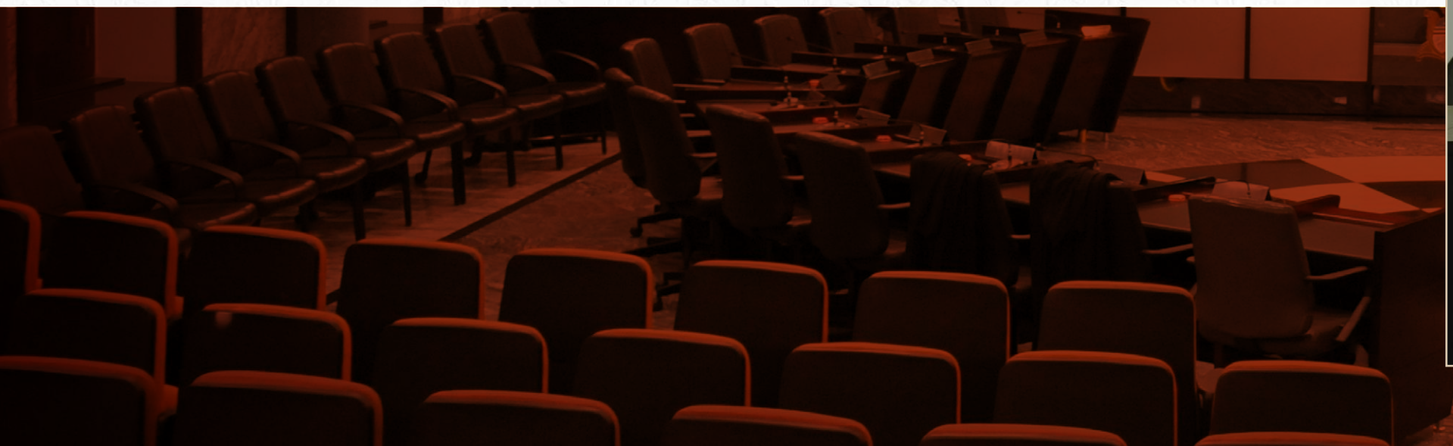
VI – incentivar a pesquisa e o debate jurídico de temas relevantes, colaborando para o conhecimento crítico das leis, o estudo da Ciência do Direito e a realização da justiça;

VII - manter intercâmbio cultural e científico com instituições congêneres, nacionais e estrangeiras.

A ESMAM pode realizar, também, em complemento às atividades acima mencionadas: simpósios, congressos e cursos de pós-graduação; palestras, conferências, painéis e debates; edição de revistas, jornais e boletins; edição de obras científicas, sociológicas e filosóficas no campo do Direito e da Administração da Justiça.

Compete, ainda, à Escola, por intermédio da Divisão de Treinamento e Avaliação coordenar e promover, em conjunto com o CEAJud/CNJ, a educação corporativa dos servidores do Poder Judiciário maranhense, a formação de multiplicadores e a qualificação profissional necessárias ao aperfeiçoamento dos serviços judiciais e ao alcance dos objetivos estratégicos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Por fim, o processo seletivo para estágio remunerado e curricular também é uma das atribuições da escola, a quem compete elaborar o respectivo edital e aplicar provas, submetendo o resultado ao Plenário do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão para homologação, conforme art. 2º, da Resolução n.º 71/2008-TJMA, que regulamenta o programa de estágio no Poder Judiciário maranhense, para estudantes universitários e de ensino profissionalizante de nível médio.



Estrutura

A ESMAM é integrada pelos seguintes órgãos:

I – Diretoria Geral;

II – Conselho Administrativo e Pedagógico;

III – Conselho Editorial;

IV – Coordenações de Cursos:

IV a) – Coordenação de Cursos de Aperfeiçoamento de Magistrados;

IV b) – Coordenação de Cursos de Preparação à Magistratura;

IV c) – Coordenação de Cursos de Pós-Graduação;

IV d) – Coordenação de Cursos de Ensino a Distância;

IV e) – Coordenação de Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores.

V – Secretaria Geral.

A Diretoria Geral é constituída por um diretor e um vice-diretor, ambos escolhidos pelo Plenário do Tribunal de Justiça e nomeados por seu pre-

sidente, com mandato de dois anos, permitida uma recondução, desde que aprovada pela maioria dos desembargadores estaduais, em sessão plenária.

O Conselho Administrativo e Pedagógico, órgão consultivo em matéria administrativa e consultivo e normativo em matéria pedagógica, é formado pelo diretor da ESMAM, pelo vice-diretor e pelos coordenadores de cursos, com sua competência definida no RIESMAM.

Por sua vez, o Conselho Editorial da Revista ESMAM, presidido pelo diretor da Escola, é composto pelo vice-diretor e por três outros membros designados pelo diretor.

Para o cumprimento de sua missão institucional, a ESMAM dispõe de uma Secretaria Geral, cuja finalidade é prestar apoio técnico e administrativo para o bom exercício das atribuições da Escola.

As unidades básicas da Secretaria Geral da Escola são: Coordenadoria Pedagógica, Coordenadoria Administrativa, Coordenadoria Financeira e Divisão de Biblioteca conforme pode ser visto no Organograma da Escola (Apêndice A).

Mudança para a nova sede

No dia 24 de agosto de 2015, iniciaram-se os trabalhos de mudança para o novo prédio da ESMAM, localizado na Rua dos Búzios, s/n, Calhau (ao lado da sede da AMMA), cuja inauguração ocorreu oficialmente no dia 11 de dezembro de 2015, em solenidade, pela presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, e pelo diretor do órgão, desembargador Jamil Gedeon.

Cursos de Formação Continuada para Magistrados

A Coordenação Pedagógica da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (ESMAM) desenvolve várias atividades em sua rotina de trabalho. Dentre as quais, podem ser destacadas as seguintes: prestação de informações gerais a servidores, juízes e visitantes; elaboração e emissão de documentos; revisão de textos e documentos da Escola; entrega de certificados para magistrados, ex-alunos do Curso Preparação à Magistratura e professores que participaram das atividades da Escola; apoio pedagógico à Divisão de Treinamento na realização dos cursos para servidores; planejamento de cursos para magistrados; elaboração de projetos de cursos para credenciamento na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam); realização de cursos para magistrados e impostação de dados sobre conclusão dos cursos.

Cursos para magistrados realizados Ano de 2014

No ano de 2014 foram ofertados no total 06 cursos de formação continuada credenciados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM além de um curso na área de gerenciamento de crises. É importante ressaltar o cuidado da Escola Superior da Magistratura do Maranhão em seguir as resoluções e recomendações do CNJ e do STJ, no que concerne à capacitação de magistrados e servidores.

Tratando-se especificamente dos magistrados, foram oferecidos: curso voltado justiça itinerante, de forma a dar efetividade ao art. 125, §7º, da Constituição Federal vigente; curso sobre depoimento especial de crianças, em razão da Recomendação n.º 33/2010 do CNJ, que prevê a implantação de sistema de depoimento vídeogravado para as crianças e os adolescentes, o qual deverá ser realizado em ambiente separado da sala de audiências, com a participação de profissional especializado para atuar nessa prática; curso de direito autoral, visando evidenciar, por meio de

exemplos e casos concretos, como as novas tecnologias afetaram a visão tradicional do direito autoral e como isso impacta a sociedade; seminário de valorização à magistratura, curso multidisciplinar realizado em parceria com a Associação dos Magistrados do Maranhão – AMMA motivado pela necessidade de discutir os grandes temas; curso na área de direito notarial e registral, que teve como objetivo discutir a relação mantida entre o Poder Judiciário e os serventuários dos serviços cartoriais e notariais; curso sobre os mecanismos internacionais de proteção de direitos humanos e controle de convencionalidade visando o aperfeiçoamento e atualização dos magistrados acerca dos principais mecanismos jurídicos existentes para a proteção dos direitos humanos.

Além desses, outros cursos de temáticas relevantes foram ofertados, como o curso sobre gerenciamento de crise na esfera pública extremamente importante por capacitar os magistrados para agir e entender seu papel quando uma situação de crise de segurança pública se apresentar além do I Seminário sobre Segurança Institucional no Âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão que foi realizado através de cooperação entre a ESMAM e a Diretoria de Segurança Institucional do TJMA e que teve como um dos públicos alvos os magistrados maranhenses.

Justiça Itinerante– São Luís

Ministrantes: Maria Lúcia de Fátima Barbosa Pirauá, Moacyra Verônica Cavalcante Rocha

Objetivo: Levar ao conhecimento dos magistrados os procedimentos que envolvem a Justiça Itinerante, os serviços por ela abrangidos, bem como os seus benefícios para a população, abordando as técnicas de conciliação que podem auxiliar na composição dos conflitos levados à apreciação, quando da materialização do projeto.

Público-alvo: magistrados vitalícios

Data: 15 e 16/05/2014

Carga Horária: 20h

Vagas: 120

Juízes Inscritos: 55

Juízes Concluintes: 44

Processos Digidoc: 18897/2014 (diárias), 18130/2014 (contratação)

Depoimento especial de crianças e adolescentes em situação de violência: aperfeiçoamento teórico-prático da atividade judicante–São Luís

Ministrantes: José Antônio Daltoé Cesar, Karla Jeane Matos De Carvalho, Sara Fernanda Gama, Paulo Guilherme Siqueira Rodrigues e Jacqueline Brito Oliveira

Objetivo: Proporcionar aos magistrados do Poder Judiciário do Maranhão, que atuam na área da Infância e Juventude, aprimoramento nos seus conhecimentos, no tocante às técnicas para a tomada de depoimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual.

Público-alvo: magistrados vitalícios

Data: 09, 10 e 11/06/2014

Carga Horária: 20h

Vagas: 50

Juízes Inscritos: 50

Juízes Concluintes: 20

Processos Digidoc : 24871/2014 (contratação), 24277/2014 (contratação)

Curso de Direito Autoral e Novas Tecnologias – São Luís

Ministrante: Eduardo José Guedes Magrani

Objetivo: Capacitar os magistrados a uma visão ampla do direito autoral no Brasil à luz das novas tecnologias para que, a partir de uma visão crítica e consciente dos seus potenciais e limites, desenvolva a atividade judicante com maior eficácia e em sintonia com o contexto social.

Público-alvo: magistrados vitalícios

Data: 17 e18/07/2014

Carga Horária: 20h

Vagas: 120

Juízes Inscritos: 59

Juízes Concluintes: 43

Processos Digidoc: 18062/2014 (contratação), 25741/2014 (diárias), 25782/2014 (passagens)

Os Novos Desafios da Magistratura – São Luís

Ministrantes: José Ricardo Cunha, Nelson Melo de Moraes Rêgo, Sergio Junkes, Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa, Des. Herberth José Almeida Carneiro, Douglas de Melo Martins, Daniel Antonio de Moraes Sarmento, Paulo de Tarso Sanseverino.

Objetivo: Capacitar os magistrados do Maranhão para as novas e complexas questões que têm sido objeto de análise pelos juízes, que vão muito além da tradicional forma de jurisdição, incrementando o debate e oportunizando a reflexão, contribuindo com o aprimoramento da função judicante e com o decisionismo judicial. Pretendeu-se também identificar os novos desafios e perspectivas do Poder Judiciário Brasileiro; apresentar o atual estado da arte a respeito de cada um dos temas identificados; e fomentar o debate sobre a análise judicial dos novos temas.

Público-alvo: magistrados vitalícios e vitaliciandos

Período: 27 a 29/08/2014

Carga Horária: 20h

Vagas ofertadas: 200

Juízes Inscritos: 108

Juízes Concluintes: 39

Processos Digidoc: 33874/2014 (diárias e passagens), 33870/2014 (contratação), 33278/2014 (contratação).

Direito Notarial e Registral e o Poder Judiciário – São Luís

Ministrante: André Villaverde de Araujo

Objetivo: Fornecer aos Magistrados elementos e instrumentos que possam aprimorar a fiscalização e regulamentação da atividade dos Notários e Oficiais Registradores no Estado do Maranhão, mediante a análise dos parâmetros normativos e novas tendências doutrinárias e jurisprudenciais.

Público-alvo: magistrados vitalícios e vitaliciandos

Período: 18 e 19/09/2014

Carga Horária: 20h

Vagas ofertadas: 120

Juízes Inscritos: 49

Juízes Concluintes: 23

Processos Digidoc: 36969/2014 (diária e passagens), 36795/2014 (contratação).

Mecanismos Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos e Controle de Convencionalidade – São Luís

Ministrantes: Cassius Guimarães Chai e Alberto Poletti Adorno

Objetivo: O Curso pretende viabilizar o aperfeiçoamento e atualização dos Magistrados acerca dos principais mecanismos jurídicos existentes para a proteção dos direitos humanos, fomentando o conhecimento e a discussão de seus aspectos normativos, doutrinários e jurisprudenciais, bem como a prática judicial relativa ao tema. Visa, portanto, auxiliar os magistrados na análise e solução de demandas envolvendo ofensa aos Direitos Humanos através de sólidas bases acadêmicas e práticas.

Público-alvo: magistrados vitalícios e vitaliciandos

Período: 29 e 30/09/2014

Carga Horária: 20h

Vagas ofertadas: 120

Juízes Inscritos: 25

Juízes Concluintes: 16

Processos Digidoc: 41135/2014 (contratação).

I Seminário sobre Segurança Institucional no Ambito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão: A Atividade de Inteligência no Poder Judiciário (não credenciado)

Ministrantes: Raimundo Teixeira de Araújo, Joanisval Gonçalves, Maurício Viégas Pinto, Alessandro Gonçalves Barreto, José Nílton Souza.

Objetivo: o curso em comento visa capacitar Magistrados e servidores ligados à área de Segurança Institucional, acerca dos princípios básicos e doutrinários da atividade de Inteligência, bem como conscientizá-los das atividades desenvolvidas pela Inteligência quanto à adoção de medidas de

segurança habituais, além de divulgar a política de segurança institucional que vem sendo adotada no judiciário maranhense, em consonância com o disposto nas Resoluções nº. 104 e 176 do Conselho Nacional de Justiça- CNJ, com ênfase na busca da excelência dos procedimentos e protocolos de segurança já estabelecidos, para a proteção individual e patrimonial dos que compõem a Instituição.

Público-alvo: magistrados, servidores ligados à Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e autoridades relacionadas a atividade de Inteligência.

Data: 20,21 e 22/11/2014

Carga Horária: 16h

Vagas Ofertadas: 200

Juízes Inscritos: 63

Juízes Concluintes: 30

Processos Digidoc: 51189/2014 (contratação)/ 51192/2014 (diárias e passagens)

Curso sobre Gerenciamento de Crise na Esfera da Segurança Pública (não credenciado)

Ministrantes: André Luis Gossain

Objetivo: Dotar o aluno de conhecimentos específicos básicos para agir e entender seu papel quando uma situação de crise de segurança pública se apresentar.

Público-alvo: magistrados

Data: 28/11/2014

Carga Horária: 08h

Vagas: 50

Juízes Inscritos: 16

Juízes Concluintes: 06

Processos Digidoc: 49393/2014 (contratação)

Ano de 2015
1. Formação Inicial

Curso de Formação Inicial Ingresso na Carreira da Magistratura Maranhense

Ministrantes:

Desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto

Desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa

Desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira

Desembargador Cleones Carvalho Cunha

Desembargador Raimundo José Barros de Sousa

Desembargadora Ângela Maria Moraes Salazar

Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida

Juiz Alexandre Lopes de Abreu

Juiz Gervásio Protásio dos Santos Júnior

Juiz Nelson Melo de Moraes Rego

Juíza Karla Jeane Matos de Carvalho

Juiz Artur Gustavo Azevedo do Nascimento

Juiz Ferdinando Marco Gomes Serejo Sousa

Juiz Marco Adriano Ramos Fonseca

Juíza Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro

Juiz Douglas de Melo Martins

Juiz Holídice Cantanhede Barros

Juiz Francisco Ferreira de Lima

Juíza Denise Pedrosa Torres

Juiz André Bógea Pereira Santos

Juiz Manoel Aureliano Ferreira Neto

Juíza Isabella de Amorim Parga Martins Lago

Juiz José Edilson Caridade Ribeiro

Juiz Carlos Henrique Rodrigues Veloso

Juiz Mário Márcio de Almeida Sousa

Juíza Josane Araújo de Farias Braga

Juiz Anderson Sobral de Azevedo

Juiz Francisco Ronaldo Maciel Oliveira

Juíza Ariane Mendes Castro Pinheiro

Juiz Raimundo Moraes Bógea

Juíza Márcia Cristina Coelho Chaves

Juíza Joseane de Jesus Correa Bezerra

Juiz Osmar Gomes dos Santos

Juiz Raimundo Nonato Neris Ferreira

Juiz Celso Orlando Aranha Pinheiro Júnior

Juíza Gisele Ribeiro Rondon

Juíza Lewman de Moura Silva

Juiz José Ricardo Cunha – Rio de Janeiro

Promotor Herbert Costa Figueiredo

Major Alexandre Magno de Souza Nunes

Servidora Sanae Sousa Yamada

Servidor Uilson Pereira

Servidor Ricardo Gomes Castro

Dr. Helder Machado Passos – Professor da UFMA

Vânia Beatriz Santos – Psicóloga clínica e residente do Hospital Universitário Presidente Dutra

Objetivo: Promover a formação inicial e a avaliação dos candidatos ao cargo de Juiz de Direito Substituto do Estado do Maranhão, preparando-os para a prática judicante e para estabelecer relações interpessoais e interinstitucionais equilibradas e produtivas, baseadas na visão humanística, política e social, bem como atendendo às exigências da Resolução nº 03/2013 da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - Enfam.

Público-Alvo: Candidatos ao cargo de Juiz de Direito Substituto.

Período: 02 de março a 26 de junho de 2015.

Carga Horária: 544 h

Vagas Ofertadas: 104

Juízes inscritos: 96

Juízes Concludentes: 96

2. Formação Continuada

Atos de Mediação e Conciliação (oferecido pela Enfam – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, em parceria com a Esmam)

Ministrante: Desembargador Roberto Portugal Bacellar.

Objetivo: Proporcionar aos magistrados conhecimentos essenciais para a solução de casos conflitantes, com fundamentos e estratégias de mediação e conciliação, de forma a contribuir para o alcance das metas estratégicas do Poder Judiciário, em especial da meta 3, estabelecida pelo CNJ.

Público-alvo: magistrados

Período: 14 e 15 de maio de 2015

Carga horária: 16 h

Vagas ofertadas: 35

Juízes inscritos: 35

Juízes concludentes: 33

Método APAC para Magistrados

Ministrantes:

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Procurador aposentado Tomaz de Aquino Rezende

Valdeci Antônio Ferreira

Objetivo: Capacitar os magistrados para identificar o perfil do recuperando habilitado que poderá ser transferido para uma APAC, bem como quando da sua desintegração, como forma de promover a humanização das penas e a diminuição dos índices de reincidência nas comunidades.

Público-alvo: magistrados

Período: 28 e 29 de maio de 2015

Carga horária: 18 h

Vagas ofertadas: 40

Juízes inscritos: 20

Juízes concludentes: 10

Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes em Situação de Violência

Ministrantes:

Juíza Sara Fernanda Gama

Juíza Karla Jeane Matos de carvalho

Assistente Social Jacqueline Brito Oliveira

Psicólogo Paulo Guilherme Siqueira Rodrigues

Objetivo: Oferecer aos magistrados a oportunidade de desenvolvimento de competências para que realizem, de forma correta, o depoimento especial de crianças e adolescentes em situação de violência, por meio de métodos apropriados que viabilizem maior responsabilização dos réus e auxiliem na redução dos crimes de violência contra crianças e adolescentes.

Público-alvo: magistrados

Período: 01 e 02 de junho de 2015

Carga-horária: 18 h

Vagas ofertadas: 35

Juízes inscritos: 30

Juízes concludentes: 25

Audiência de Custódia – teoria e prática

Ministrantes:

Dr. Gustavo Henrique Badaró

Juiz Jayme Garcia dos Santos Júnior

Objetivo: Capacitar os magistrados para a realização da audiência de custódia nos processos criminais de sua competência, dominando os elementos técnicos para sua execução e adotando a compreensão humanizada sobre as vantagens da sua implementação para a garantia das liberdades da pessoa presa.

Público-alvo: magistrados

Período: 18 e 19 de junho de 2015

Carga horária: 17 h

Vagas ofertadas: 40

Juízes inscritos: 33

Juízes concludentes: 23

Direito na Pós-Modernidade

Ministrantes:

Dra. Mônica da Silva Cruz.

Valéria Montenegro.

Objetivo: Pesquisar os significados e as implicações da pós-modernidade na atuação jurisdicional atual; Reconhecer a necessidade do desempenho de novos papéis pelo magistrado, diante das exigências do relacionamento institucional e interinstitucional e perante a sociedade; Capacitar o magistrado a desenvolver raciocínios jurídicos pautados na justiça da decisão, nos novos consensos valorativos decorrentes das transformações de inspiração pós-moderna e na aceitabilidade social.

Público- alvo: magistrados

Período: 22 e 23 de junho de 2015

Carga horária: 16 h

Vagas ofertadas: 50

Juízes inscritos: 18

Juízes concludentes: 06

Formação de Formadores

Formação de Formadores – Teoria e Prática do Planejamento de Ensino

Ministrantes:

Juíza Sara Fernanda Gama

Juiz José Henrique Rodrigues Torres

Profª Dra. Maria Raimunda Mendes Veiga

Prof. Mestre Fernando de Assis Alves

Profª. Kamilla Fernanda da Costa Queiroz

Prof. Dr. Erisevelton Silva Lima

Objetivo: De forma geral, com a ação proposta, os participantes deverão ser capazes de compreender a estrutura de planos de curso e de elaborar planos de aula vinculados a programas de formação inicial e continuada em consonância com o papel de formador-magistrado e o modelo pedagógico estabelecido pela Enfam, de modo a atender às especificidades que caracterizam a formação profissional especializada de magistrados.

De modo específico, espera-se que os participantes tenham condições de:

• Compreender o papel e competências do magistrado formador, de acordo com cada contexto de formação de magistrados, de modo a demonstrar sensibilidade em relação às desigualdades sociais e regionais que impactam o trabalho e a formação judicial;

• Definir e estruturar objetivos, conteúdos e metodologias pedagógicas de cursos de um curso de formação cujo tema será definido durante a aula;

• Utilizar métodos ativos - diferentes técnicas pedagógicas em cursos de formação;

• Operacionalizar instrumentos de avaliação de aprendizagem.

Público alvo: magistrados

Período: 20 a 22 de maio de 2015

Carga horária: 22h/a

Vagas ofertadas: 20 vagas para o Maranhão
10 vagas para Paraíba

Juízes inscritos: 18 do Maranhão
04 da Paraíba

Juízes concludentes: 13 do Maranhão
04 da Paraíba

Outros Eventos

I Seminário de Atualização Jurídica – Novo CPC

Ministrantes:

Dr. Fredie Souza Didier Júnior

Desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira

Dr. Alonso Reis Siqueira Freire

Dr. Glauco Gumerato Ramos

Dr. Alexandre Reis Siqueira Freire

Juiz Federal Newton Pereira Ramos Neto

Dr. Jorge Amaury Maia Nunes

Juiz Federal Eduardo José da Fonseca Costa

Ministro Reynaldo Soares da Fonseca

Objetivo: Dialogar sobre as novas regras implementadas em nosso ordenamento jurídico com a entrada em vigor do novo CPC, sobretudo no que diz respeito as normas fundamentais do Novo CPC; Fundamentação das decisões judiciais: as hipóteses de nulidade no novo Código de Processo Civil; Precedentes judiciais e jurisprudência íntegra no novo Código de Processo Civil; Esquizofrenia ideológica do novo CPC: tensão entre liberdade e Autoridade; Recursos de apelação, agravo de instrumento e embargos de declaração no novo CPC; Poderes e Deveres do Juiz no Novo CPC; Acordo de procedimento e acordo de calendarização e os meios alternativos de solução de conflitos e o novo Código de Processo Civil.

Público Alvo: Magistrados

Período: 11 e 12/06/2015

Carga-horária: 10h

Vagas ofertadas: 150

Juízes inscritos: 150

Juízes concludentes: 150

Cursos para Servidores

A ESMAM, como Escola Judicial do Maranhão, é responsável pela também capacitação e aperfeiçoamento dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado e, no seu papel de formadora, obedece aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 159 do Conselho Nacional de Justiça. Esta resolução dispõe sobre as diretrizes administrativas e financeiras para a formação de magistrados e servidores do Poder Judiciário.

Ao reconhecer a capacitação e o aperfeiçoamento como um elemento indispensável à atuação jurisdicional, a referida resolução valorizou a atuação dos servidores, permitindo-lhes continuar a sua evolução intelectual e profissional, o que resultará em serviços de qualidade à sociedade brasileira. Referida norma também prestigiou as competências das escolas e sua valorização, ao conceder-lhes o reconhecimento de sua autonomia para a administração de seu próprio orçamento, o que irá facilitar a consecução de seus objetivos institucionais.

Em se tratando dos servidores especificamente, há ainda um Plano Nacional de Capacitação supervisionado pelo Centro de Aperfeiçoamento dos Servidores (CEAJud), delimitando disciplinas a serem ministradas na busca de excelência técnica e ética para consecução desses objetivos. Destacamos, também, o papel singular que a ESMAM tem por conta dos adicionais de qualificação e pela promoção a que têm direito os servidores, ou

seja, tanto uma quanto outra forma de valorização dos servidores passa pela capacitação e, para isso, os cursos oferecidos pela Escola são de fundamental importância para que tais direitos se efetivem.

Cursos para servidores realizados Ano de 2014

Conforme prevê a Regimento Interno da ESMAM, compete à Divisão de Treinamento e Avaliação - DTA o aperfeiçoamento dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão , por meio de cursos e treinamentos, para potencialização de capacidades pessoais e profissionais.

Para atingir sua finalidade, cabe à DTA a elaboração de programação anual de treinamento, com base em levantamento de necessidades; programação de atividades de treinamento e elaboração dos respectivos projetos; providenciar material didático e/ou recursos audiovisuais, próprios ao desenvolvimento das atividades de treinamento; acompanhamento do desenvolvimento dos conteúdos programáticos dos treinamentos e sugeriras reformulações necessárias, analisando o resultado das avaliações para poder alterar ou não futuras programações; recebimento, conferência e encaminhamento dos certificados, fornecidos por entidades de formação e de aperfeiçoamento; emissão de parecer e prestação de informações em expedientes que tratem de assuntos de sua competência além de exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

Neste sentido, o presente relatório busca, de forma sintética, mostrar as atividades desta Divisão de Treinamento no ano de 2014. No Quadro 2 é possível verificar as modalidades de treinamento oferecidas ao longo do ano, que são detalhadas nos Quadros: 3 - Formação básica, 4 - Formação complementar, 5 - Formação específica, 6 - Demandas extra-setoriais.

QUADRO 2 - MODALIDADES DE TREINAMENTOS OFERECIDOS 2014

FORMAÇÃO BÁSICA	Gestão da Qualidade Total; Planejamento e Gestão Estratégica; Gestão de Políticas Públicas: programas e projetos; Legislação Trabalhista Aplicada ao Setor Público; Libras; Noções de Administração Pública; Noções de Saúde e Segurança no Trabalho; Redação Oficial; Noções de Contabilidade Pública; Dicção, Desinibição e Oratória; Administração de Conflitos; Oratória e A Comunicação Como Ferramenta Nas Relações Interpessoais
FORMAÇÃO COMPLEMENTAR	Aprendizagem Acelerada, Memorização, Foco e Concentração; Licitações e Contratos; Licitação de Contratos sob a égide do Código de Licitações e Contratos do Estado do Maranhão; DIGIDOC E THEMIS PG E PROJUDI; Nova Reforma Ortográfica; Relações Interpessoais no Ambiente de Trabalho; Gestão da Qualidade Aplicada ao Poder Judiciário; Direito Autoral e Novas Tecnologias; Oficina: como aplicar a hospitalidade e a sustentabilidade no Poder judiciário;Oficina-motivação: os desafios e o sentido do trabalho;Justiça Itinerante: o judiciário mais perto do cidadão; Mecanismos Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos e Controle de Convencionalidade;Direito Notarial e Registral e o Poder Judiciário,Ritos Processuais.
FORMAÇÃO ESPECÍFICA	Formação de Conciliadores; Elaboração de Termo de Referência para Contratação e Aquisição; Curso Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos;
DEMANDAS EXTRA-SETORIAIS	Curso de Brigadista; Seminário de Justiça Criminal e Saúde Mental do Maranhão; Museus e Museologia; Fórum Nacional de Alternativas Penais-FONAPE; Workshop sobre Coaching e Programação Neurolinguística – PNL; Formação de Líderes-Coaching; I Seminário de Segurança Institucional no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão; Ritos Processuais Cíveis; I Fórum de debates sobre Direitos Humanos e Serviço Público; Web Jornalismo Aplicado: o jornalismo na esfera digital; Oficina: Plano Museológico e Gestão de Acervos.

OFICINA HOSPITALIDADE NO PODER JUDICIÁRIO EM IMPERATRIZ/MA
QUADRO 3 - FORMAÇÃO BÁSICA

CURSO	COMARCA	N° DE TURMAS	TOTAL DE VAGAS OFERECIDAS/CARGA HORÁRIA
Gestão da Qualidade Total	São Luís	02(duas)	50/30h
Planejamento e Gestão Estratégica	São Luís,Balsas e Açailândia	04(quatro)	90/30h
Gestão de Políticas Públicas:programas e projetos	São Luís e Imperatriz	03(três)	70/40h
Legislação Trabalhista Aplicada ao Serviço Público	São Luís, Balsas, Açailândia, Caxias, Bacabal, Imperatriz, Presidente Dutra, Santa Inês.	09(nove)	185/30h
Libras	São Luís	02(duas)	50/60h
Noções de Administração Pública	São Luís	02(duas)	50/30h
Noções de Saúde e Segurança no Trabalho	São Luís, Imperatriz e Timon.	03(três)	65/30h
Redação Oficial	São Luís,Santa Inês,Presidente Dutra,Caxias,Timon e Bacabal	07(sete)	150/20h
Noções de Contabilidade Pública	São Luís e Imperatriz	02(duas)	45/30h
Administração de Conflitos	São Luís	02(duas)	50/20h
A Comunicação como Ferramenta nas Relações Interpessoais	São Luís	02(duas)	50/12h
Dicção, Desinibição e Oratória.	São Luís e Imperatriz	03(três)	70/30h
Oratória	São Luís	03(três)	75/20h

Justificativa: Todas as turmas deste quadro foram contratadas e executadas pelo SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) instituição de renome e qualidade atestada por diversas empresas públicas e privadas em todo o país. No ano de 2014, o DTA ofereceu cursos nas seguintes comarcas: São Luís, Imperatriz, Balsas, Caxias, Santa Inês, Timon, Presidente Dutra, Bacabal e Açailândia. Foram disponibilizadas um total de 900 (novecentas) vagas distribuídas em todos esses polos. Os Cursos de: Comunicação como Ferramenta nas Relações Interpessoais, Administração de Conflitos, Libras e Oratória, foram realizados em substituição aos cursos de informática anteriormente contratados para melhor adequação das necessidades de capacitação do TJMA, bem como em atendimento ao disposto no artigo 26, §1º, do Decreto 5.626/2005 que estabelece a necessidade dos órgãos públicos disporem de, pelo menos, 5% (cinco por cento) de servidores capacitados para o uso e interpretação da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

QUADRO 2 - MODALIDADES DE TREINAMENTOS OFERECIDOS 2014

FORMAÇÃO BÁSICA	Gestão da Qualidade Total; Planejamento e Gestão Estratégica; Gestão de Políticas Públicas: programas e projetos; Legislação Trabalhista Aplicada ao Setor Público; Libras; Noções de Administração Pública; Noções de Saúde e Segurança no Trabalho; Redação Oficial; Noções de Contabilidade Pública; Dicção, Desinibição e Oratória; Administração de Conflitos; Oratória e A Comunicação Como Ferramenta Nas Relações Interpessoais
FORMAÇÃO COMPLEMENTAR	Aprendizagem Acelerada, Memorização, Foco e Concentração; Licitações e Contratos; Licitação de Contratos sob a égide do Código de Licitações e Contratos do Estado do Maranhão; DIGIDOC E THEMIS PG E PROJUDI; Nova Reforma Ortográfica; Relações Interpessoais no Ambiente de Trabalho; Gestão da Qualidade Aplicada ao Poder Judiciário; Direito Autoral e Novas Tecnologias; Oficina: como aplicar a hospitalidade e a sustentabilidade no Poder judiciário;Oficina-motivação: os desafios e o sentido do trabalho;Justiça Itinerante: o judiciário mais perto do cidadão; Mecanismos Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos e Controle de Convencionalidade;Direito Notarial e Registral e o Poder Judiciário,Ritos Processuais.
FORMAÇÃO ESPECÍFICA	Formação de Conciliadores; Elaboração de Termo de Referência para Contratação e Aquisição; Curso Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos;
DEMANDAS EXTRA-SETORIAIS	Curso de Brigadista; Seminário de Justiça Criminal e Saúde Mental do Maranhão; Museus e Museologia; Fórum Nacional de Alternativas Penais-FONAPE; Workshop sobre Coaching e Programação Neurolinguística – PNL; Formação de Líderes-Coaching; I Seminário de Segurança Institucional no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão; Ritos Processuais Cíveis; I Fórum de debates sobre Direitos Humanos e Serviço Público; Web Jornalismo Aplicado: o jornalismo na esfera digital; Oficina: Plano Museológico e Gestão de Acervos.

Oficina Hospitalidade no Poder Judiciário em Imperatriz/MA

QUADRO 3 - FORMAÇÃO BÁSICA

CURSO	COMARCA	N° DE TURMAS	TOTAL DE VAGAS OFERECIDAS/ CARGA HORÁRIA
Gestão da Qualidade Total	São Luís	02(duas)	50/30h
Planejamento e Gestão Estratégica	São Luís,Balsas e Açailândia	04(quatro)	90/30h
Gestão de Políticas Públicas:programas e projetos	São Luís e Imperatriz	03(três)	70/40h
Legislação Trabalhista Aplicada ao Serviço Público	São Luís, Balsas, Açailândia, Caxias, Bacabal, Imperatriz, Presidente Dutra, Santa Inês.	09(nove)	185/30h
Libras	São Luís	02(duas)	50/60h
Noções de Administração Pública	São Luís	02(duas)	50/30h
Noções de Saúde e Segurança no Trabalho	São Luís, Imperatriz e Timon.	03(três)	65/30h
Redação Oficial	São Luís,Santa Inês,Presidente Dutra,Caxias,Timon e Bacabal	07(sete)	150/20h
Noções de Contabilidade Pública	São Luís e Imperatriz	02(duas)	45/30h
Administração de Conflitos	São Luís	02(duas)	50/20h
A Comunicação como Ferramenta nas Relações Interpessoais	São Luís	02(duas)	50/12h
Dicção, Desinibição e Oratória.	São Luís e Imperatriz	03(três)	70/30h

Oratória	São Luís	03(três)	75/20h

Justificativa: Todas as turmas deste quadro foram contratadas e executadas pelo SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) instituição de renome e qualidade atestada por diversas empresas públicas e privadas em todo o país. No ano de 2014, o DTA ofereceu cursos nas seguintes comarcas: São Luís, Imperatriz, Balsas, Caxias, Santa Inês, Timon, Presidente Dutra, Bacabal e Açailândia. Foram disponibilizadas um total de 900 (novecentas) vagas distribuídas em todos esses polos. Os Cursos de: Comunicação como Ferramenta nas Relações Interpessoais, Administração de Conflitos, Libras e Oratória, foram realizados em substituição aos cursos de informática anteriormente contratados para melhor adequação das necessidades de capacitação do TJMA, bem como em atendimento ao disposto no artigo 26, §1º, do Decreto 5.626/2005 que estabelece a necessidade dos órgãos públicos disporem de, pelo menos, 5% (cinco por cento) de servidores capacitados para o uso e interpretação da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

QUADRO 6 - DEMANDAS EXTRA-SETORIAIS

CURSO	COMARCA	N° DE TURMAS	TOTAL DE VAGAS OFERECIDAS
Curso de Brigadista	São Luís	01(uma)	50/3h
Seminário de Justiça Criminal e Saúde Mental do Maranhão	São Luís	01(uma)	100/20h
Museus e Museologia	São Luís	01(uma)	40/12h
Workshop sobre Coaching e Programação Neurolinguística -PNL	São Luís	01(uma)	80/4h
Formação em liderança-Coaching	São Luís e imperatriz	02(duas)	50/20h
I Seminário de Segurança Institucional no Âmbito do Poder judiciário	São Luís	01(uma)	100/20h
Fórum Nacional de Alternativas Penais-FONAPE	São Luís	w01(uma)	150/8h
Precatórios e RPV´s-Prática	São Luís	01(uma)	16/8h
Ritos Processuais Cíveis	Caxias	01(uma)	60/20h
Os Novos Desafios da Magistratura	São Luís	01(uma)	7/20h
I Fórum de debates sobre Direitos Humanos e Serviço Público	São Luís	01(uma)	200/8h
Web Jornalismo Aplicado: O Jornalismo na Esfera Digital	São Luís	01(uma)	20/8h
Oficina: Plano Museológico e Gestão de Acervos	São Luís	01(uma)	28/24h

Justificativa: Todos os Treinamentos, deste quadro, foram solicitados por diversos setores do Judiciário, e foram executados em parceria com a ESMAM. Visam soluções educacionais para atender situações de trabalho vivenciadas pelos diversos órgãos do Tribunal. Programados de acordo com a necessidade de cada unidade de trabalho. Ações direcionadas a temas como: museologia, gestão de equipes, justiça criminal, segurança institucional e comunicação digital foram objetos de estudo pelos servidores, visando à melhoria da prestação jurisdicional e atendimento aos cidadãos.

Contratação SENAC 2014 Processos Digidoc: 13931/2014 (contratação)

A Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão, enquanto escola judicial tem por finalidade e atribuições realizar capacitação, treinamento e aperfeiçoamento dos servidores e magistrados do Estado do Maranhão, conforme arts. 2º e 3º do Regimento Interno da ESMAM.

A escolha do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, nos termos do parágrafo único, inciso II, do art. 26 da lei n.º 8666/1993, deve-se ao fato da referida instituição ser a que melhor atende às necessidades do TJMA de constante treinamento de servidores, tendo como base cursos específicos voltados para um melhor gerenciamento de recursos humanos e melhoria de processos administrativos , conforme carências apontadas em estudos do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Neste sentido, foi firmada a contratação do SENAC para realização de 40 (quarenta) turmas no valor de R$ 128.987,00 (cento e vinte e oito mil e novecentos e oitenta e sete reais), do seguintes cursos: Legislação Trabalhista Aplicada ao Setor Público; Administração de Conflitos; Planejamento e Gestão Estratégica; Noções de Saúde e Segurança no Trabalho; Redação Oficial; Gestão de Políticas Públicas: Programas e Projetos; Noções de Contabilidade Pública, Noções de Administração Pública; Libras; Dicção, Desinibição e Oratória e Gestão de Qualidade Total que foram realizados nos Pólos de São Luís, Balsas, Açailândia, Caxias, Bacabal, Imperatriz, Presidente Dutra, Santa Inês e Timon, conforme tabela abaixo:

DATA	CURSO	LOCAL	VAGAS OFERTADAS	SERVIDORES CAPACITADOS	CARGA HORARIA
21/07 a 01/08/2014	PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA	SÃO LUÍS	25	25	30
21/07 a 01/08/2014	GESTÃO DA QUALIDADE TOTAL	SÃO LUÍS	25	21	30
04 a 08/08/2014	REDAÇÃO OFICIAL	BACABAL	20	10	20
04 a 08/08/2014	ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS	BALSAS	20	15	20
04 a 08/08/2014	REDAÇÃO OFICIAL	CAXIAS	20	9	20
04 a 08/08/2014	REDAÇÃO OFICIAL	SANTA INÊS	20	12	20
04 a 13/08/2014	LEGISLAÇÃO TRABALHISTA APLICADA AO SETOR PÚBLICO	AÇAILÂNDIA	20	14	30
04 a 15/08/2014	GESTÃO DE POLITÍCAS PÚBLICAS: PROGRAMA E PROJETOS	IMPERATRIZ	20	10	40
04 a 15/08/2014	GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS:PROGRAMAS E PROJET	SÃO LUÍS	25	13	40
04 a 15/08/2014	NOÇÕES DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO	SÃO LUÍS	25	9	30
04 a 15/08/2014	PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA	SÃO LUÍS	25	8	30
04 a 22/08/2014	LIBRAS	SÃO LUÍS	25	7	60
13 a 19/08/2014	REDAÇÃO OFICIAL	TIMON	20	9	20
18 a 27/08/2014	LEGISLAÇÃO TRABALHISTA APLICADA AO SETOR PÚBLICO	SANTA INÊS	20	14	30
18 a 29/08/2014	PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA	BALSAS	20	13	30
18 a 29/08/2014	NOÇÕES SE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO	IMPERATRIZ	20	6	30
18/08 a 01/09/2014	NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SÃO LUÍS	25	17	30
18/08 a 03/09/2014	LEGISLAÇÃO TRABALHISTA APLICADA AO SETOR PÚBLICO	SÃO LUÍS	25	20	30
18 a 27/08/2014	LEGISLAÇÃO TRABALHISTA APLICADA AO SETOR PÚBLICO	TIMON	20	8	30
25/08 a 03/09/2014	PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA	AÇAILÂNDIA	20	14	30
25/08 a 03/09/2014	LEGISLAÇÃO TRABALHISTA APLICADA AO SETOR PÚBLICO	BACABAL	20	12	30
25/08 a 05/09/2014	LEGISLAÇÃO TRABALHISTA APLICADA AO SETOR PÚBLICO	CAXIAS	20	8	30
04 a 08/08/2014	REDAÇÃO OFICIAL	PRESIDENTE DUTRA	20	16	20
01 a 05/09/2014	REDAÇÃO OFICIAL	SÃO LUÍS	25	20	20
01 a 05/09/2014	ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS	SÃO LUÍS	25	21	20
08 a 19/09/2014	LEGISLAÇÃO TRABALHISTA APLICADA AO SETOR PÚBLICO	IMPERATRIZ	20		30
15 a 19/09/2014	REDAÇÃO OFICIAL	SÃO LUÍS	25	17	20

15 a 24/09/2014	NOÇÕES DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO	TIMON	20		30
15 a 26/09/2014	GESTÃO DA QUALIDADE TOTAL	SÃO LUÍS	25		30
15 a 26/09/2014	NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SÃO LUÍS	25	7	30
15 a 26/09/2014	GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS:PROGRAMAS E PROJETOS	SÃO LUÍS	25		40
15 a 24/09/2014	LEGISLAÇÃO TRABALHISTA APLICADA AO SETOR PÚBLICO	PRESIDENTE DUTRA	20	8	30
29/09 a 10/10/2014	NOÇÕES DE CONTABILIDADE PÚBLICA	IMPERATRIZ	20	10	30
01/ a 14/10/2014	NOÇÕES DE CONTABILIDADE PÚBLICA	SÃO LUÍS	25	12	30
06 a 15/10/2014	DICÇÃO,DESINIBIÇÃO E ORATÓRIA	SÃO LUÍS	25	19	30
06 a 15/10/2014	DICÇÃO,DESINIBIÇÃO E ORATÓRIA	SÃO LUÍS	25	10	30
13 a 24/09/2014	LEGISLAÇÃO TRABALHISTA APLICADA AO SETOR PÚBLICO	BALSAS	20	17	30
13 a 24/10/2014	DICÇÃO, DESINIBIÇÃO E ORATÓRIA	IMPERATRIZ	20	8	30
03 a 07/11/2014	ORATÓRIA	SÃO LUÍS	25	7	20
10 a 14/11/2014	ORATÓRIA	SÃO LUÍS	25	10	20

Ano de 2015

O presente relatório busca, de forma sintética, mostrar as atividades desta Divisão de Treinamento no primeiro semestre do ano de 2015. No Quadro 2 é possível verificar as modalidades de treinamento oferecidas ao longo do ano, que são detalhadas nos Quadros: 3 - Formação básica, 4 - Formação complementar, 5 - Formação específica, 6 - Demandas extra-setoriais.

QUADRO 2 - MODALIDADES DE TREINAMENTOS OFERECIDOS 2015

FORMAÇÃO BÁSICA	Nova Reforma Ortográfica; Lições de português: do acordo ortográfico à padronização de documentos no serviço público.
FORMAÇÃO COMPLEMENTAR	Ciclo de palestras sobre sofrimento psíquico relacionado ao trabalho; Noções gerais do sistema VEP-CNJ; Atualização jurídica - novo CPC; Rotinas de secretaria: procedimentos jurídicos. Precatórios e RPV's: aspectos constitucionais, polêmicas. Depoimento especial.
FORMAÇÃO ESPECÍFICA	Pós-graduação em Gestão Pública.
DEMANDAS EXTRA-SETORIAIS	Formação de conciliadores.

QUADRO 3 – FORMAÇÃO BÁSICA

CURSO	COMARCA	N° DE TURMAS	TOTAL DE VAGAS OFERECIDAS/ CARGA HORÁRIA
Reforma Ortográfica	São Luís	01(uma)	50/30h
Lições de português: do acordo ortográfico à padronização de documentos no serviço público	São Luís	01(uma)	50/20h
Justificativa: Todas as turmas deste quadro foram contratadas e executadas pela Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão-Esmam. O Treinamento sobre Nova Reforma Ortográfica, ocorreu em São Luís,por meio de contratação externa, com a professora Maria da Graça Furtado Dutra. Foi realizada uma única turma e foram disponibilizadas um total de 50 (cinquenta) vagas.O curso Lições de Português: do novo acordo ortográfico à padronização de documentos no serviço público, realizado em São Luís, com o professor Fábio de Oliveira Sousa, por meio de contratação Interna. Foram disponibilizadas aos servidores,também, um total de 50 (cinquenta) vagas.			

CURSO	COMARCA	N° DE TURMAS	TOTAL DE VAGAS OFERECIDAS/ CARGA HORÁRIA
Ciclo de palestras sobre sofrimento psíquico relacionado ao trabalho	São Luís	01(uma)	210/6h
Noções gerais do sistema VEP-CNJ	Santa Inês	01(uma)	30/20h
Atualização jurídica – novo CPC	São Luís	01(uma)	190/10h
Rotinas de secretaria: procedimentos jurídicos	São Luís	01(uma)	70/16h
Precatórios e RPV's: aspectos constitucionais, polêmicas	São Luís	01 (uma)	50/20h
Depoimento Especial	São Luís	01 (uma)	80/16h
Justificativa: O ciclo de palestras sobre sofrimento psíquico relacionado ao trabalho foi proposto pela divisão médica e odontológica do Fórum de São Luís, realizado nos dias 12/05/2015 e 13/05/2015,com carga horária de 6h e um total de 210(duzentas e dez vagas). Cabendo à Esmam a organização e certificação do evento.O treinamento sobre Noções Gerais do Sistema VEP-CNJ, realizado na comarca de Santa Inês,por meio de contratação interna, com os instrutores Wendel Pinto e Willame Pinto, foi apresentado pela Unidade de Monitoramento Carcerário, cabendo à Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão-Esmam, a contratação, apoio logístico,bem como a certificação. O curso de atualização Jurídica-Novo CPC, foi organizado pela Coordenação Pedagógica da Esmam. E ofertadas 190(cento e noventa) vagas para Magistrados e algumas vagas cedidas aos Assessores Jurídicos. O treinamento Rotinas de secretaria: procedimentos jurídicos, contratado e executado pela Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão-Esmam, foi realizado em São Luís, e disponibilizadas um total de 70(setenta) vagas para servidores.Tivemos como palestrantes os magistrados: Dr. André Bogéa, Dr. José Augusto,Dr. Marco Adriano e Dr. Manoel Aureliano. Já os cursos Precatórios e RPV's tiveram como palestrantes Ramon Tácio de Oliveira e Fábio Murilo Nazar. E, por fim, o evento Depoimento Especial teve como palestrantes Jaqueline Brito Oliveira, Karla Jeane Matos de Carvalho, Paulo Guilherme Siqueira Rodrigues e Sara Fernanda Gama.			

Curso VEP/CNJ em Santa Inês

QUADRO 3 – FORMAÇÃO ESPECÍFICA

CURSO	COMARCA	N° DE TURMAS	TOTAL DE VAGAS OFERECIDAS/ CARGA HORÁRIA
Pós-graduação em Gestão Pública	Todas	01(uma)	360/360h
Justificativa: O Curso de Especialização em Gestão Pública é desenvolvido pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA, a partir de um convênio de cooperação técnico-científico celebrado com o Tribunal de Justiça do Maranhão e a ESMAM. Destinado aos servidores, estáveis ou efetivos do TJMA, com duração de 18 (dezoito) meses.			

QUADRO 3 – DEMANDAS EXTRA-SETORIAIS

CURSO	COMARCA	N° DE TURMAS	TOTAL DE VAGAS OFERECIDAS/ CARGA HORÁRIA
Formação de conciliadores	São Luís, Imperatriz	04(quatro)	120/30h
Justificativa: O Curso de Formação de Conciliadores pensado e programado pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de solução de conflitos-NUPECON e algumas faculdades parceiras em São Luís e Comarcas,conta com a participação de servidores e acadêmicos dessas instituições.Cabendo à ESMAM a contratação dos Instrutores Internos,Maria Isalete e Washington Coelho,bem como o apoio logístico e a certificação.Até o mês de Junho foram realizadas 04(quatro) turmas, 02(duas) na cidade de São Luís em parceria com a Faculdade do Maranhão-FACAM e 02(duas) em Imperatriz, em parceria com a UFMA e Faculdade de Imperatriz-FACIMP.Totalizando um total de 120 (cinto e vinte) vagas distribuídas entre servidores e acadêmicos.			

Realização de Eventos em Parceria

• Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes em Situação de Violência

Público-alvo: magistrados

Palestrantes: José Antônio Daltoé Cesar, Karla Jeane Matos De Carvalho, Sara Fernanda Gama, Paulo Guilherme Siqueira Rodrigues e Jacqueline Brito Oliveira

Vagas Ofertadas: 50 (cinquenta)

Parceria: ESMAM / ENFAM.

Data: 09, 10 e 11/06/2014

Local: ESMAM

Processos Digidoc: 24277/2014, 24871/2014 (contratação)

• Fórum Nacional de Alternativas Penais - FONAPE

Público-alvo: magistrados, servidores, membros do MP, delegados, policias, oficiais de justiça, conselheiros tutelares, advogados, defensores públicos, estudantes de direito

Palestrantes: Douglas de Melo Martins, Wilson da Silva Dias, Edmar Fernando Mendonça de Sousa, Luiz Carlos Rezende dos Santos, Herbert José Almeida Carneiro.

Vagas Oferecidas: 200 (duzentas)

Parceria: ESMAM/ CNJ/ UMF/SEJAP

Data: 07 e 08/08/2014

Local: Auditório do Fórum de São Luís/MA

• Seminário de Justiça Criminal e Saúde Mental do Maranhão

Público-alvo: magistrados, servidores, promotores de justiça, defensores públicos, agentes de polícia e profissionais das equipes multidisciplinares.

Parceria: UMF/MS/SES/SEJAP/SEDIHC/ESMAM

Data: 27, 28 e 29/08/2014

Local: Auditório do Fórum de São Luís/MA

Processos Digidoc: 31584/2014 , 32140/2014 (contratação) 32656/2014 (diárias e passagens)

Participação em Eventos Externos

A capacitação de servidores e magistrados se dá também por meio da participação em eventos fora da sede, bem como visitas para troca de experiências com outras escolas judiciais conforme especificado abaixo:

• Evento: Curso de Extensão em Lisboa – Da Prova do Direito: Uma perspectiva Luso-Brasileira

Processo: 62376/2013

Local: Lisboa – Portugal

Representante: magistrado – Des. Jorge Rachid Mubarack Maluf

Período: 27 a 31/01/2014

Carga horária: 20h

- **Evento: VIII Congresso Brasileiro de Direito de Seguro e Previdência e XXXVI COPEDEM**

Processo: 11987/2014

Local: Brasília – DF

Representante: magistrado – Des. Jorge Rachid M. Maluf

Período: 26 a 28/03/2014

Carga horária: 9h

- **Evento: Workshop – Curso de Formação Inicial e sobre o Planejamento Estratégico das Escolas para o biênio 2014 e 2015**

Processo: 12000/2014

Local: Brasília – DF

Representantes: magistrada – Josane Araújo Farias Braga e servidora – Luciana Brandão Ferreira

Período: 24 e 25/03/2014

Carga horária: 16h

- **Evento: Curso Planejamento de Ensino – No Contexto da Magistratura**

Processo: 19182/2014

Local: Brasília – DF

Representante: servidora – Maria Nery Paiva

Período: 05 a 09/05/2014

Carga horária: 16h

- **Evento: Curso Segurança de Autoridades Judiciais**

Processo: 22406/2014

Local: Brasília – DF

Representante: magistrado –Pedro Henrique Holanda Pascoal

Período: 26 a 30/05/2014

Carga horária: 24h

- **Evento: XXXVII COPEDEM**

Processo: 35920/2014

Local: Palmas – TO

Representante: magistrado – Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf

Período: 28 a 30/08/2014

Carga horária: -

- **Evento: Seminário com Escolas Judiciais e de Magistratura**

Processo: 45016/2014

Local: Brasília – DF

Representante: servidoras - Maria Nery Paiva e Luzia Marilene Borba Sousa Araújo

Período: 8 e 9/10/2014

Carga horária: 16h

- **Evento: Congresso – Global Mediation**

Processo: 51012/2014

Local: Rio de Janeiro – RJ

Representante: magistrado – Des. Jorge Rachid M. Maluf

Período: 24 a 28/11/2014

Carga horária: 33h

- **Evento: XXXVIII COPEDEM**

Processo: 54685/2014

Local: Vitoria – ES

Representante: magistrado – Des. Jorge Rachid M. Maluf

Período: 11 a 13/12/2014

Carga horária: -

- **Evento: Curso Técnicas de Investigação**

Processo: 9382/2015

Local: Cuiabá/MT

Representante: magistrado - Gilberto de Moura Lima

Período: 16 e 17/04/2015

Carga horária: -

• Evento: Curso de Formação de Formadores

Processo: 11071/2015

Local: Brasília/DF

Representante: magistrados - Des. José de Ribamar Castro, Holídice Cantanhede e Ferdinando Serejo e servidor - Arthur Darub Alves

Período: 23 a 25/03/2015

Carga horária: -

• Evento: Curso de Atualização em Direito do Consumidor

Processo: 11732/2015

Local: Vitória/ES

Representante: magistrada - Isabella de Amorim Parga Martins Lago

Período: 23 a 24/03/2015

Carga horária: -

• Evento: Curso sobre Aplicação de Diretrizes Pedagógicas da ENFAM

Processo: 12836/2015

Local: Recife/PE

Representante: magistrada - Kariny Pereira Reis e servidora - Bruna Barbieri Waquim

Período: 07 a 08/04/2015

Carga horária: -

• Evento: Laboratório de Aprimoramento Docente – Oficina de Estudo de Casos com Escolas

Processo: 13996/2015 e 14143/2015

Local: Brasília/DF

Representante: magistrados - Josane Araújo Farias Braga, Anderson Sobral de Azevedo, André Bogéa Pereira Santos e servidora - Euquenia Veiga Lago

Período: 14 e 15/04/2015

Carga horária: -

• Evento: Encontro "Panorama da EaD na formação dos magistrados brasileiros

Processo: 14949/2015

Local: Brasília/DF

Representante: magistrada - Kariny Pereira Reis e servidoras - Luzia Marilene Borba Sousa Araújo e Gislaine Balbino da Silva

Período: 07 e 08/05/2015

Carga horária: -

• Evento: XXXIX COPEDEM

Processo: 16735/2015

Local: Caldas Novas/GO

Representante: magistrado - Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto e servidor - Tamer Moraes Heluy

Período: 07 a 09/05/2015

Carga horária: -

• Evento: Colóquio Educacional Judicial

Processo: 19309/2015

Local: Vitória/ES

Representante: magistrado - Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa

Período: 25/05/2015

Carga horária: -

• Evento: XXXIII Curso de Editoração Científica

Processo: 23222/2015

Local: Goiânia/GO

Representante: servidora - Hervandy Costa Garcez

Período: 25 a 27/06/2015

Carga horária: -

Atividades Informacionais, Culturais, De Responsabilidade Social e Outras

Embora tenha como foco principal a formação inicial e continuada de magistrados e servidores do Poder Judiciário maranhense, a Escola Superior da Magistratura busca adequar-se às novas demandas sociais, oferecendo uma gama de ações que envolvem as áreas de educação, cultura e responsabilidade social. Além de ser uma forma de integrar magistrados, servidores e a sociedade civil, também proporciona acesso a outras formas de difusão do conhecimento e da arte, por meio de projetos e ações sociais. Esses projetos possuem o apoio de todos os setores da escola.

Dessa forma, a ESMAM busca não somente atender aos seus critérios formais de educação, mas também criar alternativas de integração e participação social que demonstram a construção de uma práxis renovadora, baseada na relação de aproximação com a sociedade, foco principal das ações do Poder Judiciário.

Assim, tais pressupostos e ações que norteiam as áreas de atuação supracitadas se justificam pela necessidade de impor à escola uma dinâmica de trabalho que valorize os mais diversos espaços formativos, entendendo que a educação ultrapassa as barreiras de uma sala de aula e se estende para todo e qualquer espaço de convívio social. Sendo assim, cumpre uma função que toda e qualquer instituição deve perseguir, a de manter uma política de responsabilidade social que remeta à sociedade espaços de discussão e participação social.

• Aquisição de Publicações e Processamento Técnico

A biblioteca recebeu em 2014 mais de 40 publicações doadas por instituições jurídicas e por diversos autores. Entre os materiais estão livros, revistas das escolas judiciais, relatórios e informativos.

Foram catalogados e cadastrados no SIABI (Sistema de Automação da Biblioteca) 45 títulos recebidos através de doação. As publicações estão disponíveis aos usuários e contemplam doutrina jurídica e literatura em geral.

No mês de janeiro foi realizada pesquisa bibliográfica e elaborada uma lista com 145 títulos para novas aquisições. Esta lista foi encaminhada por email para a coordenação da biblioteca do Tribunal de Justiça que atua como gestora do processo de compra. No processo estão incluídas todas as bibliotecas do judiciário: ESMAM, Tribunal de Justiça e Fórum Desembargador José Sarney.

Até o final da elaboração deste relatório foi informado que o processo de compra estava em andamento e na fase de cotação de preços.

• Inventário do acervo não automatizado

A biblioteca possui parte de acervo que não está inserido no SIABI, pois era necessário fazer uma avaliação. Diante desta necessidade, foi iniciado o Inventario desse acervo no segundo semestre de 2013 findando em janeiro de 2014.

Após avaliação foram retiradas 323 publicações com base em critérios pré-estabelecidos: desatualização de conteúdo, condições físicas inapropriadas e conteúdo irrelevante (sujas, infectadas, deterioradas ou rasgadas), grande número de duplicatas do mesmo título.

Estas publicações foram retiradas, com baixa no controle de registro, e encaminhadas para doação.

Esse é um procedimento anual de manutenção e avaliação do patrimônio bibliográfico da biblioteca da ESMAM.

• 7ª edição do projeto ESMAM Cultural

O projeto ESMAM Cultural é um espaço destinado à difusão da arte e da cultura no Judiciário maranhense, que tem por objetivo valorizar as mais diversas formas de manifestações artísticas e culturais da nossa sociedade, nas áreas da dança, pintura, literatura, teatro e cinema, proporcionando a participação dos magistrados e servidores e a integração entre estes e a sociedade civil.

Desde o ano de 2012 o projeto faz parte do calendário cultural do Estado do Maranhão. Isto é fruto do sucesso e reconhecimento do incentivo das ações culturais do judiciário maranhense.

A biblioteca foi responsável pela organização do Projeto Esmam Cultural e no dia 02 de setembro iniciaram as inscrições para a 7ª edição do Projeto.

No total foram 36 inscritos, entre magistrados e servidores, nas várias modalidades: música, teatro, poesias e curtas. As inscrições encerraram no dia 10 de outubro, dentre eles 23 foram selecionados. Quanto à organização da estrutura do evento, os setores da informática, comunicação e administrativo apoiaram na organização e realização do evento. Quanto à programação, temos como atração convidada a Banda Jair Torres Trio, grupo de jazz que tem no seu repertório clássico e contemporâneo, blues, pop internacional, MPB e música maranhense.

A sétima edição do Projeto contou com produções inscritas nas categorias (música, literatura, fotografia, artes plásticas, artesanato, capoeira e dança).

Como convidado se apresentou o arranjador, produtor musical, Jayr Torres e banda, apresentando repertório de jazz clássico e contemporâneo, blues, Pop internacional e música maranhense. Acompanharam o músico, Samuel Jafé (guitarra), Carlos Raqueth (baixo), Ronald Nascimento (bateria), Rui Mário (piano), o juiz Raimundo Nonato Neris (violão) e a flautista Márcia Almeida de Morais (servidora 1ª Vara de Vitorino Freire).

A exposição contou com trabalhos originados das comarcas de São José de Ribamar, Santa Inês, Estreito, Grajaú, Governador Nunes Freire, Caxias, Magalhães de Almeida e Bacabal. Houve também apresentação de servidores da capital com talento na dança, artes plásticas e apresentação de capoeira.

A Galeria Prata da Casa mostrou fotografias, poesia e artesanato produzido por Lorena Borba, Manoelle Moraes, Mônida Ramos, Raimundo Santos Filho, Thiago Ramos, Henrique Braga, André Luiz Reis, Charlene Brasil, Igor de Oliveira, Letícia Carvalho, Luciane Chumber, Ronaldo de Mesquita e Márcio Leray.

A organização do evento contou apoio de toda equipe da Esmam, principalmente da Informática e Coordenação Administrativa.

• Revista da ESMAM n. 8

A Revista da Esmam é um periódico anual especializado em diversas áreas do direito, que se destina à publicação de artigo e decisões judiciais: sentença e acórdão elaborados por membros do Poder Judiciário e demais estudiosos do direito.

Nos meses de maio a setembro foi retomado o trabalho de organização, diagramação e editoração da revista em parceria com a Assessoria de Comunicação da Presidência do Tribunal de Justiça.

Nesta edição n.8 ano 2012 foram publicados 13 artigos, sendo um elaborado por um magistrado, nove de servidores e três de colaboradores de instituições acadêmicas.

No dia 01 de outubro, o Desembargador Marcelo Carvalho fez o lançamento da edição número oito no Pleno do Tribunal de Justiça com a presença de desembargadores, autores dos artigos e convidados.

• Renovação de Contratos e Serviços

Atualmente a biblioteca possui dois contratos de serviços e produtos em vigência. A renovação dos contratos tem por objetivo dar continuidade aos trabalhos já desenvolvidos, seja no acesso a publicações na base de dados, ou automação do acervo no SIABI .

CONTRATO DO SIABI

Processos Digidoc: 7026/2014

Neste ano, foi renovado o contrato de fornecimento de serviços com a empresa WJ Informática, responsável pela manutenção do Sistema na ESMAM. Com esta renovação a biblioteca poderá continuar a utilizar os serviços oferecidos e contar com o suporte técnico necessário para o bom desempenho do software. Com base no Contrato nº 74/2014 de Suporte Técnico assinado em 22 de julho de 2014, com a vigência de um ano.

Biblioteca Digital – Editora Fórum

Processos Digidoc: 21950/2014

O acesso democrático a documentos, em ambiente virtual, estimula o aprendizado, o contato com outras culturas e o compartilhamento do conhecimento. No caso em particular da ESMAM tais informações constituem importante instrumento de atualização e consolidação do conhecimento de magistrados.

A renovação do Contrato com a Editora Fórum foi finalizado no mês de agosto para o fornecimento de serviço de acesso a base de dados que reúne doutrina e jurisprudência disponível para acesso aos magistrados. O contrato foi assinado em 3 de julho de 2014, com vigência de um ano.

Com base no contrato nº 93/2014 que fornece acesso ao Sistema da Biblioteca Digital, reúne doutrina e jurisprudência selecionada, conteúdos diversos, tais como entrevistas, tendências jurisprudenciais e informativos para uso do magistrado.

• Projetos sociais realizados

A biblioteca da ESMAM está responsável pela doação de jornais para reciclagem como bônus na fatura de energia elétrica da ASSOCIAÇÃO ANTONIO BRUNO (ASSAB). Esta iniciativa iniciou em agosto. A ASSAB recebe pessoas carentes que vem do interior do Estado diagnosticadas com algum tipo de câncer. Esta foi uma forma que a Escola teve em ajudar

o próximo. A cada final de mês os papeis e jornais são encaminhados para o projeto ECOCEMAR onde o valor acumulado é convertido em desconto na energia elétrica daquela instituição.

• Processo Seletivo para Estágio Remunerado no TJMA

Processo Digidoc: 560/2014 e 2660/2014

A Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (ESMAM) com base na Resolução nº 71 de 19 de novembro de 2008-TJMA e nos respectivos editais, iniciou o processo seletivo destinado ao provimento de vagas para estágio remunerado no Poder Judiciário do Estado do Maranhão, nas comarcas de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Imperatriz, Caxias e Timon. O processo é destinado a alunos dos cursos de: Direito (94 vagas), Ciências Contábeis (2 vagas), Biblioteconomia (3 vagas), em um total de 99 vagas.

O processo, ainda em andamento, é regido por meio dos editais: Edital nº 01 – ESMAM, de 10 de outubro de 2013 - abertura de inscrições e normas relativas à realização de Processo Seletivo destinado ao provimento de vagas para estágio remunerado no Poder Judiciário do Estado do Maranhão; Edital nº 02 – ESMAM, de 13 de novembro de 2013- prorrogação do prazo de inscrições do Processo Seletivo para Estágio Remunerado no Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

O seletivo foi realizado nas cidades de Imperatriz, Timon, Caxias e São Luís no dia 26/01/2014 em locais cedidos ao TJMA de forma não onerosa.

Em São Luís as provas ocorreram no prédio do Liceu Maranhense, já em Caxias/MA o teste foi aplicado no SENAC/Caxias, em Timon/MA o seletivo foi realizado no Instituto de Ensino Superior Múltiplo - IESM e em Imperatriz, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Centro. As provas tiveram duração de quatro horas, aplicadas no turno matutino, às 8h30.

Foram registrados na capital, 103 candidatos faltosos. Em Imperatriz, 30; Caxias 4 e Timon 38 faltosos nesta etapa do certame.

Os aprovados no processo seletivo de estágio participaram, no dia 18/01/2014, de audiência pública na qual receberam diretrizes sobre o funcionamento do estágio e suas atribuições. Eles deverão atuar nas unidades do Poder Judiciário em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Caxias, Imperatriz e Timon.

Manutenções e Reparos Realizados no Prédio da Esmam Durante o Ano de 2014

• Parte elétrica - revisão e troca de lâmpadas, reposição de duas caixas de arstop para ar condicionado e troca de reatores e interruptores;

• Parte Hidráulica - manutenção na encanação dos banheiros, inclusão de um chuveiro no banheiro do piso inferior e troca de torneiras;

• Serviço de paisagismo - limpeza do jardim;

• Reparos no Setor Financeiro: Retirada de um armário, seguida por pintura, assentamento de piso e aplicação de película;

• Reparos no Setor Biblioteca : Retira de um armário, seguido por serviço de pintura;

• Manutenção na escadaria;

• Fabricação de tampa para proteção do hidrômetro;

• Reparo no piso do estacionamento;

• Vedação nas portas de vidro;

• Reparo no portão de entrada;

• Limpeza mensal de ar condicionado.

Relacionamento com outras Instituições

Convênio Universidade Federal do Maranhão

Processo Digidoc: 16370/2014

Durante o ano de 2014, foi firmado convênio técnico-científico entre a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e a Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM). Tal convênio teve como objetivo motivar e garantir o aperfeiçoamento profissional dos servidores e faz parte das metas traçadas pela ESMAM, estando inserido nas diretrizes estratégicas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e no Plano Nacional de Capacitação Judicial do Poder Judiciário, conforme a Resolução nº 126/2011, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Foi aberta uma turma do Curso de Especialização em Gestão Pública , gratuita e direcionada aos servidores de nível superior. Do total das 360 (trezentos e sessenta) vagas oferecidas, 240 serão ofertadas aos efetivos e 120 para comissionados, lotados nos pólos de Caxias, Codó, Grajaú, Imperatriz, Pinheiro e São Luís. A duração das pós-graduação é de 20 meses, com carga horária de 360 horas, envolvendo momentos presenciais obrigatórios nos pólos para realização das avaliações e defesa do Trabalho de Conclu-

são de Curso (TCC). A seleção dos candidatos foi disciplinada pelo Edital n.º66/2014 com chamada pública realizada pela UFMA.

Convênio de Cooperação Acadêmica e Tecnológica e de Prática Judiciária com a Escola Paulista da Magistratura

No dia 13 de agosto de 2014 foi firmado Convênio com a Escola Paulista da Magistratura – EPM, com vigência de 02 (dois) anos podendo ser prorrogado por igual período.

O referido convênio tem como principal objetivo a Cooperação Acadêmica, Prática e Científica, para Intercâmbio na área de Educação Presencial e à Distância para realização de cursos de capacitação e atualização de magistrados e servidores do Judiciário, envolvendo cursos de extensão, vitaliciamento de juízes, palestras, workshops e demais cursos regulares, de atualização e aperfeiçoamento/formação continuada, bem como para promoção por merecimento de magistrados, conforme as exigências da Resolução n.º 159 e proposições da ENFAM – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.

Termo de Convênio nº 10/2014.

Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça Eleitoral do Maranhão – TER/MA e a Escola Judiciária Eleitoral do Maranhão - EJEMA

Termo firmado com o Tribunal de Justiça Eleitoral do Maranhão – TRE/MA e a Escola Judiciária Eleitoral do Maranhão – EJEMA, no dia 26 de fevereiro de 2014. Possui vigência de 02 (dois) anos, prorrogáveis por igual período, e tem como objetivo a cooperação acadêmica e técnica mútua dos participantes, com a finalidade de integração institucional, com ênfase na pesquisa jurídica e realização de atividades acadêmicas, notadamente fóruns, eventos, conferências, seminários, encontros, debates e palestras.

Termo de Cooperação Técnica nº 04/2014.

Convênio e Cooperação institucional e Cultural com o Instituto dos Advogados de São Paulo - IASP

O convênio com o Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP foi firmado em 27 de março de 2015 possuindo prazo de vigência indeterminado, tendo como objetivo fundamental aproximar a ESMAM da IASP para consecução conjunta da difusão dos conhecimentos jurídicos e culto à Justiça, viabilizando o desenvolvimento de parcerias para organização de cursos, eventos e elaboração de estudos em revistas especializadas.

Termo de Cooperação Técnica com a Procuradoria Geral do Estado do Maranhão

Firmado entre o Estado do Maranhão, Procuradoria Geral do Estado do Maranhão – PGE/MA, Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão - TJMA e Escola Superior da Magistratura do Maranhão- ESMAM, no dia 02 de março de 2015, com vigência de 02 (dois) anos prorrogáveis por igual período, o presente termo tem como objetivo a mútua cooperação técnica, científica, acadêmica e cultural, bem como o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, com a finalidade de integração institucional e aperfeiçoamento técnico de recursos humanos, com ênfase na pesquisa jurídica e realização de atividades acadêmicas, notadamente fóruns, eventos, conferências,seminários, encontros, debates e palestras de interesse comuns entre ESMAM e PGE/MA.

Termo de Cooperação Técnica nº 03/2015.

PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Poder Judiciário do Maranhão
Praça D. Pedro II, s/n - Centro - São luís - Maranhão
Cep: 65.010-905